

# REVISTA DOS TRIBUNAIS

*100 anos*

## DOUTRINAS ESSENCIAIS

## PROCESSO PENAL

Volume VII

## ÍNDICES



**GUILHERME DE SOUZA NUCCI**  
**MARIA THEREZA ROCHA DE ASSIS MOURA**

*Organizadores*

# ÍNDICE GERAL

## VOLUME I

### CAPÍTULO 1 TEORIA E PRINCÍPIOS

Vol. - Pág.

1. Bases constitucionais para um processo penal democrático  
AFRÂNIO SILVA JARDIM..... I - 25
2. O papel do Poder Judiciário em face do sistema processual penal acusatório  
AFRÂNIO SILVA JARDIM..... I - 37
3. (Re)Descobrimdo as teorias acerca da natureza jurídica do processo (penal)  
AURY LOPES JR..... I - 43
4. Defesa penal efetiva  
DIOGO RUDGE MALAN..... I - 67
5. O devido processo legal e a defesa efetiva  
DYRCEU AGUIAR DIAS CINTRA JÚNIOR..... I - 95
6. Aspectos processuais da teoria finalista da ação  
GERALDO BATISTA DE SIQUEIRA..... I - 103
7. Procedimento penal ou “direito processual penal”?  
GIOVANNI CONSO..... I - 131
8. Presunção de culpa, pena antecipada e paradigma da ilegalidade  
GUILHERME DE SOUZA NUCCI..... I - 147
9. A teoria processual do livre convencimento  
GUTTEMBERG FERNANDES..... I - 177
10. Acusação integrada  
JAQUES DE CAMARGO PENTEADO..... I - 189
11. Breves observaciones sobre algunas tendencias contemporáneas del proceso penal  
JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA ..... I - 195



12. Processo civil e processo penal: mão e contramão?	
JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA .....	I - 205
13. Devido processo legal, continência e crime culposos	
JOSÉ HENRIQUE PIERANGELLI .....	I - 221
14. Separação de poderes e processo inquisitório - Incompatibilidade	
JOSE ROBERTO ANTONINI.....	I - 239
15. Sobre o conteúdo processual tridimensional do princípio da presunção de inocência	
LUIZ FLÁVIO GOMES.....	I - 251
16. Defesa penal: direito ou garantia	
MARIA THEREZA ROCHA DE ASSIS MOURA E CLEUNICE A. VALENTIM BASTOS.....	I - 265
17. Origens históricas dos sistemas acusatório e inquisitivo	
MARTA SAAD E DIOGO MALAN.....	I - 289
18. Simplificação processual e desprezo ao direito penal	
MIGUEL REALE JÚNIOR .....	I - 321
19. Lineamentos do moderno processo penal	
NELSON PIZZOTTI MENDES .....	I - 347
20. Irretroatividade e retroatividade das alterações da jurisprudência penal	
ODONE SANGUINÉ.....	I - 357
21. Verdade material e processo penal	
PAULA BAJER FERNANDES MARTINS DA COSTA .....	I - 389
22. Princípios do processo penal	
RENÉ ARIEL DOTTI .....	I - 397
23. Algumas contribuições da filosofia da ciência ao estudo do processo penal	
ROBERTO ARMANDO RAMOS DE AGUIAR.....	I - 425
24. Jurisdição penal	
ROGÉRIO LAURIA TUCCI .....	I - 435
25. Processo e procedimentos penais	
ROGÉRIO LAURIA TUCCI .....	I - 457
26. Das conquistas do direito de defesa no Anteprojeto de Código do Processo Penal	
VICENTE GRECO FILHO .....	I - 479

## CAPÍTULO 2 TEMAS GERAIS

27. A democratização dos tribunais penais: participação popular	
ADA PELLEGRINI GRINOVER .....	I - 495
28. Processo penal transnacional	
ADA PELLEGRINI GRINOVER .....	I - 511
29. Reformas no direito processual penal	
AGAPITO MACHADO .....	I - 573
30. As bases do processo penal transnacional	
BERND SCHÜNEMANN .....	I - 595
31. Segurança pública no Brasil e o sistema criminal	
BISMAEL B. MORAES .....	I - 615
32. Repercussões do novo Código do Processo Penal sobre o Processo Civil	
CANDIDO DE OLIVEIRA NETO .....	I - 637
33. A justiça e seu problema maior: a lentidão	
CARLOS VELLOSO .....	I - 645
34. Considerações sobre a tutela da intimidade e vida privada no processo penal	
CLEUNICE A. VALENTIM BASTOS PITOMBO .....	I - 655
35. Prevenção e repressão criminal	
DEMOSTHENES MADUREIRA DE PINHO .....	I - 685
36. Notas sobre a reforma do processo	
DÍNIO DE SANTIS GARCIA .....	I - 693
37. A justiça penal e a reforma do processo	
DÍNIO DE SANTIS GARCIA .....	I - 703
38. A reforma processual penal brasileira	
GERALDO PRADO .....	I - 733
39. Algumas propostas de alterações no processo penal	
HUGO NIGRO MAZZILLI .....	I - 747
40. Especialização da magistratura criminal	
J. A. CESAR SALGADO .....	I - 761
41. A imprensa, a proteção da intimidade e o processo penal	
J. J. CALMON DE PASSOS .....	I - 767

42. Policial judicial: una perspectiva latinoamericana	
JOSÉ MARÍA TIJERINO PACHECO .....	I - 783
43. O acusado e a tutela do direito de liberdade no Anteprojeto do Código do Processo Penal	
MIGUEL REALE JÚNIOR .....	I - 797
44. O tribunal do júri nos Estados Unidos	
NÁDIA DE ARAÚJO E RICARDO R. ALMEIDA.....	I - 805
45. Alguns aspectos do projeto de Código de Processo Penal	
PAULO SÉRGIO LEITE FERNANDES.....	I - 829
46. O problema da vítima	
RENÉ ARIEL DOTTI .....	I - 853
47. Processo penal e direitos humanos no Brasil	
ROGÉRIO LAURIA TUCCI .....	I - 863
48. A reforma processual penal	
SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA .....	I - 899
49. Reforma do Código de Processo Penal	
SIDNEI AGOSTINHO BENETI .....	I - 905
50. O direito ao silêncio	
THEODOMIRO DIAS NETO .....	I - 921
51. Apontamento sobre política criminal e a <i>plea bargaining</i>	
WALTER FANGANIELLO MAIEROVITCH.....	I - 957

### CAPÍTULO 3 AÇÃO PENAL

52. Queixa particular	
A. DE GUSMÃO .....	I - 969
53. As condições da ação penal	
ADA PELLEGRINI GRINOVER.....	I - 973
54. O princípio da indivisibilidade e a ação penal pública condicionada	
AFRÂNIO SILVA JARDIM.....	I - 989
55. A fase preparatória do processo penal	
ANABELA MIRANDA RODRIGUES .....	I - 995
56. Da ação penal	
BASILEU GARCIA .....	I - 1017

57. Crimes Connexos – Crimes de ação pública e crimes de ação privada	
CONRADO C. ERICHSEN.....	I – 1031
58. Ação penal privada subsidiária	
DIRCEU DE MELLO.....	I – 1037
59. Da ação privada no processo penal	
ESTEVAM PINTO.....	I – 1049
60. O princípio da indivisibilidade de ação penal pública	
FERNANDO DA COSTA TOURINHO FILHO.....	I – 1055
61. Autoridade do julgado civil no juízo criminal	
FERNANDO DE ALBUQUERQUE PRADO.....	I – 1069
62. Linhas básicas para um conceito jurídico de ação em direito penal	
FRANCISCO DE ASSIS TOLEDO.....	I – 1091
63. Ação penal: aspectos da atividade acusatória	
GERALDO BATISTA DE SIQUEIRA.....	I – 1111
64. Adultério, crime plurissubjetivo, eventualmente delito monossubjetivo	
GERALDO BATISTA DE SIQUEIRA.....	I – 1125
65. A ação penal privada deve ser extinta	
JOÃO JOSÉ LEAL.....	I – 1133
66. A supressão da ação penal subsidiária	
LUCIANO CASEIRO.....	I – 1149
67. A reparação do dano (moral) como condição para a concessão do <i>sursis</i> processual	
LUCIANO HEISLER TASSINARI.....	I – 1159
68. Crime de imprensa	
NELSON NERY JUNIOR.....	I – 1165
69. A ação no modelo tipo	
NILSON VITAL NAVES.....	I – 1179
70. Ação privada subsidiária	
ROBERTO JOACIR GRASSI.....	I – 1205

## CAPÍTULO 4 COMPETÊNCIA

71. Competência para unificação de penas  
DAMÁSIO E. DE JESUS ..... I - 1279
72. Jurisdição e competência na reforma do processo penal  
DÍNIO DE SANTIS GARCIA ..... I - 1283
73. De competência e incompetência  
EUGÊNIO PACELLI DE OLIVEIRA ..... I - 1301
74. Da competência pela prerrogativa de função  
FERNANDO TOURINHO FILHO ..... I - 1321
75. Da competência pelo lugar da infração  
GERALDO BATISTA DE SIQUEIRA ..... I - 1341
76. Da competência no crime de falso documental  
GILBERTO PASSOS DE FREITAS ..... I - 1359
77. Contravenção penal de competência da Justiça Federal  
MÁRCIA DOMETILA DE LIMA CARVALHO ..... I - 1369
78. Juiz natural  
MARCO ANTONIO DE BARROS ..... I - 1373
79. Competência para processar e julgar crime de corrupção  
de menores  
NELSON NERY JUNIOR ..... II - 1385

## VOLUME II

### CAPÍTULO 1 INQUÉRITO E CAUTELARES

1. O inquérito policial no projeto de Código de Processo Penal  
AFRÂNIO SILVA JARDIM ..... II - 25
2. Arquivamento e desarquivamento do inquérito policial  
AFRÂNIO SILVA JARDIM ..... II - 33
3. Sobre a ilegalidade das sindicâncias policiais  
AFRÂNIO SILVA JARDIM ..... II - 51



4. O abuso do direito no requerimento de medidas cautelares típicas e atípicas no processo penal	
ALEXANDER ARAUJO DE SOUZA .....	II - 57
5. O Ministério Público e o inquérito policial	
ANTONIO EVARISTO DE MORAIS FILHO .....	II - 89
6. O Ministério Público no inquérito policial	
ARTHUR COGAN .....	II - 99
7. O inquérito policial na formação da culpa	
ARTHUR COGAN .....	II - 111
8. O advogado no inquérito policial	
BASILEU GARCIA .....	II - 117
9. Identificação datiloscópica	
BENEDITO SILVÉRIO RIBEIRO .....	II - 123
10. A inconstitucionalidade dos poderes investigatórios do Ministério Público	
CEZAR ROBERTO BITENCOURT .....	II - 133
11. A investigação criminal direta pelo Ministério Público e a inexistência de impedimento/suspeição para o oferecimento da denúncia	
CRISTIANO CHAVES DE FARIAS .....	II - 161
12. A medida cautelar de busca e apreensão	
DAMÁSIO E. DE JESUS .....	II - 171
13. A investigação criminal e a atuação do Ministério Público	
GUILHERME DE SOUZA NUCCI .....	II - 181
14. A tutela cautelar no processo penal e a restituição de coisa apreendida	
GUSTAVO HENRIQUE RIGHI IVAHY BADARÓ .....	II - 189
15. O promotor natural, o controle da inércia do Ministério Público e as diligências requisitadas no inquérito policial	
HUGO NIGRO MAZZILLI .....	II - 213
16. Coação ilegal em queixa crime	
J. NETTO ARMANDO .....	II - 225
17. O sigilo do inquérito policial e os advogados	
JACINTO NELSON DE MIRANDA COUTINHO .....	II - 229

18. Ainda o direito de defesa no inquérito policial  
JOAQUIM CANUTO MENDES DE ALMEIDA..... II - 245
19. São ilegais os “procedimentos investigatórios” realizados  
pelo Ministério Público Federal  
JOSÉ CARLOS FRAGOSO ..... II - 263
20. Principais instituições do processo penal brasileiro e ela-  
boração legislativa de novo Código de Processo Penal  
MARIA ELIZABETH QUEIJO..... II - 277
21. A investigação criminal na reforma do Código de Processo  
Penal  
PETRÔNIO CALMON FILHO ..... II - 299
22. Valor probatório do inquérito policial  
RANULFO MELO FREIRE ..... II - 351
23. A cautelaridade no processo penal  
RENATO LUÍS BENUCCI..... II - 361
24. Indiciamento e qualificação indireta  
ROGÉRIO LAURIA TUCCI ..... II - 373
25. Seqüestro prévio e seqüestro no CPC. Distinção  
ROGÉRIO LAURIA TUCCI ..... II - 379
26. Comissão Parlamentar de Inquérito  
ROGÉRIO LAURIA TUCCI ..... II - 395
27. Lei 9.271, de 1996, e produção antecipada de provas  
ROGÉRIO LAURIA TUCCI ..... II - 415
28. Pedido de arquivamento de inquérito policial e preclusão  
consumativa  
ROGÉRIO LAURIA TUCCI ..... II - 421
29. O processo penal cautelar  
ROMEU PIRES DE CAMPOS BARROS ..... II - 435
30. Considerações sobre o arquivamento do inquérito policial  
SALO DE CARVALHO ..... II - 449
31. O indiciamento como ato de polícia judiciária  
SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO ..... II - 475

32. Emprego de algemas	SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO .....	II - 483
------------------------	---------------------------------------	----------

33. Do arquivamento do inquérito no Código de Processo Penal	TERCIO SAMPAIO FERRAZ JÚNIOR.....	II - 515
--	-----------------------------------	----------

34. Revelia e a produção antecipada da prova testemunhal no processo penal (art. 366, do CPP)	VINICIUS DE TOLEDO PIZA PELUSO .....	II - 523
---	--------------------------------------	----------

## CAPÍTULO 2

### PROCEDIMENTOS INCIDENTAIS

35. Dos procedimentos incidentais no direito processual penal	ROMEU PIRES DE CAMPOS BARROS .....	II - 541
---	------------------------------------	----------

36. Questões prejudiciais: reflexões teóricas e justificativas para a viabilidade de sua utilização	VLADIMIR STASIAK E MÁRCIA MARIA LUVISETI.....	II - 575
---	---	----------

## CAPÍTULO 3

### JUIZ, MP, ACUSADOS E AUXILIARES

37. Assistência judiciária e devido processo legal	ADAUTO SUANNES .....	II - 595
--	----------------------	----------

38. A necessária presença do advogado no processo criminal	ADAUTO SUANNES .....	II - 613
--	----------------------	----------

39. A atribuição dos órgãos do Ministério Público no processo penal	AFRÂNIO SILVA JARDIM.....	II - 627
---	---------------------------	----------

40. O juiz na condução do processo penal	AGAPITO MACHADO .....	II - 633
--	-----------------------	----------

41. O <i>ativismo judicial</i> no processo penal e a <i>imparcialidade</i> do juiz	ARTUR CÉSAR DE SOUZA.....	II - 655
--	---------------------------	----------

42. A independência funcional do Promotor de Justiça	AUGUSTO MARTINEZ PEREZ .....	II - 687
--	------------------------------	----------

43. Do assistente de acusação	
BERNARDO MONTALVÃO VARJÃO DE AZEVEDO .....	II - 695
44. Ausência do Ministério Público à audiência no processo- -crime	
CARLOS ALBERTO GARCETE .....	II - 731
45. Da atuação do assistente técnico no processo penal brasileiro	
DENISE PROVASI VAZ E DANYELLE DA SILVA GALVÃO .....	II - 737
46. Assistência judiciária e processo penal	
FAUZI HASSAN CHOUKR .....	II - 769
47. Procedimento penal "ex officio" e Ministério Público	
HUGO NIGRO MAZZILLI .....	II - 783
48. As atribuições do Ministério Público na Lei Complementar Federal 75, de 20.05.1993	
HUGO NIGRO MAZZILLI .....	II - 791
49. A independência do Ministério Público	
HUGO NIGRO MAZZILLI .....	II - 811
50. A natureza das funções do Ministério Público e sua posição no processo penal	
HUGO NIGRO MAZZILLI .....	II - 823
51. O princípio do promotor natural	
JAQUES DE CAMARGO PENTEADO .....	II - 835
52. Da atuação dos juízes penais, de ambas as instâncias, na pesquisa da verdade real	
JOSÉ LUIZ VICENTE DE AZEVEDO FRANCESCHINI .....	II - 847
53. A inviolabilidade do advogado em face da Constituição de 1988	
JOSÉ ROBERTO BATOCCHIO .....	II - 867
54. O posicionamento do juiz, do acusador e do defensor no processo penal	
LAÉRCIO PELLEGRINO .....	II - 879
55. A legitimidade recursal do Ministério Público na ação pe- nal privada e a interrupção da prescrição na Lei 5.250 de 09.02.1967	
NELSON NERY JUNIOR .....	II - 891
56. Auxiliar da acusação publica	
OCTAVIANO VIEIRA .....	II - 905



57. **Suspeição de magistrado**  
RENÉ ARIEL DOTTI ..... II - 909
58. **Garantias constitucionais da defesa e do exercício profissional do advogado**  
RENÉ ARIEL DOTTI ..... II - 923
59. **Do livre convencimento do juiz e de seus poderes na instrução criminal e na aplicação das penas**  
ROBERTO DE REZENDE JUNQUEIRA ..... II - 937
60. **O princípio do juiz natural e suas implicações no processo penal brasileiro**  
VLADIMIR STASIAK ..... II - 947

#### CAPÍTULO 4

#### PRISÃO E LIBERDADE PROVISÓRIA

61. **Prisão preventiva**  
ADERSON PERDIGÃO NOGUEIRA ..... II - 969
62. **Visão sistemática da prisão provisória no Código de Processo Penal**  
AFRÂNIO SILVA JARDIM ..... II - 975
63. **A prisão no curso do processo em face da nova Constituição**  
AFRÂNIO SILVA JARDIM ..... II - 999
64. **A prisão cautelar na lei de segurança nacional**  
ANTÔNIO EVARISTO DE MORAES FILHO ..... II - 1005
65. **A fiança criminal e a Constituição Federal**  
ANTONIO SCARANCE FERNANDES ..... II - 1011
66. **Funções e limites da prisão processual**  
ANTONIO SCARANCE FERNANDES ..... II - 1027
67. **Peculato e prisão preventiva**  
ARTHUR COGAN ..... II - 1039
68. **Panorama da prisão provisória ou processual no Brasil**  
BASILEU GARCIA ..... II - 1045
69. **Preservação da liberdade no anteprojeto de Código do Processo Penal**  
BASILEU GARCIA ..... II - 1057
70. **Prisão temporária (Lei 7.960, de 21.12.1989)**  
DIAULAS COSTA RIBEIRO ..... II - 1069



71. Prisões cautelares	
DYRCEU AGUIAR DIAS CINTRA JÚNIOR .....	II - 1077
72. Prisão temporária	
DYRCEU AGUIAR DIAS CINTRA JÚNIOR.....	II - 1099
73. Primeiras reflexões à Lei 12.403/2011	
EDUARDO REALE FERRARI.....	II - 1103
74. Da prisão e da liberdade provisória	
FERNANDO TOURINHO FILHO .....	II - 1107
75. Prisão processual	
HUGO NIGRO MAZZILLI .....	II - 1133
76. Legítima defesa e prisão em flagrante	
JOSÉ DAMIÃO PINHEIRO MACHADO COGAN .....	II - 1137
77. O princípio da proporcionalidade como fundamento constitucional das medidas substitutivas da prisão cautelar	
JOSÉ LAURINDO DE SOUZA NETTO .....	II - 1143
78. Prisão preventiva: um mal necessário	
KARINA MELISSA CABRAL.....	II - 1153
79. Prazo para a lavratura do auto de prisão em flagrante	
MARCOS COSME PORTO.....	II - 1179
80. O direito ao silêncio na prisão em flagrante	
MARIÂNGELA GAMA DE MAGALHÃES GOMES .....	II - 1191
81. Prisão preventiva	
NOÉ AZEVEDO .....	II - 1207
82. Fiança criminal	
OCTAVIANO VIEIRA .....	II - 1215
83. Prisão especial, sala de Estado-Maior e prisão domiciliar em face da Lei 10.258/2001	
ROBERTO DELMANTO JÚNIOR.....	II - 1217
84. Aspectos da prisão em flagrante	
SÉRGIO DE OLIVEIRA MÉDICI.....	II - 1235
85. Prisão temporária e crise urbana	
SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO .....	II - 1247
86. Prisão provisória	
SIDNEI AGOSTINHO BENETI .....	II - 1261
87. Livramento condicional e lacuna da Lei	
SYLVIA HELENA DE FIGUEIREDO STEINER.....	II - 1291

## CAPÍTULO 5 ATOS PROCESSUAIS

88. O indevido processo legal, a ideologia da “law and order” e a falta de citação do réu preso para o interrogatório  
ALBERTO ZACHARIAS TORON ..... II – 1299
89. Um singelo esboço de uma teoria geral dos atos de comunicação no processo penal  
BERNARDO MONTALVÃO VARJÃO DE AZEVEDO ..... II – 1315
90. Da obrigatoriedade da intimação da sentença à vítima não habilitada nos autos de ação penal pública  
EDGARD FERNANDO BARBOSA ..... II – 1339
91. Intimação de sentença a réu prêso  
J. NETTO ARMANDO ..... II – 1351
92. A aplicação do artigo 366 do Código de Processo Penal  
J. S. FAGUNDES CUNHA ..... II – 1355
93. O direito do acusado à publicação do edital pela imprensa  
JOSÉ CELSO DE MELLO FILHO ..... II – 1383
94. Efeitos da preclusão *pro judicato* no processo penal  
LUIZ FLÁVIO GOMES E ALICE BIANCHINI ..... II – 1389

## VOLUME III

### CAPÍTULO 1 PROVA

1. Prova emprestada  
ADA PELLEGRINI GRINOVER ..... III – 25
2. O regime brasileiro das interceptações telefônicas  
ADA PELLEGRINI GRINOVER ..... III – 41
3. A defesa penal e sua relação com a atividade probatória. A vítima e o princípio de oportunidade  
ADA PELLEGRINI GRINOVER ..... III – 65
4. O interrogatório como meio de defesa (Lei 10.792/2003)  
ADA PELLEGRINI GRINOVER ..... III – 81
5. O interrogatório judicial e o artigo 153, §§ 15 e 16, da Constituição Federal  
ADAUTO ALONSO S. SUANNES ..... III – 95

6. Provas eticamente inadmissíveis no processo penal ADAUTO SUANNES .....	III - 109
7. A investigação criminosa da prova ADHERBAL DE BARROS .....	III - 141
8. O ônus da prova na ação penal condenatória AFRÂNIO SILVA JARDIM .....	III - 153
9. Dados: inviolabilidade absoluta ou relativa? AGAPITO MACHADO .....	III - 173
10. Direito ao silêncio e Comissões Parlamentares de Inquérito ALEXANDRE DE MORAES .....	III - 179
11. Valor de las escuchas telefónicas como prueba en el sistema español ALFONSO SERRANO MAÍLLO .....	III - 201
12. A inadmissibilidade das provas ilícitas no processo penal brasileiro ANTONIO MAGALHÃES GOMES FILHO .....	III - 213
13. Os resultados da interceptação telefônica como prova penal ANTONIO MAGALHÃES GOMES FILHO E ANTONIO SCARANCE FERNANDES .....	III - 231
14. Prova e sucedâneos de prova no processo penal brasileiro ANTONIO MAGALHÃES GOMES FILHO E GUSTAVO HENRIQUE RIGHI IVAHY BADARÓ .....	III - 253
15. Prova e sucedâneos da prova no processo penal ANTONIO SCARANCE FERNANDES .....	III - 283
16. Problemas do interrogatório do acusado no processo penal ÁPIO CLÁUDIO DE LIMA ANTUNES .....	III - 319
17. Do reconhecimento de pessoas no processo criminal ARTHUR BOSISIO .....	III - 325
18. A urgência da prova testemunhal no artigo 366 do Código de Processo Penal (LEI 9.271/96) BELMIRO PEDRO WELTER E NILTON KASCTIN DOS SANTOS .....	III - 333
19. Interceptação telefônica emprestada ao processo administrativo disciplinar CAMILA PAULA DE BARROS GOMES E MARCO ANTONIO DE BARROS .....	III - 343

20. As Comissões Parlamentares de Inquérito e o sigilo das comunicações telefônicas	
CARLOS MÁRIO DA S. VELLOSO .....	III - 367
21. Cadeia de custódia: do local de crime ao trânsito em julgado; do vestígio à evidência	
CLAUDEMIR RODRIGUES DIAS FILHO .....	III - 393
22. Interceptação de comunicações telefônicas	
DAMÁSIO E. DE JESUS .....	III - 409
23. O interrogatório do réu e o direito ao silêncio	
DAVID TEIXEIRA DE AZEVEDO .....	III - 431
24. Investigação defensiva	
ÉDSON LUÍS BALDAN .....	III - 451
25. Prova emprestada no processo civil e penal	
EDUARDO TALAMINI .....	III - 469
26. La extracción compulsiva de sangre al imputado	
ENRIQUE DICHOCO E CARLOS JORNET .....	III - 501
27. Detector de mentiras	
EUVALDO CHAIB .....	III - 511
28. Prova emprestada e a preclusão do contraditório	
FÁBIO RAMAZZINI BECHARA .....	III - 515
29. Sobre la prueba de testigos y su protección en el proceso penal español	
FERNANDO DEL CACHO MILLÁN .....	III - 543
30. Segrêdo médico e indagações policiais judiciárias	
FLAMÍNIO FÁVERO .....	III - 561
31. Dificuldade de atuação dos limites jurídicos à livre apreciação da prova no chamado processo penal acusatório	
FLÁVIO MEIRELLES MEDEIROS .....	III - 565
32. Valor probatório da colaboração processual (delação premiada)	
FREDERICO VALDEZ PEREIRA .....	III - 577
33. Confissão e tipo penal	
GERALDO BATISTA DE SIQUEIRA .....	III - 603
34. Secret surveillance	
HANS-JOERG ALBRECHT .....	III - 613

35. **Busca e apreensão e acesso remoto a dados em servidores**  
 HELENA REGINA LOBO DA COSTA E MARCEL  
 LEONARDI ..... III - 643
36. **Exame de alcoolemia**  
 ISAAC SABBÁ GUIMARÃES ..... III - 665
37. **Autonomia e independência da função dos peritos crimi-  
 nais à luz da lei suprema e do Código de Processo Penal**  
 IVES GANDRA DA SILVA MARTINS ..... III - 679
38. **Produção de provas**  
 JACQUES DE CAMARGO PENTEADO ..... III - 703
39. **A natureza das normas sobre as provas criminais**  
 JAQUES DE CAMARGO PENTEADO ..... III - 715
40. **A questão sempre em suspenso do regime jurídico das es-  
 cutas telefônicas**  
 JEAN-LUC CROZAFON ..... III - 739
41. **O ônus da prova no processo penal**  
 JOÃO BATISTA LOPES ..... III - 753
42. **Perícias criminalísticas previstas no Código de Processo  
 Penal**  
 JOSÉ LOPES ZARZUELA ..... III - 763
43. **As inovações no interrogatório no processo penal**  
 JOSÉ THEODORO CORRÊA DE CARVALHO ..... III - 787
44. **Análise do valor probatório das declarações do ofendido  
 no processo penal**  
 LEONARDO LUIZ DE FIGUEIREDO COSTA ..... III - 809
45. **A memória em julgamento**  
 LILIAN MILNITSKY STEIN E MARIA LÚCIA CAMPANI  
 NYGAARD ..... III - 821
46. **Violência policial e o papel da perícia médica**  
 LUÍS ANTÔNIO FRANCISCO DE SOUZA, WÂNIA  
 PASINATO IZUMINO E ADRIANA ALVES LOCHE ..... III - 837
47. **Conceito de indícios de autoria e prova da materialidade  
 delitiva para a decisão de pronúncia**  
 LUÍS FERNANDO DE MORAES MANZANO ..... III - 847



48. Interrogatório por precatória	
LUIS PAULO SIRVINSKAS .....	III - 885
49. A identificação humana por DNA pode substituir a identificação humana por impressão digital?	
LUIZ CARLOS GARCEZ NOVAES .....	III - 891
50. O interrogatório <i>on-line</i>	
LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO .....	III - 903
51. Prova ilícita	
LUIZ FLÁVIO GOMES .....	III - 909
52. Sigilo profissional	
MARCO ANTONIO DE BARROS .....	III - 927
53. DNA e sua utilização como prova no processo penal	
MARCO ANTONIO DE BARROS E MARCOS RAFAEL PEREIRA PISCINO .....	III - 953
54. Reconhecimento visuográfica do local do crime	
MARCO ANTONIO DESGUALDO .....	III - 967
55. Identificação criminal	
MARCOS ALEXANDRE COELHO ZILLI .....	III - 985
56. A investigação criminal como meio de prova no crime de homicídio	
MARCOS CARNEIRO LIMA .....	III - 1001
57. Sobre o ônus da prova na ação penal condenatória	
MARIA LÚCIA KARAM .....	III - 1033
58. Violência sexual intrafamiliar	
MARIA REGINA FAY DE AZAMBUJA .....	III - 1055
59. Direito ao silêncio no interrogatório	
MARIA THEREZA ROCHA DE ASSIS MOURA E MAURÍCIO ZANOIDE DE MORAES .....	III - 1087
60. Proibição da prova ilícita no processo	
NILTON CÉSAR ANTUNES DA COSTA .....	III - 1109
61. Testemunhas de defesa extracontrariedade do libello	
OCTAVIANO VIEIRA .....	III - 1139
62. Prova - Essência do processo	
ONIR DE CARVALHO PERES .....	III - 1145
63. Direito de defesa e prova científica: novas tendências do processo penal italiano	
PAOLO TONINI .....	III - 1153

64. A intervenção da acusação e da defesa no interrogatório  
PAULO AFFONSO LEME MACHADO..... III - 1171
65. Interrogatório a distância - *On-line*  
PAULO HAMILTON SIQUEIRA JR..... III - 1177
66. O interrogatório à distância  
RENÉ ARIEL DOTTI..... III - 1191
67. Garantia do direito ao silêncio e a dispensa do interrogatório  
RENÉ ARIEL DOTTI..... III - 1199
68. A Lei 11.900/2009 e a adoção da videoconferência no Brasil  
RODRIGO CARNEIRO GOMES..... III - 1209
69. Busca e apreensão (direito processual penal)  
ROGÉRIO LAURIA TUCCI..... III - 1231
70. Supressão de documento  
ROGÉRIO LAURIA TUCCI..... III - 1245
71. Perícia e perito criminal  
ROGÉRIO LAURIA TUCCI..... III - 1255
72. Ordem judicial de busca e apreensão e ilicitude da prova dela extrapolante  
ROGÉRIO LAURIA TUCCI..... III - 1265
73. Intervenção das partes no interrogatório  
SELMA PEREIRA DE SANTANA..... III - 1285
74. Interrogatório do réu e direito ao silêncio  
SÉRGIO DE OLIVEIRA MÉDICI..... III - 1291
75. Colheita compulsória de material biológico para exame genético em casos criminais  
SERGIO FERNANDO MORO..... III - 1303
76. A identificação processual penal e a Constituição de 1988  
SERGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO..... III - 1321
77. Considerações críticas acerca do valor do depoimento de agente policial no processo penal  
SILAS SILVA SANTOS E JOSÉ WELLINGTON BEZERRA  
DA COSTA NETO..... III - 1343

78. Notas acerca da reforma do Código de Processo Penal quanto às disposições gerais da prova  
 TIAGO ANTUNES DE AGUIAR ..... III - 1383

## VOLUME IV

### CAPÍTULO 1 PROCESSO COMUM

1. A iniciativa instrutória do juiz no processo penal acusatório  
 ADA PELLEGRINI GRINOVER ..... IV - 25
2. A necessária rejeição da denúncia inepta  
 ADAUTO ALONSO S. SUANNES ..... IV - 39
3. Do desaforamento  
 ALCIDES AMARAL SALLES ..... IV - 45
4. Júri - Instituição nociva e arcaica  
 ALCIDES DE MENDONÇA LIMA ..... IV - 53
5. Foi mantido o Tribunal do Juri?  
 ALDROVANDO FLEURY ..... IV - 69
6. Júri popular: erro de jurado  
 ANTÔNIO CARLOS DE CARVALHO PINTO ..... IV - 73
7. A co-autoria no júri  
 ANTONIO JOSÉ M. FEU ROSA ..... IV - 79
8. Sobre o uso de algemas no julgamento pelo júri  
 ANTÔNIO MAGALHÃES GOMES FILHO ..... IV - 89
9. Júri. Nulidades  
 ANTONIO MAGALHÃES GOMES FILHO ..... IV - 99
10. Apreciação alternativa da accidentalidade e da legítima defesa, no tribunal do júri  
 BASILEU GARCIA ..... IV - 117
11. Homicídio, crime hediondo e júri  
 DAMÁSIO E. DE JESUS ..... IV - 123
12. Desclassificação do crime pelo tribunal do júri e interrupção da prescrição pela pronúncia  
 EDSON RIBAS MALACHINI ..... IV - 129
13. A pronúncia e sua natureza  
 F. CHIARADIA NETO ..... IV - 143



<b>14. Pronuncia e libello</b>	
FRANCISCO FERREIRA FRANÇA.....	IV - 153
<b>15. Jurisprudencia fossil</b>	
D. FRANCO DA ROCHA.....	IV - 161
<b>16. Questionário da legítima defesa</b>	
GASTÃO DE MOURA MAIA FILHO.....	IV - 169
<b>17. A soberania dos veredictos (artigo 5.º, XXXVIII, da CF)</b>	
GILBERTO ANTONIO LUIZ.....	IV - 177
<b>18. Defesa preliminar no processo penal</b>	
HUGO NIGRO MAZZILLI.....	IV - 183
<b>19. A atenuação do princípio <i>in dubio pro societate</i> nos procedimentos do júri em face da Lei 11.689, de 09.06.2008</b>	
IONILTON PEREIRA DO VALE.....	IV - 193
<b>20. Qual o praso entre o sorteio e a reunião do Juri?</b>	
J. DE CAMPOS TOLEDO.....	IV - 211
<b>21. Ampla defesa e direito à contraprova</b>	
JACINTO NELSON DE MIRANDA COUTINHO.....	IV - 213
<b>22. Júri: legítima defesa putativa e questionário</b>	
JAQUES DE CAMARGO PENTEADO.....	IV - 235
<b>23. Reforma processual penal e júri: primeiras impressões</b>	
JAQUES DE CAMARGO PENTEADO.....	IV - 241
<b>24. O júri como instrumento de efetividade da reforma penal</b>	
JOÃO GUALBERTO GARCEZ RAMOS.....	IV - 275
<b>25. Perante o jury</b>	
JOÃO SILVEIRA.....	IV - 287
<b>26. Defesa prévia - Resposta do acusado</b>	
JOSÉ ADRIANO MARREY NETO E JOSÉ GUILHERME DI RIENZO MARREY.....	IV - 293
<b>27. Júri de economia popular</b>	
JOSÉ RAIMUNDO GOMES DA CRUZ.....	IV - 309
<b>28. Justa causa e abuso de poder referentes à propositura da ação penal</b>	
JOSÉ RAIMUNDO GOMES DA CRUZ.....	IV - 317
<b>29. Do julgamento antecipado da lide penal</b>	
JOSÉ RAUL GAVIÃO DE ALMEIDA.....	IV - 339

30. A Lei 9.271/1996 e o Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo	
JOSÉ RENATO NALINI .....	IV - 349
31. Requisitos da pronúncia	
JOSÉ ROBERTO ANTONINI.....	IV - 379
32. O aditamento no processo penal	
JÚLIO CÉSAR RIBAS.....	IV - 385
33. Homicídio qualificado e procedimento do júri	
LUÍS FERNANDO CAMARGO DE BARROS VIDAL.....	IV - 427
34. Mídia e júri: possibilidade de restrição da publicidade do processo	
LUÍS FERNANDO CAMARGO DE BARROS VIDAL.....	IV - 459
35. Denúncia	
MANOEL PEDRO PIMENTEL.....	IV - 475
36. A oratória perante o júri	
MANOEL PEDRO PIMENTEL .....	IV - 483
37. Da ordem em que devem ser propostos os quesitos no Jury Paulista e de alguns meios de economisar tempo e trabalho nos julgamentos	
MORAES MELLO JUNIOR.....	IV - 499
38. A retratação	
PAULO JOSÉ DA COSTA JR.....	IV - 503
39. Desaforamento das causas criminais	
PEDRO BANDEIRA STEELE.....	IV - 511
40. Abuso de poder no oferecimento da denúncia	
RAIMUNDO PASCOAL BARBOSA .....	IV - 519
41. A publicidade dos julgamentos e a “sala secreta” do júri	
RENÉ ARIEL DOTTI .....	IV - 527
42. Anteprojeto do júri	
RENÉ ARIEL DOTTI .....	IV - 541
43. Considerações a respeito do ato decisório de pronúncia	
ROBERTO DELMANTO JUNIOR .....	IV - 563
44. Crise existencial do júri no direito brasileiro	
RUI STOCO .....	IV - 579
45. Tribunal do júri e o projeto de reforma de 2001	
RUI STOCO.....	IV - 585



46. Morte de co-réu SAULO DE CASTRO ABREU FILHO .....	IV - 639
47. Pronúcia e Libello VASCO SMITH DE VASCONCELLOS .....	IV - 665
48. Da defesa nas ações penais regidas pela Lei n. 4.611, de 1965 WOLNEY SANTOS.....	IV - 671
<b>CAPÍTULO 2</b> <b>PROCESSO ESPECIAL</b>	
49. Sobre o Juizado Especial de "Pequenas Causas" em matéria penal ALBERTO ZACHARIAS TORON .....	IV - 679
50. A vítima no processo penal ALEXANDRE WUNDERLICH.....	IV - 693
51. Considerações sobre a representação na Lei 9.099/1995 ALEXIS AUGUSTO COUTO DE BRITO .....	IV - 723
52. Juizados especiais para julgamento das infrações penais de menor potencial ofensivo ÁLVARO LAZZARINI .....	IV - 739
53. Os procedimentos no Juizado Especial Criminal CEZAR ROBERTO BITENCOURT.....	IV - 753
54. O fim da exclusão da definição de infração de menor potencial ofensivo dos crimes para os quais a lei preveja procedimento especial CHRISTIAN BARRETO SALCEDO DA MATTA.....	IV - 775
55. Decadência DAMÁSIO E. DE JESUS .....	IV - 781
56. Condição impossível nos crimes tributários DAVI DE PAIVA COSTA TANGERINO E JOYCE ROYSEN. ....	IV - 787
57. A culpa penal e a Lei 9.099/1995 DAVID TEIXEIRA DE AZEVEDO .....	IV - 795
58. Suspensão condicional do processo e desclassificação do crime em face dos princípios da igualdade e da proteção judiciária DYRCEU AGUIAR DIAS CINTRA JUNIOR.....	IV - 809

59. Fluxos de cadeia ou de caixa EDSON VIDIGAL .....	IV - 821
60. Questões ainda controvertidas sobre a suspensão condicional do processo EUSTÁQUIO SILVEIRA.....	IV - 829
61. Considerações sobre o juizado especial criminal GENACÉIA DA SILVA ALBERTON.....	IV - 837
62. A portaria judicial na instauração de processo sumário GIL DE ALMEIDA .....	IV - 861
63. Juizados especiais para julgamento das infrações penais de menor potencial ofensivo HERMÍNIO ALBERTO MARQUES PORTO E NELSON NERY JUNIOR.....	IV - 867
64. As sanções e o procedimento criminal dos direitos autorais HILDEBRANDO PONTES NETO .....	IV - 889
65. Prévio esgotamento da via administrativa e ação penal nos crimes contra a ordem tributária HUGO DE BRITO MACHADO .....	IV - 903
66. Juizados Especiais Criminais JAQUES DE CAMARGO PENTEADO.....	IV - 917
67. Ação penal privada JOSÉ HENRIQUE PIERANGELLI.....	IV - 939
68. O juiz criminal e a Lei 9.099/1995 JOSÉ RENATO NALINI .....	IV - 953
69. O Brasil e a mediação penal JOSÉ RENATO NALINI .....	IV - 977
70. Os juizados penais e a filosofia da Lei 9.099/1995 JOSÉ RENATO NALINI .....	IV - 999
71. A representação e a Lei 9.099/1995 (Juizados Especiais Cíveis e Criminais) JULIO FABBRINI MIRABETE.....	IV - 1027
72. Competência dos Juizados Especiais Criminais JULIO FABBRINI MIRABETE.....	IV - 1033
73. A busca e apreensão nos crimes contra a propriedade industrial LÉLIO D. SCHMIDT.....	IV - 1041

74. Da suspensão condicional do processo criminal  
LÚCIA HELENA ROSAS DE ÁVILA FEIJÓ ..... IV - 1067
75. Dos procedimentos ordinário, sumário e sumaríssimo  
LUCIANO MARQUES LEITE ..... IV - 1079
76. Da transação penal e da suspensão condicional do processo  
LUIZ FLÁVIO GOMES ..... IV - 1093
77. Sobre a natureza jurídica da proposta do Ministério Público na suspensão condicional do processo (Lei 9.099/1995, artigo 89)  
LUIZ FLÁVIO GOMES ..... IV - 1111
78. O prévio exaurimento da via administrativa nos crimes tributários ou previdenciários  
LUIZ FLÁVIO GOMES ..... IV - 1131
79. Anotações sobre aspectos penais e processuais penais das Leis 9.099/95 e 10.259/2001 - Leis dos Juizados Especiais  
MARIA LÚCIA KARAM ..... IV - 1153
80. Direito de informação e interesse público  
MIGUEL REALE JÚNIOR ..... IV - 1185
81. A inconstitucionalidade da quebra de sigilo bancário estabelecido pelas Leis Complementares 104/2001 e 105/2001  
MIGUEL REALE JUNIOR ..... IV - 1197
82. A vítima no processo penal  
PAULA BAJER FERNANDES MARTINS DA COSTA ..... IV - 1211
83. A desburocratização do procedimento sumário  
PEDRO HENRIQUE DEMERCIAN E MARTHA DE TOLEDO MACHADO ..... IV - 1219
84. Suspensão condicional do processo  
RICARDO GALBIATI ..... IV - 1225
85. Admissibilidade da suspensão condicional do processo na ação penal privada  
RICARDO LEWANDOWSKI ..... IV - 1235
86. Pedido de expiações  
ROGÉRIO LAURIA TUCCI ..... IV - 1239



87. A transação penal como ato da denominada jurisdição voluntária  
     ROGÉRIO PACHECO ALVES..... IV - 1251
88. Afastamento temporário do réu do cargo de prefeito enquanto estiver sendo objeto de ação penal  
     RUI STOCO..... IV - 1271
89. Juizados Especiais Criminais  
     TADEU A. DIX SILVA..... IV - 1289
90. A aplicabilidade, ou não, do instituto da suspensão do processo, em feitos iniciados por ação penal privada exclusiva  
     THEODÓSIO FERREIRA DE FREITAS..... IV - 1299
91. Dos Juizados Especiais Criminais  
     VERA REGINA DE ALMEIDA BRAGA ..... IV - 1307
92. Delegacias de defesa da mulher e juizados especiais criminais  
     WÂNIA PASINATO IZUMINO ..... IV - 1329

## VOLUME V

### CAPÍTULO 1 SENTENÇA PENAL

1. Eficácia e autoridade da sentença penal  
     ADA PELLEGRINI GRINOVER..... V - 25
2. Prescrição e sentença absolutória  
     ADAUTO SUANNES ..... V - 53
3. A sentença penal e o Código Penal Brasileiro de 1984  
     AGAPITO MACHADO ..... V - 59
4. Aspectos subjetivos da sentença penal  
     ALICE BIANCHINI..... V - 83
5. A correlação entre imputação e sentença no Brasil  
     ANTONIO SCARANCE FERNANDES..... V - 101
6. O perdão judicial  
     ARTHUR COGAN..... V - 129

7. Perdão judicial e seus efeitos  
CELSE DELMANTO ..... V - 135
8. La motivación de la subsunción típica en la sentencia penal  
ENRIQUE BACIGALUPO ..... V - 141
9. Vícios de motivação da sentença penal: ausência de motivação, motivação contraditória, motivação implícita e motivação *per relationem*  
GUSTAVO HENRIQUE RIGHI IVAHY BADARÓ ..... V - 159
10. Motivação da sentença  
JOSÉ CARLOS G. XAVIER DE AQUINO ..... V - 183
11. Efeitos das sentenças absolutórias nos casos do artigo 27 do Código Penal  
JULIO CESAR DE FARIA ..... V - 189
12. Cuantificación de la pena y discrecionalidad judicial  
MANUEL DE RIVACOBIA Y RIVACOBIA ..... V - 193
13. Revisão do decênio da reforma penal (1985-1995)  
MAURÍCIO KUEHNE ..... V - 211
14. Estrutura da sentença penal  
PETRUCIO FERREIRA ..... V - 231
15. Inteligência dos artigos 383 e 617 do Código de Processo Penal  
ROBERTO DE REZENDE JUNQUEIRA ..... V - 257
16. Sentença penal  
ROGÉRIO LAURIA TUCCI ..... V - 263
17. Isenção de pena no direito penal brasileiro e seu equívoco tratamento como “perdão judicial”  
ROGÉRIO LAURIA TUCCI ..... V - 295
18. A função criadora da sentença criminal  
SÉRGIO DE OLIVEIRA MÊDICI ..... V - 317
19. Cálculo de pena e o dever de motivar  
SÉRGIO SALOMÃO SHECAIRA ..... V - 331
20. Breves considerações sobre a “*emendatio libelli*” e a “*mutatio libelli*”  
SÉRGIO SEIJI SHIMURA ..... V - 345
21. Dos efeitos das sentenças criminaes no juízo civil  
SPENCER VAMPRE ..... V - 355



## CAPÍTULO 2

### PRESCRIÇÃO PENAL: ASPECTOS PROCESSUAIS

22. Lei 7.209, de 1984, e a prescrição retroativa  
ADRIANO MARREY..... V - 367
23. Extinção da punibilidade  
AGAPITO MACHADO..... V - 371
24. Decadência no crime permanente e no crime continuado  
BASILEU GARCIA..... V - 383
25. Supressão de parcela da prescrição retroativa  
CEZAR ROBERTO BITENCOURT..... V - 391
26. Revelia e prescrição penal  
DAMÁSIO E. DE JESUS..... V - 409
27. A retroatividade da sentença, no cálculo da prescrição penal  
J. CANUTO MENDES DE ALMEIDA..... V - 417
28. Da extensão do reconhecimento da prescrição retroativa  
no âmbito do direito administrativo  
JOSÉ HENRIQUE PIERANGELI..... V - 435
29. A prescrição retroativa e a inutilidade do provimento juris-  
dicional  
LUIZ SERGIO FERNANDES DE SOUZA..... V - 461
30. A suspensão do prazo prescricional no artigo 366 do CPP e  
suas limitações constitucionais  
MARIÂNGELA GAMA DE MAGALHÃES GOMES..... V - 467
31. O Supremo Tribunal Federal e o princípio da prescrição  
pela pena em concreto  
NÍLSON VITAL NAVES..... V - 479
32. Prescrição criminal  
PEDRO CAMARINHA..... V - 489

## CAPÍTULO 3

### NULIDADE

33. Processo penal: da inexistência da sentença proferida por  
juiz sem jurisdição  
FLÁVIA DE VASCONCELLOS LANARI..... V - 495

34. Sentença “inexistente” e *reformatio in pejus* indireta  
LUIS FELIPE TEGON CERQUEIRA LEITE ..... V – 505
35. A nulidade parcial da sentença penal como artifício para a manutenção do decreto condenatório  
MÁRIO HELTON JORGE ..... V – 519
36. Arguição do vício de capacidade subjetiva do julgador no processo penal  
R. REIS FRIEDE ..... V – 539
37. A nulidade no processo penal  
ROMEU PIRES DE CAMPOS BARROS ..... V – 557
38. Responsabilidade civil por erro judiciário em ação penal condenatória  
RUI STOCO ..... V – 579
39. La cosiddetta nullità assoluta delle sentenze penali  
T. KROSCHER ..... V – 591
40. Nulidades  
VICENTE DE PAULO VICENTE DE AZEVEDO ..... V – 613

#### CAPÍTULO 4 RECURSOS

41. Renovação do pedido de “Habeas Corpus”  
ABRAÃO ATEM ..... V – 653
42. Embargos de declaração em matéria penal e suspensão do prazo para a interposição de outros recursos  
ADA PELLEGRINI GRINOVER ..... V – 657
43. Efeito devolutivo do recurso especial  
ADA PELLEGRINI GRINOVER ..... V – 663
44. Ministério Público – Sentença penal condenatória  
AFRÂNIO SILVA JARDIM ..... V – 679
45. Medida liminar em *habeas corpus*  
ALBERTO SILVA FRANCO ..... V – 687
46. A Constituição de 1988 e o conceito de bons antecedentes para apelar em liberdade  
ALBERTO ZACHARIAS TORON ..... V – 695
47. O princípio do *in dubio pro reo* nos recursos especial e extraordinário  
ALBERTO ZACHARIAS TORON ..... V – 713

48. O *Habeas-Corpus* na Prática Judicial Brasileira (1841-1920)  
ANDREI KOERNER ..... V - 727
49. *Habeas corpus* para reconhecimento de nulidade após a  
extinção da pena privativa de liberdade  
ANGELITO A. AIQUEL ..... V - 749
50. Mandado de segurança em matéria criminal  
ANTONIO SCARANCE FERNANDES ..... V - 755
51. As origens da liminar em *habeas corpus* no direito brasi-  
leiro  
ARNOLDO WALD ..... V - 773
52. Apelação criminal do assistente  
BASILEU GARCIA ..... V - 779
53. Revisão criminal  
CUNHA BARRETO ..... V - 787
54. O Ministério Público no processo de “*habeas corpus*”  
DANTE BUSANA E LAERTE J. CASTRO SAMPAIO ..... V - 803
55. Interpretação do artigo 408 do Cod. Penal  
EDMUNDO LINS ..... V - 823
56. Do *habeas corpus*  
EDUARDO BRAGA ..... V - 827
57. O agravo de instrumento no processo penal  
EDUARDO S. PIMENTA E RUI CALDAS PIMENTA ..... V - 833
58. O *Habeas Corpus* na pena de multa  
FABIO MACHADO DE ALMEIDA DELMANTO ..... V - 839
59. Breves notas sobre o recurso-crime em sentido estrito  
FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA ..... V - 855
60. O *Habeas Corpus* tranca o processo?  
GERALDO BATISTA DE SIQUEIRA ..... V - 865
61. Do aperfeiçoamento da tutela jurisdicional: embarguinho  
GERALDO BATISTA DE SIQUEIRA ..... V - 873
62. Presunção de inocência  
GUILHERME MADEIRA DEZEM ..... V - 889
63. Revisão *pro societate*  
HUGO NIGRO MAZZILLI ..... V - 909
64. O Ministério Público e o *habeas corpus*  
HUGO NIGRO MAZZILLI ..... V - 915



65. O pedido de absolvição formulado pelo Ministério Público no processo penal e seu interesse de recorrer  
HUGO NIGRO MAZZILLI ..... V - 921
66. A instrução no processo de revisão criminal  
ÍTALO GALLI ..... V - 929
67. Revisão criminal  
JAQUES DE CAMARGO PENTEADO ..... V - 937
68. Revisão Criminal  
JOÃO CID MACEDO PORTUGAL ..... V - 949
69. Admissibilidade do protesto por novo júri no concurso formal impróprio  
JOSÉ CÂNDIDO DE BORBA NETO ..... V - 955
70. Revisão criminal  
JOSÉ LUIZ VICENTE DE AZEVEDO FRANCESCHINI ..... V - 965
71. Da restauração e eficácia de alguns princípios da revisão criminal  
JOSÉ LUIZ VICENTE DE AZEVEDO FRANCESCHINI ..... V - 979
72. Decisão condenatória pendente de recurso do acusado, progressão de regime prisional de *habeas corpus*  
LEONIDAS RIBEIRO SCHOLZ ..... V - 1003
73. Efeitos dos recursos criminais quanto à prisão do réu, em face do novo Código do Processo Penal, Conclusões.  
LINCOLN DE ASSIS MOURA ..... V - 1011
74. Efeitos suspensivos dos recursos constitucionais  
LUÍS FERNANDO C. DE BARROS VIDAL ..... V - 1019
75. Da ilegitimidade recursal do Ministério Público na ação penal privada  
LUIZ JUAREZ NOGUEIRA DE AZEVEDO ..... V - 1025
76. O recolhimento à prisão como pressuposto de admissibilidade do recurso  
LUIZ MANOEL GOMES JÚNIOR ..... V - 1029
77. Da utilização do recurso adesivo no direito processual penal  
LUIZ MANOEL GOMES JÚNIOR ..... V - 1037

78. *O habeas corpus e a competência originária do STF*  
MARCO AURÉLIO DE MELLO ..... V - 1045
79. Conflito entre o artigo 594 do Código de Processo Penal e o artigo 35 da lei de tóxicos e a posição conciliadora do § 2.º do artigo 2.º da Lei de Crimes Hediondos  
MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA E GEISA VALÉRIA  
SOATO MARIN ..... V - 1055
80. Âmbito cognitivo da revisão criminal, quando fundada no art. 621, I, segunda hipótese, do CPP  
MARIA ALICE SILVA MORAES ..... V - 1061
81. Reabilitação  
MICHEL BASILE NICOLAIDIS ..... V - 1079
82. A liminar no mandado de segurança e *habeas corpus*  
PAULO ROBERTO DA SILVA PASSOS ..... V - 1091
83. Problemas actuais do *habeas corpus* em Portugal  
PEDRO CORREIA GONÇALVES ..... V - 1107
84. Habeas corpus  
PEDRO LESSA ..... V - 1143
85. A revisão do processo penal findo pelo réu foragido  
PEDRO NUNES GUSMÃO ..... V - 1155
86. Habeas-corpus  
PIRES E ALBUQUERQUE ..... V - 1159
87. Baixa na culpa  
ROGÉRIO LAURIA TUCCI ..... V - 1173
88. Limitação da extensão de apelação e inexistência de execução penal provisória  
ROGÉRIO LAURIA TUCCI ..... V - 1179
89. Embargos de declaração com efeito modificativo, opostos por assistentes do Ministério Público  
ROGÉRIO LAURIA TUCCI ..... V - 1193
90. Atuação do Ministério Público no processamento dos recursos criminais face aos princípios do contraditório e da isonomia  
ROGERIO SCHIETTI MACHADO CRUZ ..... V - 1213



91. O fim do protesto por novo júri e a questão do direito intertemporal  
RÔMULO DE ANDRADE MOREIRA..... V - 1227
92. Da reabilitação  
ROVILSON CLEBER SPROVIERI..... V - 1241
93. A revisão criminal  
RUY ALBERTINO NUNES DA ROCHA..... V - 1259
94. O apelo contra a vontade do réu  
SÉRGIO DEMORO HAMILTON..... V - 1275
95. Súmula vinculante em matéria penal  
SÉRGIO SÉRVULO DA CUNHA ..... V - 1283
96. Considerações sobre a origem e evolução da ação de *habeas corpus*  
THIAGO BOTTINO DO AMARAL..... V - 1303
97. *Habeas corpus*  
VICENTE P. SARAIVA..... V - 1339

## VOLUME VI

### CAPÍTULO 1 EXECUÇÃO PENAL

1. *Lex mitior e vacatio legis*  
ADAUTO ALONSO S. SUANNES..... VI - 25
2. A prisão em decorrência de sentença penal condenatória  
AFRÂNIO SILVA JARDIM ..... VI - 33
3. A falência da execução penal e a instituição da pena de morte no Brasil  
AILTON STROPA GARCIA..... VI - 49
4. Análise crítica do “(des)controle” normativo-judicial sobre a atividade administrativa nas prisões federais  
ALCIDES MARQUES PORTO PACHECO..... VI - 77
5. A recuperação dos sentenciados e a questão do exame criminológico *versus* parecer das comissões técnicas de classificação  
ALVINO AUGUSTO DE SÁ..... VI - 105

6. A pena como assunto penitenciário	
AMARO ALVES DE ALMEIDA FILHO .....	VI - 125
7. Trabalho penitenciário	
AMARO ALVES DE ALMEIDA FILHO .....	VI - 131
8. Algunas reflexiones sobre la pena y el pensamiento penal	
ANA MESSUTI .....	VI - 137
9. Temas fundamentais de execução penal	
ANABELA MIRANDA RODRIGUES .....	VI - 165
10. Impossibilidade de aplicação das penas alternativas para traficantes	
ANTONIO BALDIN .....	VI - 203
11. A redução da maioridade penal e a relação da ressocialização prisional com os direitos humanos fundamentais	
ANTONIO BAPTISTA GONÇALVES .....	VI - 207
12. Protagonismo de las víctimas en la ejecución penal	
ANTONIO BERISTAIN .....	VI - 227
13. Reflexos relevantes de um processo de execução penal jurisdicionalizado	
ANTONIO SCARANCE FERNANDES .....	VI - 245
14. Aferição da periculosidade para o livramento condicional	
ARTHUR COGAN .....	VI - 269
15. Direito intertemporal	
ARY FLORÊNCIO GUIMARÃES .....	VI - 275
16. Perdão e commutação de penas criminaes	
BAPTISTA DE MELLO .....	VI - 285
17. Da suspensão condicional da pena	
BASILEU GARCIA .....	VI - 311
18. Reforma da pena de multa	
BASILEU GARCIA .....	VI - 321
19. A pena acessória de suspensão dos direitos políticos perante o "sursis"	
BASILEU GARCIA .....	VI - 335
20. Encurtamento gradativo da pena	
CANDIDO MENDES DE ALMEIDA .....	VI - 341
21. As modificações introduzidas nos artigos 6.º e 112 da LEP pela Lei 10.792/2003 e a jurisdicionalização e a individualização da pena na execução penal	
CARMEN SILVIA DE MORAES BARROS .....	VI - 353

22. A suspensão condicional da pena	CEZAR ROBERTO BITENCOURT .....	VI - 365
23. Limitação de fim de semana	CEZAR ROBERTO BITENCOURT .....	VI - 395
24. O tratamento penal do condenado de escassa periculosidade	DAMÁSIO E. DE JESUS .....	VI - 417
25. Reflexões em torno do projeto de política criminal e penitenciária da OAB/SP	DYRCEU AGUIAR DIAS CINTRA JÚNIOR .....	VI - 445
26. Cooperação internacional na execução da pena	ELA WIECKO V. DE CASTILHO .....	VI - 463
27. Das penas e sua aplicação	EVERARDO DA CUNHA LUNA .....	VI - 477
28. A pena e sua aplicação	FÁBIO BITTENCOURT DA ROSA .....	VI - 487
29. Panorama comparativo dos modernos sistemas penitenciários	FRANCISCO BUENO ARÚS .....	VI - 495
30. A Lei 6.205, de 29.04.1975, e os critérios de fixação de penas de multa	GERALDO DE FARIA LEMOS PINHEIRO .....	VI - 525
31. Constituição Federal e a Lei 8.072/1990	GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA .....	VI - 531
32. Livramento condicional	HELENO CLÁUDIO FRAGOSO .....	VI - 547
33. Coisa julgada e execução penal	JAQUES DE CAMARGO PENTEADO .....	VI - 555
34. Tempo da prisão	JAQUES DE CAMARGO PENTEADO .....	VI - 563
35. Penitenciariismo brasileiro, sombra sinistra da sociedade desajustada em que vivemos	JOÃO JOSÉ LEAL .....	VI - 607
36. Obrigatoriedade do trabalho prisional, regime semi-aberto e trabalho externo em face da inexistência de colônia penal	JOÃO JOSÉ LEAL .....	VI - 619
37. Algumas questões polêmicas acerca da remição penal	JOÃO JOSÉ LEAL .....	VI - 635

38. Do condenado e da pena	
JOSÉ AUGUSTO ABREU MACHADO E GILBERTO PASSOS DE FREITAS.....	VI – 659
39. Das penas na fase de sua execução	
JOSÉ RIBAMAR FREITAS .....	VI – 687
40. Uma experiência democrática na administração penitenciária	
JOSÉ ROBERTO ANTONINI.....	VI – 695
41. Lei 9.714/1998 – Penas restritivas de direitos	
LEONARDO LUIZ DE FIGUEIREDO COSTA.....	VI – 703
42. Suspensão condicional da pena e livramento condicional:	
LUIZ AUGUSTO FREIRE TEOTÔNIO .....	VI – 713
43. Mota coqueiro: o erro em torno do erro	
LUIZ FRANCISCO CARVALHO FILHO.....	VI – 721
44. Medidas de segurança no direito comparado	
LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO .....	VI – 737
45. Da inexecutabilidade da lei de execução penal	
LUIZ FLÁVIO GOMES.....	VI – 745
46. Ensaio sobre a pena	
MANOEL PEDRO PIMENTEL.....	VI – 759
47. A defesa dos direitos do encarcerado	
MANOEL PEDRO PIMENTEL.....	VI – 795
48. Sistemas penitenciários	
MANOEL PEDRO PIMENTEL.....	VI – 809
49. Administração penitenciária democrática	
MANOEL PEDRO PIMENTEL .....	VI – 825
50. Determinação do regime prisional	
MÁRCIO BÁRTOLI.....	VI – 839
51. Sobre a aplicação da pena de multa	
MÁRCIO BÁRTOLI.....	VI – 843
52. A redenção das penas pelo trabalho	
MARIA DA GRAÇA MORAIS DIAS.....	VI – 851
53. Discussão em torno do internamento de inimputável em razão de anomalia psíquica	
MARIA JOÃO ANTUNES.....	VI – 863
54. Execução penal e falência do sistema carcerário	
MARIA THEREZA ROCHA DE ASSIS MOURA.....	VI – 879



55. A pena e respectivos limites MÍLTON LUIZ PEREIRA.....	VI - 893
56. Trabalho externo particular do condenado na execução penal NEGI CALIXTO.....	VI - 909
57. Ampliação negativa da prisão albergue NEGI CALIXTO.....	VI - 927
58. I - Livramento condicional, em face do novo direito penal NOÊ AZEVEDO.....	VI - 933
59. Pena de multa OTTO CYRILLO LEHMANN.....	VI - 939
60. Relações entre a polícia e o Judiciário no processo de execução da pena PAULO JOSÉ DA COSTA JÚNIOR.....	VI - 961
61. Podem os presos associar-se? PEDRO ARMANDO EGYDIO DE CARVALHO.....	VI - 975
62. Seis postulados sobre a prisão na utopia de uma sociedade igualitária e democrática PEDRO ARMANDO EGYDIO DE CARVALHO.....	VI - 981
63. Crise na execução penal: da assistência RENATO FLÁVIO MARCÃO.....	VI - 997
64. As novas linhas do livramento condicional e da reabilitação RENÊ ARIEL DOTTI.....	VI - 1013
65. A lei de execução penal RENÊ ARIEL DOTTI.....	VI - 1033
66. Execução penal no Brasil RENÊ ARIEL DOTTI.....	VI - 1053
67. Suspensão condicional da pena ROGÉRIO LAURIA TUCCI.....	VI - 1073
68. Livramento condicional ROGÉRIO LAURIA TUCCI.....	VI - 1093
69. Progressão na execução das penas privativas de liberdade ROGÉRIO LAURIA TUCCI.....	VI - 1113
70. Princípio e regras da execução de sentença penal ROGÉRIO LAURIA TUCCI.....	VI - 1131
71. Revogação da suspensão condicional da pena ROSA MARIA BARRETO BORRIELLO DE ANDRADE.....	VI - 1157

## Vol. - Pág.

72. Execução penal: o direito à remição da pena  
RUI CARLOS MACHADO ALVIM ..... VI - 1167
73. Livramento condicional e fixação de penas  
RUY ALBERTINO NUNES DA ROCHA ..... VI - 1183
74. Processo de execução penal  
SÉRGIO DE OLIVEIRA MÉDICI ..... VI - 1191
75. Os regimes de cumprimento de pena e o exame crimino-  
lógico  
SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO ..... VI - 1205
76. Execução penal  
SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO ..... VI - 1213
77. Conceito de mérito, no andamento dos regimes prisionais  
SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO ..... VI - 1225
78. Execução da multa penal  
SÉRGIO SHIMURA ..... VI - 1239
79. A pena de morte  
SÍLVIO DOBROWOLSKI ..... VI - 1251
80. A intervenção do juiz na execução da pena  
VALENTIM ALVES DA SILVA ..... VI - 1271
81. As penas privativas da liberdade e sua execução  
VALENTIM ALVES DA SILVA ..... VI - 1283
82. Execução da pena de multa: juízo competente  
VERA REGINA DE ALMEIDA BRAGA ..... VI - 1295
83. A prisão-albergue no Estado do Paraná  
WAGNER BRÜSSOLO PACHECO ..... VI - 1301
84. Pena de multa: correção monetária  
WILSON ZAUHY FILHO ..... VI - 1317

# ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO

(Numeração romana – volumes;  
numeração árábica – artigos.)

## A

### ABOLITIO CRIMINIS – VI-I

#### ABSOLUÇÃO – IV-23

- Pedido – Ministério público – V-65; V-90
- Pedido – Ministério público – Recorribilidade – V-65
- Pedido – Ministério público – Recorribilidade – Jurisprudência – V-65
- Recurso de ofício – V-73
- sumária – I-6; IV-19; IV-23

#### ABUSO DE PODER – II-32

#### ABUSO DE PODER NO OFERECIMENTO DA DENÚNCIA – Raimundo Pascoal Barbosa – IV-40

#### ABUSO DO DIREITO NO REQUERIMENTO DE MEDIDAS CAUTELARES TÍPICAS E ATÍPICAS NO PROCESSO PENAL (O) – Alexander Araujo de Souza – II-4

#### AÇÃO

- causal – Teoria – I-62
- civil – I-32; I-61
- civil – Conceito – I-61
- Conceito – I-25; I-62; V-14; VI-70
- Conceito ontológico – I-62
- Conceito pré-jurídico – I-62
- Direito – I-2; IV-28; VI-70
- Finalista – Teoria – I-62; I-63; I-64; II-76; III-33
- Finalista – Teoria – Confissão – III-33
- Jurídico-penal – Teoria – I-62
- penal – I-63; I-70; III-22
- penal – Aditamento – I-13; IV-32

- penal – Aditamento – Cabimento – IV-32
- penal – Aditamento – Conceito – IV-32
- penal – Aditamento – Momento – IV-32
- penal – Aditamento – Recebimento – IV-32
- penal – Aditamento – Recebimento – Consequência – IV-32
- penal – Aditamento – Recebimento – Prescrição – Interrupção – IV-32
- penal – Aditamento – Rejeição – IV-32
- penal – Aditamento – Rejeição – Recurso – IV-32
- penal – Aditamento espontâneo – IV-32
- penal – Aditamento material – IV-32
- penal – Aditamento pessoal – IV-32
- penal – Aditamento provocado – IV-32
- penal – Aditamento provocado – Hipótese – IV-32
- penal – Aditamento real – IV-32
- penal – Aditamento substantivo – IV-32
- penal – Aforamento – I-16
- penal – Arquivamento – I-70; I-72
- penal – Atividade jurisdicional – I-13
- penal – Classificação – I-65
- penal – Conceito – Bettiol – I-69
- penal – Conceito – finalista – I-69
- penal – Conceito – finalista – Presupostos filosóficos – I-69
- penal – Conceito – finalista – Sistematização – I-69



- penal - Conceito - I-63; I-65; IV-28
- penal - Conceito naturalista - I-69
- penal - Conceito normativo - I-69
- penal - Conceito sintomático - I-69
- penal - Conceito social - I-69
- penal - Concepção material - I-65
- penal - Condição - I-62
- penal - Condição - IV-23
- penal - Constrangimento ilegal - IV-28
- penal - Crime tributário - IV-59; IV-65
- penal - Crime tributário - Condição - IV-59; IV-65
- penal - Crime tributário - Pressuposto - IV-59; IV-65
- penal - Despesas - I-65
- penal - Estrutura - IV-80
- penal - Extinção da punibilidade - Prosseguimento - I-39
- penal - Finalidade - I-69
- penal - Formalismo - IV-32
- penal - Inadmissibilidade - I-1
- penal - Indisponibilidade - Princípio - IV-32; IV-60
- penal - Indivisibilidade - IV-32
- penal - Instauração - Pressupostos - I-43
- penal - Interesse privado - II-33
- penal - Interesse público - II-33
- penal - Intervenção - Ilegítima - II-90
- penal - Júri - IV-23
- penal - Justa causa - IV-80
- penal - *Legitimatío ad causam* - I-65
- penal - Legitimidade - I-65
- penal - Legitimidade processual - I-65
- penal - Medida preparatória - IV-86
- penal - Medida preparatória facultativa - IV-86
- penal - Ministério Público - I-65
- penal - Ministério Público - Iniciativa - I-7
- penal - Natureza pública - I-65
- penal - Nulidade - IV-28
- penal - Nulidade - Denúncia - Imprecisão - IV-80
- penal - Nulidade - Justa - causa - IV-80
- penal - Objetivo - V-35; V-37
- penal - Obrigatoriedade - IV-62; IV-89
- penal - Obrigatoriedade - Princípio - IV-82
- penal - Ofendido - I-56
- penal - Oportunidade - Princípio - puro - I-65
- penal - Origem - IV-28
- penal - Poder - Abuso - Doutrina - IV-28
- penal - Poder - Abuso - IV-28
- penal - Polo passivo - I-64
- penal - Prescrição - V-23; V-25; V-27; V-28; V-29
- penal - Prescrição - Direito comparado - V-27; V-28
- penal - Prescrição - Efeito - V-23; V-25; V-27; V-28; V-29
- penal - Pressuposto - IV-23; IV-28
- penal - Pressuposto objetivo - IV-23
- penal - Pressuposto subjetivo - IV-23
- penal - Procedibilidade - IV-65
- penal - Propositura - I-18; I-65; II-7
- penal - Prova - Ônus - III-57
- penal - Questão prejudicial - IV-65
- penal - Representação - I-70
- penal - Requisição - II-88
- penal - Requisito - IV-23; IV-28
- penal - Retificação - IV-32
- penal - Sobrestamento - II-92
- penal - Titular - I-65
- penal - Trancamento - II-69
- penal - Transação - I-65
- penal - Vício - IV-28
- penal condenatória - Ônus da prova - III-8
- penal *ex officio* - I-70
- penal popular - I-70



- penal privada - I-57; I-64; I-65; I-66; I-67; I-68; I-70; II-16; II-21; II-55; V-15
- penal privada - Abandono - I-70
- penal privada - Apelação - Legitimidade - V-75
- penal privada - Apelação - Ministério público - V-75
- penal privada - Conceito - II-55; V-15
- penal privada - Entes coletivos - Legitimidade - II-21
- penal privada - Extinção - I-65
- penal privada - Histórico - I-70
- penal privada - Indivisibilidade - IV-80
- penal privada - Indivisibilidade - Princípio - I-64
- penal privada - Irregularidade processual - I-65
- penal privada - Legitimidade - I-68; II-55
- penal privada - Legitimidade - Ministério público - II-55
- penal privada - Legitimidade recursal - I-68
- penal privada - Nulidade processual - I-65
- penal privada - Ônus do particular - I-65
- penal privada - Queixa - I-67
- penal privada - Representação - IV-67; IV-69
- penal privada - Substituição processual - V-75
- penal privada adesiva - I-70
- penal privada exclusiva - I-64; I-70
- penal privada propriamente dita - I-65
- penal privada subsidiária - I-22; I-56; I-58; I-65; I-70
- penal privada subsidiária - Defesa sintética - I-70
- penal privada subsidiária - Evolução - I-58
- penal privada subsidiária - Origem - I-58
- penal privada subsidiária - Reforma - Projetos - I-70
- penal pública - I-10; I-57; I-65; I-70; II-54; IV-32
- penal pública - Controle subsidiário - I-70
- penal pública - Delito - I-61
- penal pública - Discricionariedade regrada - Princípio - IV-69
- penal pública - Indisponibilidade - Princípio - IV-90
- penal pública - Indivisibilidade - I-13
- penal pública - Legitimidade - V-3
- penal pública - Ministério Público - *Opinio delicti* - II-3
- penal pública - Monopólio - I-70
- penal pública - Obrigatoriedade - Princípio - I-2; IV-90
- penal pública - Requisitos - II-30
- penal pública - Vítima - IV-50
- penal pública - Vítima - Ausência - IV-50
- penal pública - Vítima - Desistência - tácita - IV-50
- penal pública condicionada - I-54; I-65; I-67; IV-51
- penal pública condicionada - Representação - IV-51; IV-68; IV-69
- penal pública condicionada - Representação do ofendido - Suspensão - condicional - IV-90
- penal pública incondicionada - I-2; I-65; I-67
- penal pública incondicionada - Legitimidade - V-55
- penal pública incondicionada - Ministério público - V-55
- penal pública incondicionada - Ofendido - V-55
- penal pública incondicionada - Suspensão condicional - IV-90
- penal pública incondicionada - V-55
- penal subsidiária - Adoção - I-66
- penal privada mediante representação - I-56
- revocatória - I-37

- Social - Teoria - I-62
- AÇÃO NO MODELO TIPO (A) - Nilson Vital Naves - I-69
- AÇÃO PENAL (Da) - Basileu Garcia - I-56
- AÇÃO PENAL PRIVADA - José Henrique Pierangeli - IV-67
- AÇÃO PENAL PRIVADA DEVE SER EX-TINTA (A) - João José Leal - I-65
- AÇÃO PENAL PRIVADA SUBSIDIÁRIA - Dirceu de Mello - I-58
- AÇÃO PENAL: ASPECTOS DA ATIVIDADE ACUSATÓRIA - Geraldo Batista de Siqueira - I-63
- AÇÃO PRIVADA NO PROCESSO PENAL (Da) - Estevam Pinto - I-59
- AÇÃO PRIVADA SUBSIDIÁRIA - Roberto Joacir Grassi - I-70
- ACAREAÇÃO - IV-32
- ACESSO À JUSTIÇA
  - Assistência judiciária - II-46
- ACUMULAÇÃO MATERIAL DE CRIMES
  - Princípio - I-71
- ACUSAÇÃO - I-63
  - Admissibilidade - I-70
  - Defesa - Direito constitucional de igualdade - III-18
  - Imutabilidade - Princípio - IV-33
  - integrada - I-10
  - penal - III-8
  - Princípio - I-22; II-73
  - pública - II-56
  - pública - Auxiliar - II-56
  - pública - Auxiliar - Jurisprudência - II-56
- ACUSAÇÃO INTEGRADA - Jaques de Camargo Penteado - I-10
- ACUSADO
  - Conceito - I-50
  - Confissão - I-9
  - Interrogatório - II-46
  - Meritório comportamento anterior - VI-27
- ACUSADO E A TUTELA DO DIREITO DE LIBERDADE NO ANTEPROJETO DO CÓDIGO DO PROCESSO PENAL (O) - Miguel Reale Júnior - I-43
- ADAPTABILIDADE
  - Princípio - IV-29
- ADEQUAÇÃO
  - Princípio - II-65; IV-70
- ADEQUAÇÃO SOCIAL
  - Teoria - V-18
- ADITAMENTO
  - Aspecto instrumental - IV-32
  - Aspecto substancial - IV-32
  - Oportunidade - IV-32
- ADITAMENTO NO PROCESSO PENAL (O) - Júlio César Ribas - IV-32
- ADMINISTRAÇÃO
  - carcerária - VI-47
  - carcerária - Divulgação antecipada da tabela de nutrição do mês - VI-47
  - da Justiça - Participação - I-27
  - judicial - III-71
  - judicial - Auxiliar - III-71
  - penitenciária - Experiência democrática - VI-40
  - penitenciária democrática - VI-49
  - pública - Discricionariedade - Princípio - VI-61
- ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DEMOCRÁTICA - Manoel Pedro Pimentel - VI-49
- ADMISSIBILIDADE DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO NAÇÃO PENAL PRIVADA - Ricardo Lewandowski - IV-85
- ADMISSIBILIDADE DO PROTESTO POR NOVO JÚRI NO CONCURSO FORMAL IMPRÓPRIO - José Cândido de Borba Neto - V-69
- ADULTÉRIO - I-64
  - Conceito - I-64
- ADULTÉRIO, CRIME PLURISSUBJETIVO, EVENTUALMENTE DELITO MO-

NOSSUBJETIVO - Geraldo Batista de Siqueira - I-64

ADVERSARIAL SYSTEM - IV-1

ADVOGADO

- Direito - III-24; V-50
- Direito - Exercício profissional - V-50
- Inviolabilidade - Importância para o exercício - II-53
- Inviolabilidade - Interpretação constitucional - II-53
- Inviolabilidade - Interpretação pretoriana - II-53
- Inviolabilidade - Regramento infra-constitucional - II-53
- *Jus postulandi* - V-68
- Missão - I-70
- Prerrogativa - III-43; V-68
- Réu preso - Direito - III-43
- Sigilo - III-52

ADVOGADO NO INQUÉRITO POLICIAL (O) - Basileu Garcia - II-8

AFASTAMENTO TEMPORÁRIO DO RÉU DO CARGO DE PREFEITO ENQUANTO ESTIVER SENDO OBJETO DE AÇÃO PENAL - Rui Stoco - IV-88

AFERIÇÃO DA PERICULOSIDADE PARA O LIVRAMENTO CONDICIONAL - Arthur Cogan - VI-14

AGRAVO DE INSTRUMENTO NO PROCESSO PENAL (O) - Eduardo S. Pimenta - Rui Caldas Pimenta - V-57

AGRAVO

- de instrumento - V-57
- de instrumento - Admissibilidade - V-57
- de instrumento - Admissibilidade - Hipótese - V-57
- de instrumento - Conceito - V-57
- de instrumento - Inadmissibilidade - V-57
- regimental - II-52

AINDA O DIREITO DE DEFESA NO INQUÉRITO POLICIAL - Joaquim Canuto Mendes de Almeida - II-18

ALBERGADO

- Fiscalização - VI-38

ALGEMA - IV-8

- Conceito - II-32
- Etimologia - II-32
- Notas históricas - II-32

ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES DA FILOSOFIA DA CIÊNCIA AO ESTUDO DO PROCESSO PENAL - Roberto Armand do Ramos de Aguiar - I-23

ALGUMAS PROPOSTAS DE ALTERAÇÕES NO PROCESSO PENAL - Hugo Nigro Mazzilli - I-39

ALGUMAS QUESTÕES POLÊMICAS ACERCA DA REMIÇÃO PENAL - João José Leal - VI-37

ALGUNAS REFLEXIONES SOBRE LA PENA Y EL PENSAMIENTO PENAL - Ana Messuti - VI-8

ALGUNS ASPECTOS DO PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - Paulo Sérgio Leite Fernandes - I-45

ALTERNATIVAS NÃO PRISIONAIS - VI-25

ÂMBITO COGNITIVO DA REVISÃO CRIMINAL, QUANDO FUNDADA NO ART. 621, I, SEGUNDA HIPÓTESE, DO CPP - Maria Alice Silva Moraes - V-80

AMPLA DEFESA

- Exercício - Silêncio - III-23
- Princípio - I-1; I-4; I-5; I-22; II-57; II-60; II-89; III-31; III-37; III-56; III-59; III-62; III-65; III-68; III-78; IV-8; IV-21; IV-26; IV-29; IV-61; IV-87; V-20; V-45; V-57; V-95
- Princípio - Nulidade - IV-21
- Princípio - Violação - IV-29

AMPLA DEFESA E DIREITO À CONTRAPROVA - Jacinto Nelson de Miranda Coutinho - IV-21

AMPLIAÇÃO NEGATIVA DA PRISÃO ALBERGUE - Negi Calixto - VI-57

ANÁLISE CRÍTICA DO "(DES)CONTROLE" NORMATIVO-JUDICIAL SO-



- BRE A ATIVIDADE ADMINISTRATIVA NAS PRISÕES FEDERAIS - Alcides Marques Porto Pacheco - VI-4
- ANÁLISE DO VALOR PROBATÓRIO DAS DECLARAÇÕES DO OFENDIDO NO PROCESSO PENAL - Leonardo Luiz de Figueiredo Costa - III-44
- ANALOGIA - III-4
- administrativa - II-86
  - constitucional - II-86
  - *in bonam partem* - VI-56
  - *in malam partem* - III-39
  - processual - II-86
- ANIMUS
- *defendendi* - IV-10
  - *necandi* - IV-10
- ANISTIA - VI-16
- França - VI-16
- ANOMALIA PSÍQUICA
- Internamento - VI-53
- ANOTAÇÕES SOBRE ASPECTOS PENAIIS E PROCESSUAIS PENAIIS DAS LEIS 9.099/95 E 10.259/2001 - LEIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS - Maria Lúcia Karam - IV-79
- ANTECEDENTE CRIMINAL - V-46
- Conceito - V-46
  - Prescrição - V-46
  - Prescrição - Jurisprudência - V-46
- ANTEPROJETO
- Código de Processo Penal - I-19; I-65; I-70; I-72; III-64; IV-18; II-69
  - Frederico Marques - I-58
- ANTEPROJETO DO JÚRI - René Ariel Dotti - IV-42
- ANTERIORIDADE
- Princípio - V-3
- ANTI JURIDICIDADE - I-63; I-69
- Exclusão - Princípio - V-3
  - Exclusão - Princípio - Causas - supralais - V-3
- APELAÇÃO - II-75; V-3; V-46; V-52; V-57; V-70; V-76; V-94
- Assistente - Prazo - V-52
  - Assistente - Prazo - Jurisprudência - V-52
  - Assistente - Prazo - Requisito - V-52
  - Conceito - V-53
  - Condição - V-70; V-76; V-79
  - contra a vontade do réu - V-94
  - Efeito suspensivo - VI-2
  - Efeitos - VI-2
  - em liberdade - II-75; V-46; V-74; V-79
  - em liberdade - Antecedente - II-75
  - em liberdade - Primariedade - II-75
  - Extensão - V-53
  - Extensão - Limite - V-88
  - Legitimidade - V-52; V-55; V-75
  - Liberdade - VI-2
  - parcial - V-88
  - Prazo - V-52
  - Pressuposto - V-46; V-52; V-70; V-76; V-79
  - Prisão cautelar - V-76; V-79
  - Processo penal - VI-2
  - Requisito - V-46; V-70; V-76; V-79
  - Réu preso - Jurisprudência - V-76
  - Réu preso - V-70
  - Réu preso - V-76
  - Réu preso - V-79
  - Soltura do réu - Exigência - V-73
  - Soltura do réu - Pressuposto - V-73
  - Soltura do réu - Requisito - V-73
  - Tempestividade - V-52
- APELAÇÃO CRIMINAL DO ASSISTENTE - Basileu Garcia - V-52
- APELO CONTRA A VONTADE DO RÉU (O) - Sergio Demoro Hamilton - V-94
- APERFEIÇOAMENTO DA TUTELA JURISDICIONAL: EMBARGUINHO (Do) - Geraldo Batista de Siqueira - V-61
- APLICABILIDADE, OU NÃO, DO INSTITUTO DA SUSPENSÃO DO PROCESSO, EM FEITOS INICIADOS POR AÇÃO PENAL PRIVADA EXCLUSIVA (A) - Theodósio Ferreira de Freitas - IV-90



APLICAÇÃO DO ART. 366 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL (A) - J. S. Fagundes Cunha - II-92

APONTAMENTO SOBRE POLÍTICA CRIMINAL E A *PLEA BARGAINING* - Walter Fanganiello Maierovitch - I-51

APRECIÇÃO ALTERNATIVA DA ACIDENTALIDADE E DA LEGÍTIMA DEFESA, NO TRIBUNAL DO JÚRI - Basileu Garcia - IV-10

APREENSÃO

- Auto - II-59
- Auto - Deformidade - II-59

ARGUIÇÃO DE RELEVÂNCIA - I-33

ARGÜIÇÃO DO VÍCIO DE CAPACIDADE SUBJETIVA DO JULGADOR NO PROCESSO PENAL - R. Reis Friede - V-36

ARMA

- Fuga - II-69
- Igualdade - Princípio - V-45

ARQUIVAMENTO

- Conceito - II-28
- Imposição - II-28
- Irregularidades - II-30
- Modificações - I-7
- Natureza jurídica - II-28
- Primeiro grau - II-28
- Segundo grau - II-28

ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL (Do) - Tercio Sampaio Ferraz Júnior - II-33

ARQUIVAMENTO E DESARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL - Afrânio Silva Jardim - II-2

ARREPENDIMENTO EFICAZ - IV-38

- Conceito - IV-38

ASPECTOS DA PRISÃO EM FLAGRANTE - Sérgio de Oliveira Médici - II-84

ASPECTOS PROCESSUAIS DA TEORIA FINALISTA DA AÇÃO - Geraldo Batista de Siqueira - I-6

ASPECTOS SUBJETIVOS DA SENTENÇA PENAL - Alice Bianchini - V-4

ASSEGURAÇÃO CAUTELAR DE PROVAS

- Decisão judicial - II-34
- Requisitos - II-34

ASSISTÊNCIA

- Egresso - VI-45
- judiciária - II-37
- judiciária - Fundamentos constitucionais - II-46
- judiciária - Reflexos no processo penal - II-46
- judiciária gratuita - Órgãos - I-1
- Preso - VI-45

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA E DEVIDO PROCESSO LEGAL - Adauto Suannes - II-37

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA E PROCESSO PENAL - Fauzi Hassan Choukr - II-46

ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO - I-70

- Habilitação - I-70
- Aspectos criminológicos - II-43

ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO (Do) - Bernardo Montalvão Varjão de Azevêdo - II-43

ASSOCIAÇÃO

- Direito - II-64
- Liberdade - VI-61
- Liberdade - Finalidade - lícita - VI-61

ATENUAÇÃO DO PRINCÍPIO *IN DUBIO PRO SOCIETATE* NOS PROCEDIMENTOS DO JÚRI EM FACE DA LEI 11.689, DE 09.06.2008 (A) - Ionilton Pereira do Vale - IV-19

ATENUANTE VITIMOLÓGICA - VI-12

ATIVIDADE

- jurisdicional cautelar - II-71
- policial - Controle - II-13
- probatória - *ex officio* - II-41
- processual - Intervenção do juiz - II-52
- processual penal - I-23
- Teoria - IV-61

## ATIVIDADES-FIM

- Garantias - II-49

## ATIVIDADES-MEIO

- Garantias - II-49

ATIVISMO JUDICIAL NO PROCESSO  
PENAL E A IMPARCIALIDADE DO  
JUIZ (O) - Artur César de Souza - II-41

## ATO

- administrativo - II-79
- administrativo - Classificação - II-79
- administrativo - Classificação - Discricionário - II-79
- administrativo - Classificação - Vinculado - II-79
- administrativo - Natureza tributária - I-72
- estatal - II-84
- judicial - Comunicação - prévia - III-63
- judicial - Legalidade - II-79
- jurídico - Teoria geral - II-89
- jurídico não processual - I-7
- jurisdicional - II-88
- jurisdicional - Indelegabilidade - II-88
- Não realização - Prejuízo - II-44
- oficial - II-90; II-91; II-93
- personalíssimo - III-74
- policial - Legalidade - II-79
- processual - I-7; II-88; II-89
- processual - Ciência - II-88; II-89
- processual - Ciência - Certificado - II-89
- processual - Competência - IV-70
- processual - Comunicabilidade - IV-34
- processual - Decadência - V-37
- processual - Eficácia - V-37
- processual - Formalidade - V-34; V-35; V-37; V-40
- processual - Imperfeição - V-37
- processual - Inadmissibilidade - V-37
- processual - Ineficácia - V-37
- processual - Inexistência - II-58; V-33; V-34; V-37; V-40

- processual - Intimações - II-46
- processual - Irregularidade - V-34
- processual - Nulidade - II-88; II-89; II-90; II-91; II-93; III-51; V-35; V-37; V-40
- processual - Nulidade absoluta - V-37
- processual - Nulidade relativa - V-37
- processual - Preclusão - V-37
- processual - Publicidade - IV-34
- processual - Ratificação - II-16
- processual - Requisito - V-34; V-35; V-37
- processual - Requisito formal - V-34
- processual - Validade - IV-41
- processual - Vício - V-35; V-37
- processual - Vício - Dolo - V-37
- processual - Vício - Erro - V-37
- processual - Vício - Violência - V-37
- processual anulável - V-33; V-34; V-35; V-37
- processual coativo - II-85
- processual de comunicação - II-88; II-89
- processual de comunicação - Finalidade - II-89
- processual de comunicação - Fundamento - II-89
- processual de comunicação - Pressupostos - II-89
- processual de comunicação - Requisitos - II-89
- processual nulo - V-33; V-34; V-35; V-37; V-40
- processual penal - Conceito - I-7
- processual penal - Vícios - Inadmissibilidade - I-7
- processual penal - Vícios - Inexistência - I-7
- processual penal - Vícios - Nulidade absoluta - I-7
- processual penal - Vícios - Nulidade relativa - I-7
- Processualidade - Sentido finalístico - V-37
- Processualidade - Sentido formal - V-37

ATRIBUIÇÃO DOS ÓRGÃOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PROCESSO PENAL (A) - Afrânio Silva Jardim - II-39

ATRIBUIÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 75, DE 20.05.1993 (As) - Hugo Nigro Mazzilli - II-48

ATUAÇÃO DO ASSISTENTE TÉCNICO NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO (Da) - Denise Provati Vaz - Danyelle da Silva Galvão - II-45

ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PROCESSAMENTO DOS RECURSOS CRIMINAIS FACE AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA ISONOMIA - Rogerio Schietti Machado Cruz - V-90

ATUAÇÃO DOS JUÍZES PENAI, DE AMBAS AS INSTÂNCIAS, NA PESQUISA DA VERDADE REAL (Da) - José Luiz Vicente de Azevedo Franceschini - II-52

#### AUDIÊNCIA

- de advertência - VI-38
- Direito - III-59
- Formalidade - IV-8
- preliminar - I-18; IV-50; IV-53; IV-61; IV-91
- preliminar - Formalidade - IV-50
- preliminar - Formalidade - Descumprimento - IV-50
- preliminar - Formalidade - Descumprimento - Consequência - IV-50
- Princípio - I-22; IV-24
- Redesignação - II-89
- Redesignação - Intimação - II-89
- Réu preso - Algema - IV-8
- Réu preso - Algema - Constrangimento - ilegal - IV-8

AUSÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO À AUDIÊNCIA NO PROCESSO-CRIME - Carlos Alberto Garcete - II-44

#### AUTODEFESA - I-4

- Direito - III-59

- do acusado - Princípio - III-74

#### AUTOINCRIMINAÇÃO

- involuntária - II-80
- Vedação - III-75

#### AUTONOMIA ADMINISTRATIVA - II-42

AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA DA FUNÇÃO DOS PERITOS CRIMINAIS À LUZ DA LEI SUPREMA E DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - Ives Gandra da Silva Martins - III-37

#### AUTOR

- Culpabilidade - II-43

#### AUTORIA - I-9

- desconhecida - II-31
- indeterminada - II-31

#### AUTORIDADE

- competente - II-64
- judiciária - II-85; VI-21
- judiciária - Abuso - III-5
- Julgado prejudicial - Tese - I-61
- policial - II-85; III-4; III-72
- policial - Atuação cautelosa - II-24
- policial - Extrapolação - III-72
- policial - Representação - III-72
- policial - Responsabilidade - II-79

AUTORIDADE DO JULGADO CIVIL NO JUÍZO CRIMINAL - Fernando de Albuquerque Prado - I-61

#### AUTOS

- Arquivamento - II-21
- Remessa ao Ministério Público - II-21
- suplementares - II-21

AUXILIAR DA ACCUSAÇÃO PÚBLICA - Octaviano Vieira - II-56

### B

BAIXA NA CULPA - Rogério Lauria Tucci - V-87

BASES CONSTITUCIONAIS PARA UM PROCESSO PENAL DEMOCRÁTICO - Afrânio Silva Jardim - I-1



**BASES DO PROCESSO PENAL TRANS-NACIONAL (As) - Bernd Schünemann - I-30**

- Boletim - de Ocorrência - circunstanciado - IV-49

**BOMBEIROS MILITARES - I-78**

**BRASIL E A MEDIAÇÃO PENAL (O) - José Renato Nalini - IV-69**

**BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A "EMENDATIO LIBELLI" E A "MUTATIO LIBELLI" - Sérgio Seiji Shimura - V-20**

**BREVES NOTAS SOBRE O RECURSO - CRIME EM SENTIDO ESTRITO - Fernando Luiz Ximenes Rocha - V-59**

**BREVES OBSERVACIONES SOBRE ALGUNAS TENDENCIAS CONTEMPORÁNEAS DEL PROCESO PENAL - José Carlos Barbosa Moreira - I-11**

**BUSCA E APREENSÃO - II-23; III-35; IV-73**

- Aspecto complementar - III-69
- Bem - Destruição - IV-73
- Conceito - III-69; III-72
- Cumprimento - III-69; III-72
- Dados - Servidor eletrônico - III-35
- Dados - Servidor eletrônico - Direito comparado - III-35
- Dados - Servidor eletrônico - Requisito - III-35
- Dados de Terceiro - III-35
- Dados de Terceiro - Ordem judicial específica - III-35
- Deferimento - IV-73
- Documento - III-69
- Documento - Repartição pública - III-69
- em outro território - III-69
- Legitimidade - IV-73
- Legitimidade extraordinária - IV-73
- Limite - III-35
- Limite objetivo - III-35
- Limite subjetivo - III-35
- Mandado - III-69; III-72
- Mandado - Cumprimento - III-69; III-72

- Mandado - Cumprimento - Extra-polação - III-72
- Mandado - Cumprimento - Procedimento - III-72
- Mandado - Limite - III-72
- Mandado - Modalidade - Domiciliar - III-69
- Mandado - Modalidade - Pessoal - III-69
- Mandado - Modalidade - Pessoal - Objeto - III-69
- Mandado - Requisito - III-69
- Mandado judicial - III-35
- Mandado judicial - Formalidade - III-35
- Mandado judicial - Requisito - III-35
- Mandado judicial genérico - III-35
- Mandado judicial ilegal - III-35
- Medida cautelar - II-12
- Modalidade - III-69
- Natureza jurídica - III-69
- Ordem judicial - IV-73
- Peculiaridade - III-69
- Pressuposto - IV-73
- Requisito - IV-73
- Responsabilidade - IV-73

**BUSCA E APREENSÃO (DIREITO PROCESSUAL PENAL) - Rogério Lauria Tucci - III-69**

**BUSCA E APREENSÃO E ACESSO REMOTO A DADOS EM SERVIDORES - Helena Regina Lobo da Costa - Marcel Leonardi - III-35**

**BUSCA E APREENSÃO NOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INDUSTRIAL (A) - Lélío D. Schmidt - IV-73**

C

**CADEIA DE CUSTÓDIA**

- Elementos - III-21
- Fim - III-21
- Início - III-21
- Integridade da prova - III-21
- Rastreabilidade - III-21



- Registro documental - III-21
- CADEIA DE CUSTÓDIA: DO LOCAL DE CRIME AO TRÂNSITO EM JULGADO; DO VESTÍGIO À EVIDÊNCIA - Claudemir Rodrigues Dias Filho - III-21
- CÁLCULO DE PENA E O DEVER DE MOTIVAR - Sérgio Salomão Shecaira - V-19
- CAPITAL HUMANO
  - Fábricas - VI-12
- CÁRCERE
  - Vide: Presídio
- CARTA
  - de guia - I-71
  - precatória - III-48
  - precatória - penal - III-48
- CASA DO ALBERGADO - VI-45
- CASAMENTO
  - Anulação - Erro - I-53
  - Anulação - Impedimento - I-53
- CASO MOTA COQUEIRO
  - Levantamento bibliográfico - VI-43
  - Repercussões regionais - VI-43
- CASTIGO - VI-6
  - corporal - VI-17
  - Justificação - VI-6
- CAUTELA
  - patrimonial - II-23
  - pessoal - II-23
  - Meios de prova - II-23
  - Modalidades - II-29
- CAUTELARIDADE NO PROCESSO PENAL (A) - Renato Luís Benucci - II-23
- CELA INDIVIDUAL - VI-40
- CELERIDADE
  - Princípio - I-18; IV-53; IV-66; IV-68; IV-70; IV-74; IV-76; IV-85
- CENTRO DE OBSERVAÇÃO - VI-45
- CHAMAMENTO
  - a Juízo - II-93
  - Edital - II-92; II-93
  - Edital - Revelia - II-92
- processual - II-88; II-93
- CHEFES DE POLÍCIA - II-18
- CIÊNCIA
  - Conceito - III-63
  - criminológica - I-19
- CIÊNCIA-PROCESSO - I-23
- CIÊNCIA-PRODUTO - I-23
- CIRCUNSTÂNCIA
  - agravante - Perigo - VI-27
  - judicial objetiva - VI-28
  - judicial subjetiva - VI-28
  - legal de conteúdo variado - VI-27
- CITAÇÃO - II-88; II-89; II-93
  - Ciência - Certificado - II-89
  - Edital - Finalidade - II-93; V-30
  - Edital - Prescrição - Suspensão - V-30
  - Edital - Requisitos - II-93
  - Edital - Revelia - V-30
  - ficta - II-93; V-30
  - *ficta vocatio* - II-93
  - pessoal - II-88; II-92
  - pessoal - Funcionário público - III-43
  - pessoal - Procedimento - II-88
  - pessoal - Réu preso - III-43
  - por correio - II-89
  - por edital - II-34; III-67
  - por edital - Revelia - III-67
  - por hora certa - II-89
  - por mandado - II-88; II-89
  - por via postal - II-89
  - Prazo - Contagem - II-89
  - presumida - II-93
  - processual - Conceito - III-43
  - Requisição - II-88
  - Requisição - Requisito - II-88
  - Réu preso - II-88
  - Réu preso - Nulidade - II-88
- CIVILIZAÇÃO
  - História - VI-84
- COAÇÃO - II-9
  - processual - II-77; II-78; II-85
  - processual - Limite - II-77

COACÇÃO ILEGAL EM QUEIXA CRIME -  
J. Netto Armando - II-16

COAUTORIA - VI-27

- Crime culposo - I-60
- Individualização das condutas - I-43

CO-AUTORIA NO JÚRI (A) - Antonio  
José M. Feu Rosa IV-7

CODELINQUÊNCIA

- Pluralidade de delitos - I-60

CÓDIGO

- de Processo Civil - Sequestro - II-25
- de Processo Penal - III-21
- de Processo Penal - Algemas - Autorização - II-32
- de Processo Penal - Anteprojeto - I-26; I-37; II-6; II-29; III-16
- de Processo Penal - Anteprojeto - Acusado - I-43
- de Processo Penal - Anteprojeto - Apelação criminal - I-49
- de Processo Penal - Anteprojeto - Atos processuais orais - Meios - I-49
- de Processo Penal - Anteprojeto - Audiência de instrução - Concentração - I-49
- de Processo Penal - Anteprojeto - Citação - I-49
- de Processo Penal - Anteprojeto - Embargos infringentes - I-49
- de Processo Penal - Anteprojeto - Falta de manifestação das partes - I-49
- de Processo Penal - Anteprojeto - Imprensa - Intimação do defensor - I-49
- de Processo Penal - Anteprojeto - Intimação de sentença criminal - I-49
- de Processo Penal - Anteprojeto - Minuta - I-49
- de Processo Penal - Anteprojeto - Processo acelerado facultativo - I-49
- de Processo Penal - Anteprojeto - Recurso em sentido estrito - I-49

- de Processo Penal - Anteprojeto - Recursos inviáveis - Indeferimento - I-49
- de Processo Penal - Anteprojeto - Réu - Personalização da pena - I-49
- de Processo Penal - Anteprojeto - Sugestões de alteração - I-39
- de Processo Penal - Anteprojeto - Tutela do direito de defesa - I-43
- de Processo Penal - Anteprojeto - Tutela do direito de liberdade - I-43
- de Processo Penal - Direito ao silêncio - I-50
- de Processo Penal - Exposição de Motivos - II-54
- de Processo Penal - Inquérito - Arquivamento - II-33
- de Processo Penal - Interpretação - III-5
- de Processo Penal - Meios de prova típicos - III-14
- de Processo Penal - Projeto - I-1; I-36; III-12; VI-34
- de Processo Penal - Projeto - Acusado - I-45
- de Processo Penal - Projeto - Aspectos gerais - II-1
- de Processo Penal - Projeto - Aspectos negativos - II-1
- de Processo Penal - Projeto - Aspectos positivos - II-1
- de Processo Penal - Projeto - Audiência de instrução e julgamento - I-45
- de Processo Penal - Projeto - Defensor do acusado - I-45
- de Processo Penal - Projeto - Direito de representação - I-45
- de Processo Penal - Projeto - Exposição de motivos - I-45
- de Processo Penal - Projeto - Fiança em juízo - I-45
- de Processo Penal - Projeto - Filosofia - I-45
- de Processo Penal - Projeto - *Habeas corpus* - I-45
- de Processo Penal - Projeto - Indiciado - I-45



- de Processo Penal - Projeto - Inquérito policial - II-1
- de Processo Penal - Projeto - Liberdade provisória - I-45
- de Processo Penal - Projeto - Ministério Público - I-45
- de Processo Penal - Projeto - Ofendido - I-45
- de Processo Penal - Projeto - Princípio da legalidade - I-45
- de Processo Penal - Projeto - Prisão cautelar - I-45
- de Processo Penal - Projeto - Prisão por pronúncia - I-45
- de Processo Penal - Projeto - Prisão preventiva - I-45
- de Processo Penal - Projeto - Prisão temporária - I-45
- de Processo Penal - Projeto - Provas - I-45
- de Processo Penal - Projeto - Sentença - I-45
- de Processo Penal - Projeto de lei - Escopos - II-21
- de Processo Penal - Projeto de lei - Investigação criminal - II-21
- de Processo Penal - Prova testemunhal - Urgência - III-18
- de Processo Penal - Reforma - I-49; II-90; II-92; III-12
- de Processo Penal - Reforma - Associação dos Magistrados Brasileiros - I-49
- de Processo Penal - Reforma - Comissão - II-21
- de Processo Penal - Reforma - Investigação criminal - Agilidade - II-21
- de Processo Penal - Reforma - Investigação criminal - Transparência - II-21
- de Processo Penal - Reforma - Sugestões - I-49
- de Processo Penal - Revisão geral
- de Processo Penal de 1981 - Anteprojeto - Indiciamento - II-31
- de Processo Penal português de 1987 - Modelo de investigação - I-55

- de Telecomunicações - III-2
- Eleitoral - III-74
- Eleitoral - Declaração - Faculdade do juiz - III-74
- Eleitoral - Interrogatório - Inexistência - III-74
- Modelo para Ibero-América - Influência na legislação - III-3
- Modelo para Ibero-América - Influência política - III-3
- Penal - VI-36
- Penal - Ação penal - I-56
- Penal - Ação penal subsidiária - Supressão - I-66
- Penal de 1940 - VI-24; VI-42
- Penal de 1969 - VI-24

#### COGNICÃO SUMÁRIA

- Ausência - II-14

#### COISA

- apreendida - Decisão de Restituição - II-14
- apreendida - Finalidade - II-14
- apreendida - Restituição - Natureza jurídica - II-14
- julgada - I-6; I-61; II-94; V-1; VI-33
- julgada - Doutrina - V-1
- julgada - Princípio - V-93
- julgada - Teoria - V-1
- julgada formal - II-94
- julgada material - II-94
- julgada penal - VI-33
- julgada processual - Teoria - I-61

#### COISA JULGADA E EXECUÇÃO PENAL

- Jaques de Camargo Penteado - VI-33

#### COLHEITA COMPULSÓRIA DE MATERIAL BIOLÓGICO PARA EXAME GENÉTICO EM CASOS CRIMINAIS - Sergio Fernando Moro - III-75

#### COLÔNIA PENAL

- agrícola - VI-14; VI-36; VI-45
- industrial - VI-36

#### COMARCA

- Obstáculo funcional - II-58

## COMISSÃO

- de presos - VI-40
- de solidariedade - VI-49
- Parlamentar de Inquérito - III-10
- Parlamentar de Inquérito - Atos - Controle judicial - III-20
- Parlamentar de Inquérito - Atuação - II-26
- Parlamentar de Inquérito - Caráter investigatório - II-26
- Parlamentar de Inquérito - Competência - II-26
- Parlamentar de Inquérito - Natureza jurídica - II-26
- Parlamentar de Inquérito - Poder Legislativo - Função fiscalizatória - III-10
- Parlamentar de Inquérito - Poderes - III-20
- Parlamentar de Inquérito - Procedimento - III-20
- Técnica de Classificação - VI-5; VI-21
- Técnica de Classificação - Parecer - VI-5; VI-21
- Técnica de Classificação - Parecer - Dispensa - VI-21
- Técnica de Classificação - Parecer - Natureza - VI-5
- Técnica de Classificação - Parecer - Relevância - VI-5
- Técnica de Classificação - Recuperação - VI-5

## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - Rogério Lauria Tucci - II-26

## COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO E O SIGILO DAS COMUNICAÇÕES TELEFÔNICAS (As) - Carlos Mário da S. Velloso - III-20

## COMPETÊNCIA - VI-41

- Delegação - I-37
- Dolo abrangente do local da infração - I-6
- jurisdicional - I-73
- jurisdicional - Fixação - I-74

- jurisdicional - *ope constitutionis* - I-74
- jurisdicional - Prerrogativa de função - I-74
- jurisdicional especial - I-74
- jurisdicional funcional - I-73
- jurisdicional originária - I-72
- jurisdicional originária - Reglamentação - I-72
- jurisdicional originária - Tribunais Federais de Recursos - I-72
- jurisdicional *ratione muneris* - I-74
- jurisdicional recursal - I-73
- legislativa concorrente - I-73
- originária - I-37
- penal - I-75
- penal originária - I-73
- Prorrogação - I-37
- residual - I-72
- tributária - IV-65

## COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS - Julio Fabbrini Mirabete - IV-72

## COMPETÊNCIA E INCOMPETÊNCIA (De) - Eugênio Pacelli de Oliveira - I-73

## COMPETÊNCIA NO CRIME DE FALSO DOCUMENTAL (Da) - Gilberto Passos de Freitas - I-76

## COMPETÊNCIA PARA PROCESSAR E JULGAR CRIME DE CORRUPÇÃO DE MENORES - Nelson Nery Junior - I-79

## COMPETÊNCIA PARA UNIFICAÇÃO DE PENAS - Damásio Evangelista de Jesus - I-71

## COMPETÊNCIA PELA PRERROGATIVA DE FUNÇÃO (Da) - Fernando Tourinho Filho - I-74

## COMPETÊNCIA PELO LUGAR DA INFRAÇÃO (Da) - Geraldo Batista de Siqueira - I-75

## COMPORTAMENTO HUMANO - I-62

## COMPUTADOR

- Conceito - III-35



**COMUNICAÇÃO**

- Sigilo - IV-34

**COMUTAÇÃO - VI-15; VI-16; VI-37**

- Competência - VI-16
- Efeitos - VI-16
- Legislação - VI-16

**CONCEITO DE INDÍCIOS DE AUTORIA E PROVA DA MATERIALIDADE DELITIVA PARA A DECISÃO DE PRONÚNCIA - Luís Fernando de Moraes Manzano - III-47****CONCEITO DE MÉRITO, NO ANDAMENTO DOS REGIMES PRISIONAIS - Sérgio Marcos de Moraes Pitombo - VI-77****CONCENTRAÇÃO**

- Princípio - I-22; III-25

**CONCILIAÇÃO**

- Processo penal - I-18; IV-53; IV-66; IV-68; IV-69; IV-71; IV-76; IV-91

**CONCURSO**

- de agravantes - VI-27
- de atenuantes - VI-27
- material - VI-32

**CONDENAÇÃO - VI-38**

- Efeitos - VI-27
- penal - Prescrição - V-27; V-28; V-29
- Trânsito em julgado - VI-41

**CONDENADO**

- Classificação - VI-29
- Escassa periculosidade - Tratamento penal - VI-24
- Estatuto - VI-55
- Periculosidade - VI-38
- Presunção de adaptação social - VI-27
- Trabalho - Legislação - VI-56
- Trabalho externo - Obras ou serviços públicos ou particulares - VI-56
- Trabalho externo - Projeto - VI-56
- Transferência - Regime jurídico brasileiro - VI-26

**CONDENADO E DA PENA (Do) - José Augusto Abreu Machado - Gilberto Passos de Freitas - VI-38****CONDIÇÃO IMPOSSÍVEL NOS CRIMES TRIBUTÁRIOS - Davi de Paiva Costa Tangerino - IV-56****CONDIÇÕES DE PROCEDIBILIDADE - I-53****CONDIÇÕES DA AÇÃO PENAL (As) - Ada Pellegrini Grinover - I-53****CONDUTA**

- culposa - Convergência - I-60
- Descriminalização - VI-25
- Ilícitude - Culpabilidade - II-12
- Revisão - VI-25

**CONEXÃO - I-71; I-73**

- Conceito - IV-46; IV-66
- Consequência - IV-46
- instrumental - IV-46
- objetiva - IV-46
- probatória - IV-46
- Tipo - IV-46

**CONFIANÇA**

- Princípio - I-20

**CONFISSÃO - III-15**

- corréu - Condenação - Impossibilidade - Princípio - V-3
- policial - II-22
- qualificada - I-6
- Réu - Condenação - Impossibilidade - Princípio - V-3

**CONFISSÃO E TIPO PENAL - Geraldo Batista de Siqueira - III-33****CONFLITO**

- Conceito - IV-50
- de atribuições - II-39
- Lei - II-92
- Mediação - IV-50
- social - IV-50
- social - Intervenção - Estado - IV-50

**CONFLITO ENTRE O ARTIGO 594 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL E O ARTIGO 35 DA LEI DE TÓXICOS E A POSIÇÃO CONCILIADORA DO § 2.º DO ARTIGO 2.º DA LEI DE CRIMES HEDIONDOS - Marcos Alaor Diniz**

- Grangeia - Geisa Valéria Soato Marin - V-79
- CONHECIMENTO**
- Conceito - III-60
  - geral - Teoria - III-60
- CONQUISTAS DO DIREITO DE DEFESA NO ANTEPROJETO DE CÓDIGO DO PROCESSO PENAL (Das) - Vicente Greco Filho - I-26**
- CONSELHO**
- da Europa - VI-12
  - Superior do Ministério Público - Atribuições - I-58
  - Tutelar - III-58
- CONSENSO**
- Princípio - IV-77; IV-84
- CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DO ATO DECISÓRIO DE PRONÚNCIA - Roberto Delmanto Junior - IV-43**
- CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS ACERCA DO VALOR DO DEPOIMENTO DE AGENTE POLICIAL NO PROCESSO PENAL - José Wellington Bezerra da Costa Neto - Silas Silva Santos - III-77**
- CONSIDERAÇÕES SOBRE A ORIGEM E EVOLUÇÃO DA AÇÃO DE HABEAS CORPUS - Thiago Bottino do Amaral - V-96**
- CONSIDERAÇÕES SOBRE A REPRESENTAÇÃO NA LEI 9.099/1995 - Alexis Augusto Couto de Brito - IV-51**
- CONSIDERAÇÕES SOBRE A TUTELA DA INTIMIDADE E VIDA PRIVADA NO PROCESSO PENAL - Cleunice A. Valentim Bastos Pitombo - I-34**
- CONSIDERAÇÕES SOBRE O ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL - Salo de Carvalho - II-30**
- CONSIDERAÇÕES SOBRE O JUÍZADO ESPECIAL CRIMINAL - Genacéia da Silva Alberton - IV-61**
- CONSTITUIÇÃO DE 1988 E O CONCEITO DE BONS ANTECEDENTES PARA APELAR EM LIBERDADE (A) - Alberto Zacharias Toron - V-46**
- CONSTITUIÇÃO FEDERAL E A LEI 8.072/1990 - Guilherme Calmon Nogueira da Gama - VI-31**
- CONSTRANGIMENTO ILEGAL - II-9; II-92; IV-8; IV-21; V-41; V-48; V-49; V-54; V-72; V-82**
- CONSUNÇÃO**
- Princípio - V-3
- CONTESTAÇÃO - II-30**
- CONTINÊNCIA - I-13; I-60; I-71; I-72; I-73**
- Conceito - IV-46; IV-66
  - Consequência - IV-46
- CONTRADITORIEDADE**
- Princípio - I-22
- CONTRADITÓRIO**
- Momento-síntese - II-37
  - Princípio - Conceito - III-78
  - Princípio - Espécie - Diferido - III-78
  - Princípio - Espécie - III-78
  - Princípio - Espécie - Real - III-78
  - Princípio - Evolução - III-63
  - Princípio - I-2; I-4; II-57; II-60; II-89; III-25; III-28; III-31; III-37; III-56; III-59; III-63; III-73; III-74; III-78; IV-1; IV-26; IV-61; IV-75; IV-87; V-4; V-20; V-45; V-57; V-90; V-95
  - Violação - VI-33
- CONTRAPROVA**
- Direito - IV-21
- CONTRAVENÇÃO PENAL - I-77; IV-60; IV-66; IV-72; V-18**
- Competência - I-77
  - Competência - Justiça Federal - I-77
- CONTRAVENÇÃO PENAL DE COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL**
- Márcia Dometila de Lima Carvalho - I-77
- CONTRIBUINTE FISCAL**
- Processabilidade - IV-65; IV-78



CONTROLE JUDICIAL - I-26; III-11;  
IV-58

## CONVENÇÃO

- Americana sobre Direitos Humanos - I-15; VI-34
- Europeia dos Direitos do Homem - VI-34

## CONVERSAS TELEFÔNICAS

- Interceptação - Terceiro - III-13
- Registro - Interlocutor - III-13

## COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

- Coisas apreendidas - I-28
- Condenados - Transferência - I-28
- Condenados - Vigilância - I-28
- Direitos fundamentais - I-28
- Extradicação - Processo - I-28
- Extradicação ativa - I-28
- Extradicação passiva - I-28
- Formas - Disposições comuns - I-28
- Matéria penal - I-30
- Matéria penal - Auxílio - Disposições comuns - I-28
- Matéria penal - Tratamento sistemático - I-28
- Medidas cautelares - I-28
- Multas - I-28
- Normas - Fontes - Hierarquia - I-28
- Normas - Fontes - Pluralidade - I-28
- Órgãos internacionais - Controle jurisdicional - I-28
- Processos penais - Transmissão - I-28
- Sentenças penais - Execução - I-28
- Solicitação - I-28
- Trilateralidade - Embasamento processual - I-28
- Transferência de presos - VI-26

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NA  
EXECUÇÃO DA PENA - Ela Wiecko V.  
de Castilho - VI-26

CORPO DE DELITO - II-7; III-53

CORRELAÇÃO ENTRE IMPUTAÇÃO E  
SENTENÇA NO BRASIL (A) - Antonio  
Scarance Fernandes - V-5

CORRUPÇÃO - II-16; VI-40

- de menores - I-79
- de menores - Competência - I-79
- de menores - Crime - I-79
- de menores - Foro competente - I-79
- de menores - Natureza jurídica - I-79

## CORTE

- Europeia dos Direitos do Homem - II-5
- Interamericana de Direitos Humanos - II-30

## CRÉDITO

- previdenciário - Exigibilidade - IV-65; IV-78
- tributário - IV-65; IV-78
- tributário - Exigibilidade - IV-65; IV-78

## CRIANÇA

- Convivência - familiar - Direito - III-58
- Direito - III-58
- Direito - Proteção - III-58
- Oitiva - III-58
- Proteção - III-58
- Sistema - judiciário - III-58
- Violência - III-58
- Violência - Estatística - III-58
- Violência sexual - III-58
- Violência sexual - Consequência - III-58
- Violência sexual - Consequência - Dano psíquico - III-58
- Violência sexual - Consequência - Síndrome - III-58
- Violência sexual - Consequência - Trauma - III-58
- Violência sexual - Consequência emocional - III-58
- Violência sexual intrafamiliar - III-58

## CRIME

- à distância - I-75
- *Aberratio ictus* - IV-32
- Absolvição - II-76

- Abuso sexual - Criança - III-58
- Abuso sexual - III-58
- Abuso sexual - Menor - III-58
- Ação múltipla - V-5
- Agravante - IV-47
- Agravante - Espécie - IV-47
- Ameaça - I-57
- Apropriação indébita previdenciária - IV-56
- Apuração - II-8
- Arrependimento posterior - V-3
- Atentado violento ao pudor - III-58
- Atipicidade - II-76
- autônomo - VI-32
- Autoria - I-64; III-33; III-38; III-47; IV-31
- Autoral - Direito - IV-64
- Autoral - Direito - Pena - IV-64
- Autoral - Direito - Sanção - IV-64
- Autoral - Direito - Tipo - Elemento - IV-64
- Autoria - Conceito - I-64; III-33
- Autoria - Dedução - III-47
- Autoria - Indício - III-47
- Autoria - Indício - Ausência - III-47
- Autoria - Indício - Ausência - Consequência - III-47
- Autoria - Indício - Conceito - III-47
- Autoria - Indício - Etimologia - III-47
- Autoria - Indício - Importância - III-47
- Autoria - Indício - Natureza jurídica - III-47
- Autoria - Indício - Valor probatório - III-47
- Autoria - Indução - III-47
- Autoria - Inferência - III-47
- Autoria - Insuficiência - IV-31
- Autoria - Presunção - III-47
- Autoria - Suspeita - III-47
- Calúnia - IV-38; IV-67; IV-86
- Calúnia - Conceito - IV-67
- Calúnia - Culpabilidade - IV-67
- Calúnia - Direito comparado - IV-67
- Calúnia - Honra - IV-67
- Calúnia - Jurisprudência - IV-67
- Calúnia - Tipicidade objetiva - IV-67
- Calúnia - Tipo - Elemento - IV-67
- Classificação - I-75; II-82; IV-14
- Coautoria - I-64; IV-7
- Coautoria - Conceito - I-64; IV-7
- Competência - I-75
- Competência - Lugar da infração - I-75
- Competência - *Rationi loci* - I-75
- Competência - Tentativa - I-75
- comum - Presidente da República - I-53
- Comunicação ao Ministério Público - II-21
- Concorrência desleal - IV-73
- Concurso - I-63
- Concurso de agentes - I-63
- Concurso de agentes - Coautoria - I-63
- Concurso de agentes - Necessário - I-63
- Concurso de agentes - Participação - I-63
- Concurso de pessoas - IV-7; V-3
- Concurso formal - I-6
- Concurso formal impróprio - V-69
- Concurso material - V-3; V-69
- Concurso real - I-71
- conexo - VI-32
- Consumação - I-79
- consumado - I-75; I-79
- consumado - Conceito - I-75; I-79
- consumado - Exaurimento - I-75
- consumado - Natureza jurídica - I-79
- continuado - I-71; V-3; V-24
- contra a economia popular - IV-27
- contra a honra - I-67; IV-86
- contra a honra - Pressuposto - IV-86
- contra a honra - Requisito - IV-86
- contra a ordem política e social - VI-58
- contra a vida - IV-33
- contra o patrimônio - III-42
- contra o patrimônio - Perícia - III-42



- Contrabando - V-3
- Contrafação de registro - IV-73
- Coparticipação - IV-7
- Culpa - IV-10
- Culpabilidade - Excludente - IV-22- culposo - I-6
- culposo - I-62; I-63; I-69
- culposo - Causas absolutórias - Ausência de tipo - I-6
- culposo - Causas absolutórias - Exclusão de antijuridicidade - I-6
- culposo - Estrutura - I-13
- culposo - Tipos - I-13
- Dano - Reparação - IV-38; V-21; VI-64
- Dano - Reparação - Consequência - IV-38
- Dano - Reparação - Voluntariedade - IV-38
- Dano - Retratação - Conceito - IV-38
- Dano - Retratação - Consequência - IV-38
- Dano - Retratação - História - IV-38
- Dano - Retratação - Momento - IV-38
- Dano - Retratação extrajudicial - IV-38
- de ação penal pública condicionada - I-67
- de ação penal pública incondicionada - I-67
- de bagatela - IV-61; V-18
- de bagatela - Conceito - V-18
- de bagatela - Requisito - V-18
- de concurso eventual - I-64
- de concurso necessário - I-64
- de desobediência - II-12
- de falência - Julgamento - I-32
- de falência - Processo - I-32
- de falsa identidade - III-76
- de falso documental - I-76
- de falso documental - Classificação - I-76
- de falso documental - Competência - I-76
- de falso documental - Conceito - I-76
- de falso documental - Concurso - I-76
- de falso documental - Consumação - I-76
- de falso documental - Laudo pericial - I-76
- de falso documental - Natureza jurídica - I-76
- de imprensa - I-68
- de imprensa - Prescrição - I-68
- de mera conduta - I-63; I-64; I-75
- de mera conduta - Consumação - I-75
- de mera suspeita - I-62
- de peculato - II-67
- de perigo - I-63
- de perigo abstrato - I-63
- de perigo concreto - I-63
- de prevaricação - II-79
- de responsabilidade - IV-88
- de responsabilidade - Afastamento de cargo público - Natureza - jurídica - IV-88
- de responsabilidade - Afastamento de cargo público - Prazo - Excesso - IV-88
- de responsabilidade - Afastamento de cargo público - Prazo - IV-88
- de responsabilidade - Afastamento de cargo público - Recurso - IV-88
- de responsabilidade - Cargo público - Afastamento - IV-88
- de responsabilidade - Prefeito - Afastamento - IV-88
- de responsabilidade - Prisão preventiva - IV-88
- de responsabilidade - Prisão preventiva - Fundamento - IV-88
- de responsabilidade - Tipo - Elemento - IV-88
- de sedução - II-16
- de tortura - VI-31
- de tráfico de entorpecentes - VI-41
- de violação do segredo de justiça - III-2
- Definição - legal - IV-10
- Descaminho - V-3

- Desclassificação - IV-10; IV-12; IV-45; IV-58
- Desobediência - III-35
- Desobediência - Conceito - III-35
- Desobediência - Ordem - Legalidade - III-35
- Difamação - IV-38; IV-67; IV-86
- Difamação - Conceito - IV-67
- Dogmática - Teoria - V-4
- Dolo - IV-10
- doloso - I-69
- doloso contra a vida - IV-6; IV-42; IV-44
- doloso contra a vida de civil - I-78
- Doutrina - II-59
- eleitoral - III-74
- eleitoral - Declaração - Faculdade - do juiz - III-74
- eleitoral - Interrogatório - Inexistência - III-74
- Elemento subjetivo - IV-23
- Elemento subjetivo - Ausencialidade - IV-10
- Embriaguez - III-36
- Embriaguez - Presunção - III-36
- Embriaguez - Prova - III-36
- Estupro - Criança - III-58
- exaurido - I-79
- exaurido - Conceito - I-79
- exaurido - Natureza jurídica - I-79
- Exclusão - II-76
- Falsidade - ideológica - V-2
- Falso testemunho - III-45
- Fato análogo - IV-2
- Fato punível - IV-2
- Fiança - I-8
- formal - I-63; I-75
- formal - Consumação - I-75
- funcional - V-3
- grave - Efetiva responsabilização penal - I-39
- Gravidade abstrata - I-8
- Grupo armado - Imprescritibilidade - V-25
- habitual - I-63; II-74
- hediondo - II-71; IV-11; IV-33
- hediondo - Conceito - IV-11
- hediondo - Pena alternativa - VI-10
- hediondo - Requisito - IV-11
- hediondo condicionado - IV-11
- hediondo incondicionado - IV-11
- Homicídio - IV-11
- Homicídio - Desclassificação - IV-12
- Homicídio - Prova - IV-33
- Homicídio culposo - IV-11
- Homicídio doloso - IV-11
- Homicídio doloso hediondo - IV-11
- Homicídio doloso hediondo - Presuposto - IV-11
- Homicídio qualificado - IV-11; IV-33
- Homicídio qualificado - Característica - IV-33
- Homicídio simples - IV-11
- impossível - II-84
- Imputabilidade - VI-55
- Imputabilidade - Pressuposto - VI-55
- Imputabilidade - Requisito - VI-55
- Imputação - II-58; V-5
- Imputação - Requisito - V-5
- Imputação alternativa - V-5
- Imputação alternativa - Aspectos - V-5
- Imputação implícita - V-5
- Inafiançabilidade - II-65; II-74; II-82
- Inafiançabilidade - Alcance - II-65
- Injúria - IV-38; IV-86
- Instrumento - III-42
- Instrumento - Classificação - III-42
- Jogo do bicho - V-18
- Jogo do bicho - História - V-18
- Lesão corporal - IV-89; V-18
- Lesão corporal - Cônjuge - V-18
- Lesão corporal - Representação - IV-68; IV-89
- local - Imediato
- local - Mediato
- material - I-63; I-75
- material - Consumação - I-75
- Materialidade - III-47; III-70
- Materialidade delitiva - III-47

- Menor potencial ofensivo - IV-49; IV-51; IV-52; IV-53; IV-54; IV-57; IV-60; IV-61; IV-63; IV-65; IV-68; IV-69; IV-70; IV-71; IV-72; IV-74; IV-76; IV-77; IV-79; IV-82; IV-83; IV-84; IV-89; IV-90; IV-91; V-58
- Menor potencial ofensivo - Conceito - IV-49; IV-54; IV-70
- Menor potencial ofensivo - Legislação - Competência - IV-63
- militar - I-78
- militar - Definição - I-78
- militar próprio - I-78
- Momento - Atividade - Teoria - V-3
- Momento - Efeito - Teoria - V-3
- Momento - Mista - Teoria - V-3
- Momento consumativo - V-24
- monossubjetivo - I-64
- omissivo - I-63
- omissivo - Acusação - I-63
- organizado - III-34; VI-25
- Partícipe - IV-7; IV-45
- Peculato culposo - IV-38
- permanente - I-63; II-74; V-24
- plurilocal - I-75
- plurissubjetivo - I-64
- plurissubjetivo - Conceito - I-64
- Polícia - Providências - II-21
- Política de combate - III-34
- Preterdolo - V-3
- Prevenção - I-31
- previdenciário - IV-65; IV-78
- previdenciário - Esfera administrativa - IV-65; IV-78
- previdenciário - Esfera administrativa - Absolvição - IV-65
- previdenciário - Esfera administrativa - Absolvição - IV-78
- previdenciário - Esfera penal - IV-65; IV-78
- previdenciário - Esfera penal - Condenação - IV-65; IV-78
- Propriedade imaterial - Direito - IV-64
- Prova - II-78
- Punibilidade - Extinção - IV-46
- Punibilidade - Extinção - Efeito - IV-46
- Qualificação - Conceito - IV-11
- Qualificação doutrinária - IV-11
- Qualificação legal - IV-11
- qualificado pelo resultado - I-75; VI-27
- qualificado pelo resultado - Foro competente - I-75
- Queixa - II-56
- Racismo - Imprescritibilidade - V-25
- Recolhimento - Contribuição - previdenciária - Omissão - IV-56
- Reconstituição - IV-8
- Reconstituição simulada - III-42
- Reconstituição simulada - Característica jurídica - III-42
- Reconstituição simulada - Característica técnica - III-42
- Reconstituição simulada - Importância - III-42
- Reconstituição simulada - Valor técnico - III-42
- Reincidência - II-87
- Reincidência - Conceito - II-87
- Reprodução simulada - III-42
- Reprodução simulada - Característica jurídica - III-42
- Reprodução simulada - Característica técnica - III-42
- Reprodução simulada - Importância - III-42
- Reprodução simulada - Valor técnico - III-42
- Responsabilidade civil - VI-12
- Segredo profissional - Violação - III-52
- Sigilo profissional - Penalidade - III-52
- Sigilo profissional - Violação - III-52
- Sigilo profissional - Violação - Exceção - III-52
- Sistema financeiro - IV-65; IV-78
- Sonegação fiscal - IV-27; IV-56; IV-65; IV-78
- Sonegação fiscal - Conceito - IV-56
- Sonegação fiscal - Tipo - Elemento - IV-56



- Sujeito passivo - Estado-Administração - I-70
- Supressão - Documento - III-70
- Supressão - Documento - Conceito - III-70
- tentado - Acusação - I-63
- Tipos legais - Vítima - I-46
- Tortura - Conceito - III-46
- Tráfico ilícito - Entorpecente - V-79
- tributário - IV-56; IV-59; IV-65; IV-78; IV-81
- tributário - Conceito - IV-56
- tributário - Pressuposto - IV-59; IV-65
- tributário - Procedimento administrativo - IV-59; IV-65
- tributário - Processo administrativo de lançamento - Decisão definitiva - I-53
- tributário - Punibilidade - Extinção - IV-56
- tributário - Punibilidade - Extinção - Hipótese - IV-56
- tributário - Punibilidade - Extinção - Pagamento do tributo - IV-56
- tributário - Tipo - Elemento - IV-59; IV-65
- uno - I-57
- Verificação de existência - I-32
- Violação de direitos autorais - I-2
- Violação de patente - IV-73
- Violência sexual - III-58
- Violência sexual - Criança - III-58
- Violência sexual - Menor - III-58

CRIME DE IMPRENSA - Nelson Nery Junior - I-68

CRIMES CONNEXOS - CRIMES DE ACÇÃO PUBLICA E CRIMES DE ACÇÃO PRIVADA - Conrado C. Erichsen - I-57

CRIMINALIDADE - I-33; I-51; VI-39; VI-79

- Combate - III-7
- contemporânea - II-72
- Desenvolvimento - VI-9
- Direito comparado - VI-79
- Estatística - VI-79

- Excludente - II-81
- Novo perfil - VI-25
- organizada - VI-9
- Recrudescimento - Fatores determinantes - I-47

CRIMINALÍSTICA - II-59

- Abrangência - II-59
- Conceito - II-59
- Nascimento - II-59
- Objetivo - II-59

CRIMINOGÊNESE - I-70

CRIMINOLOGIA - I-19; III-45; VI-8; VI-64; VI-75; VI-80; VI-83

- Alternativas penais - VI-41
- crítica - VI-48; VI-49
- da libertação - VI-48

CRIMINOSO

- habitual - VI-27
- por tendência - VI-27

CRISE URBANA - II-85

CRISE EXISTENCIAL DO JÚRI NO DIREITO BRASILEIRO - Rui Stoco - IV-44

CRISE NA EXECUÇÃO PENAL: DA ASSISTÊNCIA - Renato Flávio Marcão - VI-63

CRÍTICA SÃ E RACIONAL

- Princípio - V-10

CUANTIFICACION DE LA PENA Y DISCRECIONALIDAD JUDICIAL - Manuel de Rivacoba y Rivacoba - V-12

CULPA

- Declaração - I-18
- Formação - II-18; II-61
- Formação - Inquérito policial - II-7
- penal - IV-57
- penal - Conceito - IV-57
- penal - Definição - IV-57
- penal - Exclusão - IV-57
- Presunção - I-8
- Sumário - IV-33; IV-48

CULPA PENAL E A LEI 9.099/95 (A) - David Teixeira de Azevedo - IV-57



CULPABILIDADE - I-9; I-19; I-51; I-62;  
I-63; I-69; IV-33; V-35; VI-12; VI-28;  
VI-75

- Comprovação - Legalidade - I-15
- Conceito - IV-57
- Exclusão - IV-57
- Formação - IV-47
- Juízo - Função - VI-24
- Teoria - II-76; V-3

## CURADOR

- Nomeação - II-21
- Réu menor - III-43

## CUSTAS

- Cobrança - I-32

## CUSTÓDIA

- Competência - funcional - II-64
- Conceito - I-50
- Menor - infrator - II-85
- provisória - I-72

# D

## DADOS

- Inviolabilidade absoluta - III-9
- Inviolabilidade relativa - III-9
- Sigilo - IV-81

DADOS: INVOLABILIDADE ABSOLUTA OU RELATIVA? - Agapito Machado - III-9

## DANO

- cível - Composição - IV-53; IV-68; IV-69; IV-74; IV-76; IV-82; IV-89; IV-90; IV-91
- cível - Reparação - IV-53; IV-82; IV-90; IV-91; V-21; VI-64
- material - Indenização - II-90
- moral - Indenização - II-90
- Probabilidade - I-63

## DATILOSCOPIA

- Conceito - III-55
- História - III-55

## DECADÊNCIA - II-55

- Conceito - II-55; IV-55
- penal - I-71; V-24

- penal - Queixa - V-24

- Prazo - Fim - I-68

- Prazo - Início - I-68

DECADÊNCIA - Damásio Evangelista de Jesus - IV-55

DECADÊNCIA NO CRIME PERMANENTE E NO CRIME CONTINUADO - Basileu Garcia - V-24

## DECISÃO

- Conceito - III-51; V-16
- condenatória - V-16
- conflitante - Provas conflitantes - I-60
- constitutiva - V-16
- de pronúncia - II-94
- declaratória - V-16
- Fundamentação - III-5
- fundamentada - II-27
- interlocutória - II-94
- interlocutória - Agravo de instrumento - V-57
- interlocutória - Irrecorribilidade - Princípio - III-25
- judicial - Formas de controle - II-30
- judicial - Fundamentação - II-21
- Motivação - Princípio - IV-1
- penal - Falibilidade - VI-79
- *rebus sic stantibus* - II-74

DECISÃO CONDENATÓRIA PENDENTE DE RECURSO DO ACUSADO, PROGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL DE *HABEAS CORPUS* - Leônidas Ribeiro Scholz - V-72

## DECLARAÇÃO

- de arquivamento - Competência funcional - II-28
- dos Direitos do Homem e do Cidadão - I-15
- Universal dos Direitos do Homem - VI-34

## DEFENSOR

- Capacitação técnica - I-4
- Empenho pessoal - I-4
- Função - III-16
- Necessidade - III-16

- Nomeação - I-4
- Omissão - I-4
- Presença - III-4

## DEFESA

- Ausência - Consequência - IV-48
- Ausência - Nulidade - IV-48
- Cerceamento - IV-8
- Cerceamento - Pedido essencial - Indeferimento - Direito comparado - IV-21
- Cerceamento - Pedido essencial - Indeferimento - IV-21
- Conceito - III-63
- Conceito comum - I-16
- Conceito jurídico - I-16
- Conteúdo - I-16
- da acusação - II-51
- da ordem interna - I-59
- Defensor dativo - IV-48
- Deficiência - Nulidade - I-5
- Direito - III-40; III-61; III-63; V-5; V-40
- Direito - Encarcerado - VI-47
- efetiva - I-5
- Efetividade - I-5; III-4
- Falta - Nulidade - I-5
- formal - I-16
- Garantia constitucional - II-58
- ilícita - I-16
- Intimação - IV-48
- material - I-16
- Natureza jurídica - I-16
- penal - Âmbito de incidência - I-4
- penal - Atividade probatória - III-3
- penal - Ausência de demonstração do prejuízo - I-4
- penal - Autodefesa - I-16
- penal - Classificação - I-16
- penal - Conceito - I-4; I-16
- penal - Conceito jurídico - I-16
- penal - Conteúdo - I-4; I-16
- penal - Efetividade - I-4
- penal - Fundamentação devida - I-4
- penal - Garantias - Classificação - I-16
- penal - Garantias constitucionais especiais - I-16
- penal - Garantias constitucionais especiais coletivas - I-16
- penal - Garantias constitucionais especiais individuais - I-16
- penal - Garantias constitucionais especiais políticas - I-16
- penal - Garantias constitucionais especiais sociais - I-16
- penal - Garantias - I-16
- penal - Limites - I-16
- penal - Limites - Impossibilidade da defesa técnica - I-16
- penal - Limites - Inidoneidade - I-16
- penal - Limites - Preclusão - I-16
- penal - Limites - Testemunhas - I-16
- penal - não efetiva - Nulidade - I-4
- penal - Natureza jurídica - I-4; I-16
- penal de mérito - I-16
- penal deficiente - I-4
- penal ilícita - I-16
- penal inexistente - I-4
- penal processual - I-16
- penal técnica - I-16
- plena - II-38
- Plenitude - Princípio - IV-19; V-34
- Poder - III-63
- preliminar - IV-18; IV-23
- prévia - IV-18; IV-26
- prévia - Abrangência - IV-26
- prévia - Ausência - IV-26
- prévia - Ausência - Consequência - IV-26
- prévia - Característica - IV-26
- prévia - Conceito - IV-26
- prévia - Conteúdo - IV-26
- prévia - Ônus - do acusado - IV-26
- prévia - Procedimento - IV-26
- privada - I-16
- pública - I-16
- social - VI-24
- técnica - I-26
- técnica - Direito do acusado - I-4
- técnica - Manifestações - II-46



DEFESA DOS DIREITOS DO ENCARCERADO (A) - Manoel Pedro Pimentel - VI-47

DEFESA NAS AÇÕES PENAIS REGIDAS PELA LEI N. 4.611, DE 1965 (Da) - Wolney Santos - IV-48

DEFESA PENAL E SUA RELAÇÃO COM A ATIVIDADE PROBATÓRIA. A VÍTIMA E O PRINCÍPIO DE OPORTUNIDADE (A) - Ada Pellegrini Grinover - III-3

DEFESA PENAL EFETIVA - Diogo Rudge Malan - I-4

DEFESA PENAL: DIREITO OU GARANTIA - Maria Thereza Rocha de Assis Moura - Cleunice A. Valentim Bastos - I-16

DEFESA PRELIMINAR NO PROCESSO PENAL - Hugo Nigro Mazzilli - IV-18

DEFESA PRÉVIA - RESPOSTA DO ACUSADO - José Adriano Marrey Neto - José Guilherme Di Rienzo Marrey - IV-26

DELAÇÃO PREMIADA - III-32

- Cautela - III-32
- Declaração - do arrependido - Afecção - externa - III-32
- Declaração - do arrependido - Afecção - interna - III-32
- Declaração - do arrependido - III-32
- Direito - comparado - III-32
- Elemento - de corroboração - III-32
- Especificidade - III-32
- Formalidade - III-32
- Fundamento - III-32
- História - III-32
- Valor - probatório - III-32

DELEGACIA ESPECIALIZADA - IV-92

- Mulher - IV-92
- Mulher - Estatística - IV-92
- Mulher - História - IV-92

DELEGACIAS DE DEFESA DA MULHER E JUÍZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS - Wânia Pasinato Izumino - IV-92

DELICTA FACTI

- *permanentis* - III-47
- *transeuntis* - III-47

DELINQUENTE

- Ressocialização - VI-3

DELITO

- Vide: Crime

DEMANDA

- Incidentes - II-35
- Princípio - IV-1

DEMOCRACIA - IV-19

- participativa - I-27

DEMOCRATIZAÇÃO DOS TRIBUNAIS PENAIS: PARTICIPAÇÃO POPULAR (A) - Ada Pellegrini Grinover - I-27

DENÚNCIA - I-56; IV-33; IV-35; IV-40

- Aditamento - IV-32; V-20
- Aditamento - Consequência - IV-32
- Arquivamento - Prova nova - IV-35
- Atipicidade - IV-40
- Classificação - IV-58
- Coindicação - IV-35
- Coindicação - Exclusão - IV-35
- Correção material - IV-32
- criminal - V-5
- criminal - Aditamento - IV-80; V-5
- criminal - Aditamento - Fato novo - V-5
- criminal - Conceito - IV-2; IV-80; V-5
- criminal - Decadência - IV-80
- criminal - Finalidade - IV-80
- criminal - Identificação - V-5
- criminal - Individualização - V-5
- criminal - Requisito - IV-2; IV-80
- criminal - Tipo - Composição - V-5
- criminal - Vício - IV-80
- criminal inepta - IV-2
- criminal inepta - Rejeição - IV-2
- Desistência - IV-68
- Direito - Renúncia de ofendido - IV-53; IV-61
- Direito - V-75
- Formalidade - IV-55; IV-71

- Inépcia - IV-35
- Mero indício - IV-40
- Oferecimento - I-67; II-21; II-28; IV-40
- Oferecimento - Inexistência de impedimento - II-11
- Oferecimento - Inexistência de Suspeição - II-11
- Oferecimento - Poder - Abuso - IV-40
- Oferecimento - Prazo - IV-55; IV-71
- Oferecimento - Prazo - Termo inicial - IV-55; IV-71
- Oferecimento - Prazo - Termo inicial - Corrente doutrinária - IV-55
- Oferecimento - Prazo - Termo inicial - Jurisprudência - IV-55
- Oferecimento - Transação - IV-63
- oral - Conceito - IV-53; IV-61
- Pressuposto - IV-40
- Punibilidade - Extinção - IV-68
- Recebimento - I-6; IV-33; IV-45; IV-48
- Representação - IV-32; IV-68
- Representação - Retratabilidade - IV-32
- Requisito - IV-14; IV-28; IV-40; IV-55
- Retratação - IV-61

DENÚNCIA - Manoel Pedro Pimentel - IV-35

#### DEPOIMENTO

- Colheita - II-58
- Colheita - Forma - II-58
- policial - III-77
- Qualidade - III-45

DESAFORAMENTO - IV-3; IV-23; IV-39; IV-42; IV-45

- Cabimento - IV-39
- Competência funcional - IV-39
- Competência funcional - Juiz singular - IV-39
- Competência funcional - Júri - IV-39
- Competência territorial - IV-3
- Conceito - IV-3; IV-39

- Direito comparado - IV-3
- Hipótese - IV-39; IV-42
- Incompetência - IV-3
- Justificação - IV-3
- Suspeição - IV-3

DESAFORAMENTO (Do) - Alcides Amaral Salles - IV-3

DESAFORAMENTO DAS CAUSAS CRIMINAIS - Pedro Bandeira Steele - IV-39

DESBUROCRATIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO SUMÁRIO (A) - Pedro Henrique Demercian - Martha de Toledo Machado - IV-83

DESCCLASSIFICAÇÃO - IV-47

DESCCLASSIFICAÇÃO DO CRIME PELO TRIBUNAL DO JÚRI E INTERRUÇÃO DA PRESCRIÇÃO PELA PRO-NÚNCIA - Edson Ribas Malachini - IV-12

DESCRIMINALIZAÇÃO - IV-76; IV-82; VI-27

- Medida - IV-76

DESPACHO DE RECEBIMENTO DA DENÚNCIA

- Reconsideração - Aditamento - I-60

DESPENALIZAÇÃO - IV-87; IV-92; VI-2; VI-72

DETECTOR DE MENTIRAS - Euvaldo Chaib - III-27

DETENÇÃO - VI-39

DETERMINAÇÃO DA LEI PENAL

- Princípio - I-20

DETERMINAÇÃO DO REGIME PRISIONAL - Márcio Bártoli - VI-50

#### DEVER

- de cuidado - Descumprimento - I-13
- de embargar - II-37
- de recorrer - II-37
- jurídico de agir - II-12
- legal - Cumprimento - II-69



**DEVIDO PROCESSO LEGAL – I-13; II-37; III-1; III-6; III-23**

- Princípio – I-5; I-21; I-22; II-57; II-60; II-63; II-71; II-88; II-89; II-94; III-24; III-31; III-37; III-56; III-65; III-78; IV-23; IV-33; IV-34; IV-45; IV-50; IV-58; IV-61; IV-65; IV-77; IV-78; IV-79; IV-81; IV-83; IV-87; V-3; V-18; V-35; V-46; V-91; VI-34
- Princípio – Elemento – III-24

**DEVIDO PROCESSO LEGAL E A DEFESA EFETIVA (O) – Dyrceu Aguiar Dias Cintra Júnior – I-5**

**DEVIDO PROCESSO LEGAL, CONTINÊNCIA E CRIME CULPOSO – José Henrique Pierangeli – I-13**

**DIFICULDADE DE ATUAÇÃO DOS LIMITES JURÍDICOS À LIVRE APRECIÇÃO DA PROVA NO CHAMADO PROCESSO PENAL ACUSATÓRIO – Flávio Meirelles Medeiros – III-31**

**DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA – VI-11**

- Princípio – II-77; II-90; III-65; IV-2; IV-70
- Redução da maioria penal – VI-11

**DILIGÊNCIA**

- probatória – III-75; IV-21

**DIREITO**

- à ação – Noções Fundamentais – I-25
- à defesa – III-3
- à defesa prévia – II-37
- à defesa técnica – II-37
- à informação – I-34; I-41
- à intimidade – III-9; III-13; III-19; III-20; III-22
- à jurisdição – Noções Fundamentais – I-25
- à liberdade provisória imediata – I-8
- à privacidade – I-41
- à saúde – Preso – VI-9
- à segurança – II-13

- absoluto – Interesse público – III-9
- ao juízo de retratação – II-37
- ao silêncio – II-26; III-4; III-23
- ao silêncio – Amplitude – I-50
- ao silêncio – Consagração constitucional – III-10
- ao silêncio – Dever de instrução – Beneficiários – Acusado – I-50
- ao silêncio – Dever de instrução – Beneficiários – Testemunha – I-50
- ao silêncio – Dever de instrução – Exclusão de prova – I-50
- ao silêncio – Direito alemão – I-50
- ao silêncio – Direito norte-americano – I-50
- ao silêncio – Fundamentação jurídica – I-50
- ao trabalho – Preso – VI-9
- comparado – II-37
- Conceção – V-4
- da acusação – III-18
- da defesa – III-18
- da personalidade – I-34
- da testemunha – Direito à negativa de exibição de documento – II-26
- da testemunha – Permissão da não autoincriminação – II-26
- de ação penal – privada – Ofensa – I-52
- de acesso à justiça – Princípio – I-22
- de defesa – I-5; I-15; I-43; II-51; II-54
- de defesa – Inviolabilidade – I-16
- de defesa – Limites – I-16
- de graça – VI-16
- de liberdade – I-26; I-43; VI-33
- de personalidade – Direito ao silêncio – I-50
- de presença – II-37
- de queixa – Ascendentes do ofendido – Legitimidade – I-52
- de queixa – Decadência – I-56
- de representação – Decadência – I-54; I-56
- Exercício regular – II-68; II-69; II-76
- Geral – Teoria – V-8
- Interpretação – V-4

- intertemporal - II-92
- material - Regra - II-92
- Método indutivo - Aplicação - I-9
- Penal - I-41
- Penal - Crise do sistema punitivo - VI-11
- Penal - Desprezo - I-18
- Penal - Europeização - Métodos - I-30
- Penal - Europeização - Modelos - I-30
- Penal - Função - VI-11
- Penal - Legitimidade - VI-9
- Penal - mínimo - IV-70
- Penal - moderno - I-62; II-71; II-81; VI-55
- Penal - Norma - Violação - III-7
- Penal - Presunção de inocência - I-15
- Penal - Realista - Teoria - I-69
- Penal - Ressocialização - VI-11
- Penal humanista - VI-48
- Penal simbólico - VI-11
- Preso - VI-49
- preventivo - I-31
- Privado - Teoria - I-3
- processual - I-3
- processual - Regra - II-92
- processual - Regra mais benéfica - II-92
- processual - Regra mais gravosa - II-92
- processual penal - Europeização - Métodos - I-30
- processual penal - Europeização - Modelos - I-30
- processual penal - Fins - I-50
- processual penal - Procedimentos incidentais - II-35
- processual penal - Reformas - Citação - I-29
- processual penal - Reformas - Exibição de documento - I-29
- processual penal - Reformas - Instrução criminal - I-29
- processual penal - Reformas - Intercepção telefônica - I-29

- processual penal - Reformas - Revelia - I-29
- processual penal - Reformas - Sigilo - I-29
- público - Teoria - I-3
- Sistema aberto - II-43
- subjetivo - público - III-60

DIREITO AO SILÊNCIO (O) - Theodormiro Dias Neto - I-50

DIREITO AO SILÊNCIO E COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO - Alexandre de Moraes - III-10

DIREITO AO SILÊNCIO NA PRISÃO EM FLAGRANTE (O) - Mariângela Gama de Magalhães Gomes - II-80

DIREITO AO SILÊNCIO NO INTERROGATÓRIO - Maria Thereza Rocha de Assis Moura - Maurício Zanoide de Moraes - III-59

DIREITO DE DEFESA E PROVA CIENTÍFICA: NOVAS TENDÊNCIAS DO PROCESSO PENAL ITALIANO - Paolo Tonini - III-63

DIREITO DE INFORMAÇÃO E INTERESSE PÚBLICO - Miguel Reale Júnior - IV-80

DIREITO DO ACUSADO À PUBLICAÇÃO DO EDITAL PELA IMPRENSA (O) - José Celso de Mello Filho - II-93

DIREITO INTERTEMPORAL - Ary Florêncio Guimarães - VI-15

DIREITOS

- fundamentais - I-15; I-16; II-34; VI-9
- fundamentais - Finalidade - protetiva - III-10
- fundamentais - Recluso - VI-9
- fundamentais do encarcerado - VI-47
- humanos - II-30; VI-25
- humanos - Brasil - Leis equivocadas - I-47
- humanos - Normas constitucionais - I-47
- humanos - Normas genéricas - I-47

- humanos - Normas infraconstitucionais - I-47
- humanos - Redução da maioria penal - VI-11
- humanos - Tutela - Prodigalidade - I-47
- humanos fundamentais - Evolução histórica - III-10
- individuais - III-7

#### DISCRICIONARIEDADE

- Princípio - IV-77
- regulada - Princípio - IV-58
- regulada - Princípio - Conceito - IV-58

#### DISCUSSÃO EM TORNO DO INTERNAMENTO DE INIMPUTÁVEL EM RAZÃO DE ANOMALIA PSÍQUICA - Maria João Antunes - VI-53

#### DISPONIBILIDADE

- Princípio - I-64

#### DISPOSITIVO

- Princípio - I-70; III-56; III-78
- codificado - Revogação - II-47

#### DNA E SUA UTILIZAÇÃO COMO PROVA NO PROCESSO PENAL - Marco Antonio de Barros - III-53

#### DOCUMENTOSCOPIA

- Conceito - III-42

#### DOLO - II-12

#### DOMICÍLIO

- Direito - II-69
- Inviolabilidade - II-69
- Inviolabilidade - Direito - III-35

#### DOMINUS LITIS - II-33

#### DUE PROCESS OF LAW - II-38; II-88; II-93; III-36; III-37; III-56; III-68; III-77; IV-2; IV-21; IV-24; IV-83; IV-87; IV-89; V-38; V-62

- Doutrina - V-76
- Princípio - II-57; II-63

#### DUPLO PUNIÇÃO - VI-42

#### DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO - VI-34

- Princípio - I-1

### E

#### ECONOMIA PROCESSUAL

- Princípio - I-18; II-94; IV-29; IV-32; IV-37; IV-51; IV-63; IV-66; IV-68; IV-70; IV-74; IV-85; V-49

#### EFEITO DEVOLUTIVO DO RECURSO

- ESPECIAL - Ada Pellegrini Grinover - V-43
- Efeitos da extinção - I-58

#### EFEITOS DA PRECLUSÃO *PRO JUDICATO* NO PROCESSO PENAL - Luiz Flávio Gomes - Alice Bianchini - II-94

#### EFEITOS DOS RECURSOS CRIMINAIS QUANTO À PRISÃO DO RÉU, EM FACE DO NOVO CÓDIGO DO PROCESSO PENAL. CONCLUSÕES - Lincoln de Assis Moura - V-73

#### EFEITOS SUSPENSIVOS DOS RECURSOS CONSTITUCIONAIS - Luís Fernando C. de Barros Vidal - V-74

#### EFEITOS DAS SENTENÇAS ABSOLUTÓRIAS NOS CASOS DO ARTIGO 27 DO CÓDIGO PENAL - Julio Cesar de Faria - V-11

#### EFEITOS DAS SENTENÇAS CRIMINAIS NO JUÍZO CIVIL (Dos) - Spencer Vampre - V-21

#### EFICÁCIA E AUTORIDADE DA SENTENÇA PENAL - Ada Pellegrini Grinover - V-1

#### EFICIÊNCIA

- Princípio - III-37

#### EGRESSO

- Assistência - VI-45

#### ELEMENTOS DE CONVICÇÃO

- Vedação legal - Existência - III-15

#### EMBARGOS

- de declaração - V-42; V-57; V-61; V-89
- de declaração - Classificação - V-61
- de declaração - Dispositivo - V-61
- de declaração - Efeito modificativo - V-89



- de declaração - Efeito suspensivo - V-42
- de declaração - Finalidade - V-61
- de declaração - Motivação - V-61
- de declaração - Natureza jurídica - V-61
- de declaração - Pressuposto - V-61
- de declaração infringentes - V-89
- de divergência - Proibição - I-26
- de terceiro - I-32
- infringentes - V-61
- infringentes - Ministério público - V-61
- infringentes - Proibição - I-26

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM EFEITO MODIFICATIVO, OPOSTOS POR ASSISTENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO** - Rogério Lauria Tucci - V-89

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM MATÉRIA PENAL E SUSPENSÃO DO PRAZO PARA A INTERPOSIÇÃO DE OUTROS RECURSOS** - Ada Pellegrini Grinover - V-42

**EMBRIAGUEZ**

- preordenada - VI-27

**EMENDATIO LIBELLI** - V-20

- Conceito - V-20

**EMPREGO DE ALGEMAS** - Sérgio Marcos de Moraes Pitombo - II-32

**ENCURTAMENTO GRADATIVO DA PENA** - Candido Mendes de Almeida - VI-20

**ENFORCAMENTO** - VI-43

**ENSAIO SOBRE A PENA** - Manoel Pedro Pimentel - VI-46

**ENTREVISTA**

- Réu preso - Direito - III-43

**EQUIDADE**

- Princípio - II-87; VI-59
- processual - Princípio - III-34

**EQUILÍBRIO DE ARMAS**

- Princípio - II-57

**EQUÍVOCO FORMAL**

- Magistrado - II-94

**ERRO**

- de direito - VI-27
- de proibição - I-20
- de proibição - Aplicação das regras - I-20
- de proibição invencível - I-20
- de proibição não culpável - I-20
- de técnica - I-70
- de tipo - I-6; I-64
- judiciário - V-38; VI-43
- judiciário - Reconhecimento - Pressuposto - V-38
- judiciário - Reconhecimento *ex officio* - Impossibilidade - V-38

**ESCRITURA**

- Princípio - III-31

**ESCUTA TELEFÔNICA** - II-40; III-34

- administrativa - III-40
- Autorização judicial - III-11
- Conceito - III-22; III-40
- ilegal - III-40
- judiciária - III-40
- Procedimento - III-40

**ESPECIALIDADE**

- Princípio - IV-70; V-3

**ESPECIALIZAÇÃO DA MAGISTRATURA CRIMINAL** - J. A. Cesar Salgado - I-40

**ESTABELECIMENTO PENAL** - VI-45; VI-75; VI-81

- aberto - VI-75; VI-81
- Casa do albergado - VI-45
- Colônia agrícola - VI-45
- Condições - VI-39
- Disciplina - VI-40
- fechado - VI-75; VI-81
- Preso - Evasão - VI-81
- Preso - Fuga - VI-81
- Princípio da separação dos presos - VI-45
- Regime semiaberto - VI-36
- Segurança máxima - VI-75; VI-81



- Segurança máxima - Visita íntima - VI-49
- Segurança média - VI-75; VI-81
- Segurança mínima - VI-75; VI-81
- Superlotação - VI-45

#### ESTABILIDADE DOS DIREITOS SUBJETIVOS ADQUIRIDOS

- Princípio - I-16

#### ESTADO

- Abuso de poder - III-10
- de Direito Liberal - II-43
- de inocência - Princípio - V-46
- de necessidade - II-69
- de periculosidade - III-36
- de sítio - Garantia constitucional - II-68
- Democrático de Direito - Funções essenciais - I-73
- Poder - Ampliação - IV-79
- Poder - Dever - VI-76

#### ESTATÍSTICAS CRIMINAIS - II-21

#### ESTRUTURA DA SENTENÇA PENAL - Petrucio Ferreira - V-14

#### EVIDÊNCIA - III-21

#### EXAME

- biopsicológico - I-19
- cadavérico - Conceito - III-42
- Corpo de delito - III-42; III-47; III-70
- Corpo de delito - Ausência - III-47
- Corpo de delito - Ausência - Consequência - III-47
- Corpo de delito - Constatação - III-70
- Corpo de delito - Determinação - III-70
- Corpo de delito - Testemunha - III-70
- Corpo de delito complementar - III-42
- Corpo de delito complementar - Finalidade - III-42
- Corpo de delito complementar - Pressuposto - III-42

- criminológico - I-19; VI-5; VI-21; VI-75

- criminológico - Confiabilidade - VI-5

- criminológico - Limitações - VI-5

- criminológico - Procedimento - VI-75

- criminológico - Requisito - VI-75

- da personalidade do delinquente - I-19

- de alcoolemia - III-36

- de alcoolemia - Direito - comparado - III-36

- de sangue - Paternidade - III-26

- de sangue - Paternidade - Direito - comparado - III-26

- DNA - III-53

- DNA - Conceito - III-53

- DNA - Doutrina - III-53

- DNA - Jurisprudência - III-53

- pericial - III-42; III-53; III-56; IV-76

- pericial - Formalidade - III-56

- pericial - Requisito - III-56

- pericial bacteriológico - III-26

- pericial complementar - IV-32

- pericial hematológico - III-26

- pericial radiológico - III-26

#### EXAME DE ALCOOLEMIA - Isaac Sabá Guimarães - III-36

#### EXCEÇÃO - V-36

- dilatória - V-36

- Impedimento - V-36

- Impedimento - Procedimento - V-36

- peremptória - V-36

- Suspeição - V-36

- Suspeição - Procedimento - V-36

#### EXCESSO ACUSATÓRIO - I-70

#### EXCLUSIONARY RULE - III-28; III-36; III-51

#### EXECUÇÃO

- Acompanhamento jurídico - VI-25

- legal - VI-43

- penal - VI-3; VI-4; VI-9; VI-21; VI-33; VI-36; VI-58; VI-60; VI-63; VI-65;

- VI-66; VI-68; VI-70; VI-72; VI-74; VI-75; VI-76; VI-80; VI-81
- penal - Adaptação da sentença condenatória - VI-13
- penal - Afastamento do Judiciário - VI-4
- penal - Aperfeiçoamento - Sugestões - VI-39
- penal - Atividade administrativa - VI-13
- penal - Atividade jurisdicional - VI-13
- penal - Autonomia - VI-74
- penal - Caderneta pessoal - VI-20
- penal - Carta de guia - VI-76
- penal - Conceito - VI-74; VI-76
- penal - Controle administrativo - VI-60
- penal - Controle judicial - VI-4
- penal - Controle judiciário - VI-60
- penal - Crise - VI-63
- penal - Declaração de extinção da punibilidade - VI-13
- penal - Encerramento do processo - VI-13
- penal - Estrutura - VI-81
- penal - Etimologia - VI-74
- penal - Exigibilidade - VI-74
- penal - Extinção da pena - VI-13
- penal - Falência - VI-3
- penal - Falência do sistema carcerário - VI-54
- penal - Fase - VI-60
- penal - Finalidade - VI-76
- penal - Formalidade - VI-76
- penal - História - VI-65; VI-66; VI-74
- penal - Iara - I-71
- penal - Iara - Competência - I-71
- penal - Iara - Juízo Especial - I-71
- penal - Incidente - VI-13; VI-58; VI-64; VI-68; VI-74
- penal - Juridicidade - VI-81
- penal - Jurisdição - VI-13
- penal - Jurisdicionalização - VI-13; VI-65; VI-74
- penal - Legislação - VI-74
- penal - Limite - VI-76
- penal - Limites ao poder de decisão do juiz - VI-13
- penal - Mandado - VI-76
- penal - Mandado - Formalidade - VI-76
- penal - Mérito - VI-21
- penal - Mérito - Apuração - VI-77
- penal - Mérito - Ausência - VI-77
- penal - Mérito - Conceito - VI-77
- penal - Mérito - Regressão - VI-77
- penal - Mérito negativo - VI-77
- penal - Mérito positivo - VI-77
- penal - Natureza jurídica - VI-63; VI-74; VI-80
- penal - Óbices à eficiência - VI-39
- penal - Objetivo - VI-76
- penal - Objeto - VI-63
- penal - Órgãos - VI-45
- penal - Órgãos - Conselho da Comunidade - VI-45
- penal - Órgãos - Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - VI-45
- penal - Órgãos - Conselho Penitenciário - VI-45
- penal - Órgãos - Departamentos Penitenciários - VI-45
- penal - Órgãos - Juízo da Execução - VI-45
- penal - Órgãos - Ministério Público - VI-45
- penal - Órgãos - Patronato - VI-45
- penal - Penal privativa de liberdade - Assistência - VI-46
- penal - Poder cautelar geral - VI-13
- penal - Política criminal - VI-9
- penal - Pressuposto - VI-74
- penal - Prevalência da administração - VI-4
- penal - Procedimento - VI-74; VI-76
- penal - Procedimentos incidentais - VI-13
- penal - Procedimentos principais - VI-13
- penal - Reforma - VI-9

- penal - Sistema misto de controle - VI-4
- penal - Socialização - VI-9
- penal - Sujeição - Capacidade - VI-74
- penal - Sujeitos principais - VI-13
- penal - Título - executivo - VI-74
- penal - Trabalho - VI-56
- penal federal - Controle judicial - VI-4
- provisória - V-13; V-62; V-88; VI-2
- provisória - Direito comparado - V-88
- provisória - Doutrina - V-88
- provisória - Inexistência - V-88
- provisória - Jurisprudência - V-88
- provisória - Limite - V-62
- provisória - Objeto - V-62
- provisória - Pena privativa de liberdade - V-13
- provisória - Pena privativa de liberdade - Jurisprudência - V-13
- provisória - Proposta - V-13
- provisória - Recurso especial - V-62
- provisória - Recurso extraordinário - V-62
- provisória - Sentença - V-13
- provisória - Sentença condenatória - V-13
- Redução da pena - VI-27

EXECUÇÃO DA MULTA PENAL - Sérgio Shimura - VI-78

EXECUÇÃO DA PENA DE MULTA: JUÍZO COMPETENTE - Vera Regina de Almeida Braga - VI-82

EXECUÇÃO PENAL - Sergio Marcos de Moraes Pitombo - VI-76

EXECUÇÃO PENAL E FALÊNCIA DO SISTEMA CARCERÁRIO - Maria Theza Rocha de Assis Moura - VI-54

EXECUÇÃO PENAL NO BRASIL - René Ariel Dotti - VI-66

EXECUÇÃO PENAL: O DIREITO À REMIÇÃO DA PENA - Rui Carlos Machado Alvim - VI-72

EXERCÍCIO DA AUTODEFESA

- Indução - III-4

EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA NA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA (Uma) - José Roberto Antonini - VI-40

EXTENSÃO DO RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO RETROATIVA NO ÂMBITO DO DIREITO ADMINISTRATIVO (Da) - José Henrique Pierangeli - V-28

EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE - II-92

EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE - Agapito Machado - V-23

## F

FACE TO FACE - III-68

FAIR TRIAL - II-38

FALÊNCIA DA EXECUÇÃO PENAL E A INSTITUIÇÃO DA PENA DE MORTE NO BRASIL (A) - Ailton Stropa Garcia - VI-3

FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO - I-76

- Espécies - I-76

FASE PREPARATÓRIA DO PROCESSO PENAL (A) - Anabela Miranda Rodrigues - I-55

FATO

- Atipicidade - II-12
- criminoso - I-61
- criminoso - Descrição - III-8
- Exposição - III-20
- ilícito - I-61
- ilícito - Conceito - I-61
- ilícito - Consequências - I-61
- ilícito - Distinção - I-61
- ilícito - Espécies - I-61
- ilícito meramente civil - I-61
- ilícito penal - I-61
- ilícito penal e civil - I-61
- penal - Definição jurídica - V-5
- Princípio - I-15
- típico - Integralidade - I-43

FATO-CRIME - I-62



**FAVOR**

- *libertatis* - Princípio - V-33; V-34
- *rei* - Princípio - IV-19; V-33; V-34; V-42; V-62
- *sententiae* - Princípio - V-77

**FÉ PÚBLICA**

- Princípio - III-51

**FIANÇA - I-6; I-26**

- criminal - II-65; II-68; II-73; II-74; II-82
- criminal - Autoridade - Competente - II-74
- criminal - Conceito - II-65; II-82
- criminal - Concessão - II-82
- criminal - Direito - II-69; II-82
- criminal - Extinção - II-74
- criminal - Hipótese - II-65
- criminal - História - II-65
- criminal - Idade - II-69
- criminal - Importância - II-65
- criminal - Limite - II-69; II-74
- criminal - Limite - Pena cominada - II-69
- criminal - Natureza jurídica - II-65
- criminal - Pressuposto - II-65
- criminal - Reforço - II-74; IV-32
- criminal - Requisito - II-65
- criminal - Sistema - II-65
- criminal - Valor - II-74
- criminal provisória - II-82
- criminal provisória - Substituição - Definitiva - II-82
- criminal provisória - Substituição do fiador - II-82
- criminal provisória - Substituição do objeto - II-82
- criminal sem efeito - II-74
- criminal sem objeto - II-74
- criminal definitiva - II-82

**FIANÇA CRIMINAL - Octaviano Vieira - II-82****FIANÇA CRIMINAL E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL (A) - Antônio Scaran-  
ce Fernandes - II-65****FICÇÃO JURÍDICA**

- Teoria - I-71

**FIM DA EXCLUSÃO DA DEFINIÇÃO DE  
INFRAÇÃO DE MENOR POTENCIAL  
OFENSIVO DOS CRIMES PARA OS  
QUAIS A LEI PREVEJA PROCEDI-  
MENTO ESPECIAL (O) - Christian  
Barreto Salcedo da Matta - IV-54****FIM DO PROTESTO POR NOVO JÚRI  
E A QUESTÃO DO DIREITO INTER-  
TEMPORAL (O) - Rômulo de Andrade  
Moreira - V-91****FINALIDADE**

- Princípio - IV-70

**FLAGRANTE - VI-2****FLUXOS DE CADEIA OU DE CAIXA -  
Edson Vidigal - IV-59****FOI MANTIDO O TRIBUNAL DO JURI?  
- Aldrovando Fleury - IV-5****FORÇA**

- Conceito - II-32
- Uso - Pressupostos - II-32

**FORO**

- especial - I-73
- pela prerrogativa de função - I-74
- por prerrogativa de função - I-73
- privativo - I-74
- privativo por prerrogativa - I-73
- *Ratione muneris* - I-74
- *Ratione personae* - I-74

**FRUIT OF THE POISONOUS TREE**

- Princípio - III-56; III-72

**FRUTOS DA ÁRVORE ENVENENADA**

- Teoria - II-80

**FUGA**

- Probabilidade - I-8

**FUMUS**

- *boni iuris* - II-3; II-62; II-71; II-72; II-74; II-77; II-84; III-2; III-56; IV-2; IV-77; V-45; V-82
- *boni iuris* - Princípio - V-62
- *comissi delicti* - Princípio - V-62

**FUNÇÃO JURISDICIONAL - I-27; II-88**

- Conceito - II-88
- Limites - II-88

FUNÇÃO CRIADORA DA SENTENÇA  
CRIMINAL (A) - Sérgio de Oliveira  
Médici - V-18

FUNCIONÁRIO PÚBLICO  
- Vencimento - V-3

FUNÇÕES E LIMITES DA PRISÃO PRO-  
CESSUAL - Antonio Scarance Fernan-  
des - II-66

FUNDAMENTAÇÃO  
- Princípio - II-73

FUNDO PENITENCIÁRIO  
- do Estado de São Paulo - VI-82  
- Nacional - VI-75; VI-78; VI-82

FUNGIBILIDADE  
- Princípio - V-57

FURTO PRIVILEGIADO  
- Desclassificação para furto simples  
- I-6

## G

### GARANTIA

- de liberdade - I-26
- constitucional - I-1; I-16; III-12
- constitucional da fundamentação  
- II-21
- constitucional do devido processo  
legal - II-5
- constitucional do sigilo das comu-  
nicações - Exceções - III-22
- constitucional do sigilo das comu-  
nicações - Fundamento - III-22
- constitucional do sigilo das comu-  
nicações - Regra - III-22
- da equitatividade do processo pe-  
nal - II-5
- da irretroatividade - I-20
- do contraditório - III-23
- do devido processo legal - III-19
- individual fundamental - Ação pe-  
nal privada subsidiária da pública  
- II-43

GARANTIA DO DIREITO AO SILÊNCIO  
E A DISPENSA DO INTERROGATÓ-  
RIO - René Ariel Dotti - III-67

GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DA  
DEFESA E DO EXERCÍCIO PROFIS-  
SIONAL DO ADVOGADO - René Ariel  
Dotti - II-58

GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA - III-24

GOOD TIME LAW - VI-20

GRAÇA - VI-15  
- História - VI-16  
- Legislação - VI-16

GRADUALIDADE  
- Princípio - II-65

GRAFOTECNIA  
- Conceito - III-42

GRAVAÇÃO CLANDESTINA  
- Conceito - III-22

GUARDAS DE PRESÍDIO  
- Autoridade - VI-40

## H

### HABEAS

- *corpus* - I-8; I-26; II-5; II-16; II-54;  
II-68; II-69; II-86; IV-28; V-41; V-45;  
V-48; V-54; V-56; V-60; V-64; V-82;  
V-83; V-84; V-86; V-96; V-9
- *corpus* - *act* - V-54; V-83; V-96; V-97
- *corpus* - Admissibilidade - V-48
- *corpus* - Ajuizamento - V-41
- *corpus* - Cabimento - III-20; IV-28;  
V-41; V-48; V-49; V-56; V-58; V-82
- *corpus* - Característica - V-60
- *corpus* - Competência - V-86
- *corpus* - Competência originária -  
Direito comparado - V-84
- *corpus* - Competência originária -  
Superior Tribunal de Justiça - V-78
- *corpus* - Competência originária -  
Superior Tribunal de Justiça - His-  
tória - V-78
- *corpus* - Competência originária -  
Supremo Tribunal Federal - V-78;  
V-84; V-86
- *corpus* - Competência originária -  
Supremo Tribunal Federal - Histó-  
ria - V-78; V-84; V-86

- *corpus* - Competência originária - Supremo Tribunal Federal - Jurisprudência - V-86
- *corpus* - Conceito - II-86; IV-28; V-41; V-54; V-56; V-60; V-82; V-83; V-86; V-96; V-97
- *corpus* - contra o Ministério público - V-64
- *corpus* - Detenção ilegal - V-83
- *corpus* - Direito comparado - V-83; V-96
- *corpus* - Doutrina - V-48
- *corpus* - Etimologia - V-56; V-97
- *corpus* - ex officio - V-41; V-56
- *corpus* - Finalidade - IV-28; V-48; V-56; V-60
- *corpus* - Formalidade - V-97
- *corpus* - Hipótese - V-58
- *corpus* - História - V-48; V-54; V-58; V-83; V-96; V-97
- *corpus* - Indeferimento - V-82
- *corpus* - Indeferimento - Constrangimento ilegal - Inocorrência - V-82
- *corpus* - Juiz - Tribunal - V-78; V-84; V-86
- *corpus* - Legitimidade - V-54; V-56; V-64
- *corpus* - Liberalismo - V-48
- *corpus* - liberatório - V-60
- *corpus* - Medida liminar - V-45; V-51; V-82
- *corpus* - Medida liminar - Finalidade - V-51
- *corpus* - Medida liminar - História - V-51
- *corpus* - Medida liminar - Indeferimento - Inconstitucionalidade - V-82
- *corpus* - Medida liminar - Jurisprudência - V-51
- *corpus* - Medida liminar - Objetivo - V-51
- *corpus* - Medida liminar - Pressuposto - V-45; V-82
- *corpus* - Medida liminar - Requisito - V-45
- *corpus* - Ministério público - V-54; V-56; V-64
- *corpus* - Ministério público - Direito comparado - V-54
- *corpus* - Ministério público - Requisito - V-54
- *corpus* - Natureza jurídica - V-54; V-58; V-60
- *corpus* - Nulidade processual - V-48; V-49
- *corpus* - Objetivo - V-54
- *corpus* - Origem - V-51; V-96
- *corpus* - Perspectiva - V-48
- *corpus* - Poder - Abuso - V-83
- *corpus* - Positivismo - V-48
- *corpus* - Prática judicial - V-48
- *corpus* - Pressuposto - Abuso de poder - II-69
- *corpus* - Pressuposto - Ação penal - Trancamento - II-69
- *corpus* - Pressuposto - IV-28; V-41; V-48
- *corpus* - Pressuposto - Ilegalidade - II-69
- *corpus* - preventivo - V-51; V-60
- *corpus* - Prisão ilegal - V-83
- *corpus* - Prisão preventiva - Dolo - Dúvida - I-6
- *corpus* - Processamento - V-56
- *corpus* - Reapreciação - V-47
- *corpus* - Recurso - V-56; V-97
- *corpus* - Recurso em sentido estrito - V-56
- *corpus* - Regra - V-48
- *corpus* - Renovação - V-41
- *corpus* - Renovação - Quantidade - V-41
- *corpus* - Renovação ilimitada - V-41
- *corpus* - Representante diplomático - de Nação - estrangeira - V-84
- *corpus* - Requisição - Informação - Autoridade - coatora - V-56
- *corpus* - Requisito - V-56
- *corpus* - Restrição - V-48
- *corpus* - Supremo Tribunal Federal - V-48
- *corpus* - Teoria - V-54
- *corpus* - Tramitação - II-69
- *corpus* - Vício processual - V-49
- *locus* - VI-62



- *locus* - Conceito - VI-62
- *locus* - Legitimidade - VI-62
- *locus* - Pressuposto - VI-62
- HABEAS CORPUS** - Pedro Lessa - V-84
- HÁBEAS CORPUS** - Vicente P. Saraiva - V-97
- HABEAS CORPUS (Do)** - Eduardo Braga - V-56
- HABEAS CORPUS E A COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO STF (O)** - Marco Aurélio de Mello - V-78
- HABEAS CORPUS NA PENA DE MULTA (O)** - Fabio Machado de Almeida Delmanto - V-58
- HABEAS CORPUS PARA RECONHECIMENTO DE NULIDADE APÓS A EXTINÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE** - Angelito A. Aique - V-49
- HABEAS CORPUS TRANCA O PROCESSO? (O)** - Geraldo Batista de Siqueira - V-60
- HABEAS-CORPUS** - Pires e Albuquerque - V-86
- HABEAS-CORPUS NA PRÁTICA JUDICIAL BRASILEIRA (1841-1920) (O)** - Andrei Koerner - V-48
- HERMENÊUTICA** - II-87, VI-8; VI-59
  - jurídica - V-69
  - jurídica - Interpretação - Forma - V-69
  - jurídica - Interpretação gramatical - V-69
  - jurídica - Interpretação literal - V-69
  - jurídica - Interpretação lógica - V-69
  - jurídica - Interpretação sintática - V-69
  - jurídica - Interpretação teleológica - V-69
- HIERARQUIA JURISDICIONAL** - I-73
- HIPOTECA LEGAL** - II-23

## HOMICÍDIO

- Agravante - VI-15
- Qualificação - VI-15
- Surpresa - VI-15

## HOMICÍDIO QUALIFICADO E PROCEDIMENTO DO JÚRI - Luís Fernando Camargo de Barros Vidal - IV-33

## HOMICÍDIO, CRIME HEDIONDO E JÚRI - Damásio Evangelista de Jesus - IV-11

## HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO - VI-45

## I

## ICNOFALANGOMETRIA - III-55

## IDENTIDADE

- Conceito - III-76
- Elementos comprobatórios - II-9
- física do juiz - Princípio - I-22; I-72; III-66
- pessoal - III-76

## IDENTIFICAÇÃO - III-49; III-55

- Autenticidade - III-55
- Conceito - III-55; III-75; III-76
- Constrangimento ilegal - III-55
- criminal - II-21; III-49; III-55
- criminal - Exceção - III-55
- criminal - História - III-49; III-55
- criminal - Método - III-49
- criminal - Objetivo - III-55
- datiloscópica - III-76
- datiloscópica - Desobediência - II-9
- datiloscópica - Obrigatoriedade - II-9
- DNA - III-49
- DNA - Conceito - III-49
- DNA - História - III-49
- DNA - Objetivo - III-49
- do egresso - VI-47
- fotográfica - III-55
- humana - DNA - III-49
- humana - Impressão - digital - III-49

- jurídica - III-75; III-76
  - jurídica - Finalidade - III-76
  - nominal - III-76
  - penal - III-55
  - pessoal - III-55
  - Sistema - III-55
  - Terminologia - III-55
- IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL** - Marcos Alexandre Coelho Zilli - III-55
- IDENTIFICAÇÃO DATILOSCÓPICA** - Benedito Silvério Ribeiro - II-9
- IDENTIFICAÇÃO HUMANA POR DNA PODE SUBSTITUIR A IDENTIFICAÇÃO HUMANA POR IMPRESSÃO DIGITAL? (A)** - Luiz Carlos Garcez Novaes - III-49
- IDENTIFICAÇÃO PROCESSUAL PENAL E A CONSTITUIÇÃO DE 1988 (A)** - Sergio Marcos de Moraes Pitombo - III-76
- IDENTIFICAR**
- Característica - III-76
  - Característica material - III-76
  - Característica real - III-76
  - Conceito - III-76
  - Modo - III-76
- IDEOLOGIA DE LIBERTAÇÃO** - VI-40
- IGUALDADE**
- das partes - Princípio - III-78
  - Princípio - II-57; III-56; III-77; IV-30; IV-58; IV-79; IV-85
- ILEGITIMIDADE INVESTIGATÓRIA** - II-10
- ILEGITIMIDADE RECURSAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA AÇÃO PENAL PRIVADA (Da)** - Luiz Juarez Nogueira de Azevedo - V-75
- IMAGEM DO CRIMINOSO**
- Retenção - III-17
- IMEDIACÃO** - III-25
- Princípio - I-22; III-28; III-56; IV-42
  - Princípio - Conteúdo - III-28
- IMEDIATIDADE**
- Princípio - IV-57
- IMPARCIALIDADE DO JUIZ**
- Princípio - I-2; I-14; III-78
- IMPEACHMENT** - IV-88
- IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DAS PENAS ALTERNATIVAS PARA TRAFICANTES** - Antonio Baldin - VI-10
- IMPrensa**
- Ameaça à intimidade - I-41
  - Declaração - II-80
  - Declaração informal - II-80
  - Declaração informal - Consequência - II-80
  - Liberdade - Direito - IV-34
  - local - II-93
  - oficial - II-93
  - séria - I-31
  - Violação da intimidade - I-41
- IMPrensa, A PROTEÇÃO DA INTIMIDADE E O PROCESSO PENAL (A)** - J. J. Calmon de Passos - I-41
- IMPRESSÃO DIGITAL** - II-9
- IMPRONÚNCIA** - I-6
- Recurso *ex officio* - IV-15
- IMPUGNAÇÃO** - II-46
- IMPULSO OFICIAL**
- Princípio - III-31
- IMPUNIDADE** - I-51
- Elite econômica - I-47
  - Elite política - I-47
- IMPUTABILIDADE** - I-35
- IMPUTAÇÃO** - I-6
- pessoal ou subjetiva - Princípio - I-15
- IMPUTADO PENAL**
- Sangue - Extração - III-26
  - Sangue - Extração compulsiva - III-26
- IMUNIDADE TESTEMUNHAL** - I-70



**IN DUBIO**

- *pro processo* - Princípio - IV-23
- *pro reo* - Princípio - I-8; I-12; I-15; I-22; II-63; II-71; II-89; III-31; III-47; III-56; III-57; IV-8; IV-33; IV-73; V-32; V-47; V-62; V-80; V-85
- *pro societate* - Princípio - I-8; III-47; IV-19; IV-31; IV-33; V-85
- *pro societate* - Princípio - Extinção - IV-19
- *pro societate* - Princípio - Mitigação - IV-19

**INADMISSIBILIDADE DAS PROVAS ILÍCITAS NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO (A)** - Antonio Magalhães Gomes Filho - III-12

**INAFASTABILIDADE**

- da jurisdição - Princípio - III-25

**INCIDENTE**

- Conceito - VI-13
- de execução penal - VI-13
- de falsidade documental - I-32; II-35
- de inutilização - III-2

**INCONFUNDIBILIDADE**

- da ignorância à lei - Princípio - V-3

**INCONSTITUCIONALIDADE DA QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO ESTABELECIDO PELAS LEIS COMPLEMENTARES 104/2001 E 105/2001 (A)** - Miguel Reale Junior - IV-81

**INCONSTITUCIONALIDADE DOS PODERES INVESTIGATÓRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO (A)** - Cezar Roberto Bitencourt - II-10

**INCRIMINAÇÃO**

- Grau - III-47

**INDENIZAÇÃO**

- Justa - V-38

**INDEPENDÊNCIA**

- funcional - Princípio - V-65; V-90

**INDEPENDÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO (A)** - Hugo Nigro Mazzilli - II-49

**INDEPENDÊNCIA FUNCIONAL DO PROMOTOR DE JUSTIÇA (A)** - Augusto Martinez Perez - II-42

**INDESISTIBILIDADE**

- da ação penal - Princípio - II-55

**INDEVIDO PROCESSO LEGAL, A IDEOLOGIA DA "LAW AND ORDER" E A FALTA DE CITAÇÃO DO RÉU PRESO PARA O INTERROGATÓRIO (O)** - Alberto Zacharias Toron - II-88

**INDICIADO - II-31**

- Identificação - II-24
- Incomunicabilidade - II-17
- Personalidade - II-21

**INDICIAMENTO - II-24**

- Conceito - II-31
- Conteúdo - II-31
- Etimologia - II-31
- Não cabimento - II-31
- sem causa - I-8

**INDICIAMENTO COMO ATO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA (O)** - Sérgio Marcos de Moraes Pitombo - II-31

**INDICIAMENTO E QUALIFICAÇÃO INDIRETA** - Rogério Lauria Tucci - II-24

**INDÍCIO - III-21****INDISPONIBILIDADE**

- Princípio - I-70

**INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA - I-19**

- Princípio - VI-21

**INDIVÍDUO**

- Identificação - Prova - II-9

**INDULTO - VI-16; VI-37**

- Brasil - VI-16
- Conceito - VI-16
- Constituição de 1891 - VI-16
- Inglaterra - VI-16

**INÉRCIA**

- processual - II-94

**INEXEQUIBILIDADE DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL (Da)** - Luiz Flávio Gomes - VI-45



**INEXIGIBILIDADE**

- Princípio - III-36

**INFAMAÇÃO**

- Ritual - IV-49

**INFORMAÇÃO**

- Direito - IV-34
- jornalística - Liberdade - Direito - IV-34

**INFORMALIDADE**

- Princípio - IV-53; IV-66; IV-68; IV-70; IV-74; IV-85

**INFORMÁTICA**

- jurídica - III-50; III-65

**INFORMATIZAÇÃO**

- judiciária - III-50; III-65; III-66; III-68

**INFRAÇÃO**

- Concurso - I-71
- Concurso material - I-71
- disciplinar - Ampla defesa - VI-47
- Menor potencial ofensivo - IV-49; IV-53; IV-54; IV-57; IV-60; IV-66; IV-68; IV-69; IV-70; IV-71; IV-72; IV-74; IV-76; IV-77; IV-79; IV-82; IV-83; IV-84; IV-89; IV-90; IV-91; V-58
- Menor potencial ofensivo - Conceito - IV-49; IV-54; IV-70
- penal - II-84; III-22; III-47
- penal - Consumação - II-84
- penal - Espécies - II-84
- penal - Espécies - Impróprio - II-84
- penal - Espécies - Próprio - II-84
- penal - Etapas - II-84
- penal - Etapas - *Iter criminis* - II-84
- penal - Etapas - *Iter criminis* - Atos de execução - II-84
- penal - Etapas - *Iter criminis* - Atos preparatórios - II-84
- penal - Etapas - *Iter criminis* - Cogitação - II-84
- penal - Etapas - *Iter criminis* - Consumação - II-84
- penal - Notícia - II-20
- penal - Policial - II-21
- penal - Tipo - III-47
- penal de menor gravidade - II-86

- tributária - IV-81

**INICIATIVA**

- particular - Vantagem e desvantagem - I-58

**INICIATIVA INSTRUTÓRIA DO JUIZ NO PROCESSO PENAL ACUSATÓRIO (A) - Ada Pellegrini Grinover - IV-1****INIMPUTÁVEL**

- Anomalia psíquica - Internamento - VI-53
- Internamento - VI-53

**INJUSTIÇA CÉLERE - I-18****INOCÊNCIA**

- Presunção - III-36
- Presunção - Princípio - II-63; II-66; II-71; II-72; II-74; II-75; II-77; II-78; II-88; II-93; III-28; III-32; III-44; III-57; III-59; III-62; III-74; IV-2; IV-8; IV-19; IV-21; IV-26; IV-50; IV-61; IV-73; IV-87; V-13; V-45; V-46; V-47; V-59; V-62; V-70; V-71; V-74; V-76; V-79; V-80; V-96; V-40
- Presunção - Princípio - Direito comparado - V-62
- Presunção - Princípio - Fonte - V-62
- Presunção - Princípio - Fonte formal - V-62
- Presunção - Princípio - História - V-62
- Presunção - Princípio - Sistema - acusatório - V-62
- Presunção - Princípio - Terminologia - V-62
- Princípio - II-79

**INOVAÇÕES NO INTERROGATÓRIO NO PROCESSO PENAL (As) - José Theodoro Corrêa de Carvalho - III-43****INQUÉRITO**

- administrativo - IV-59; IV-65
- Arquivamento - I-58
- Arquivamento - Inoportunidade técnica - II-33
- Desarquivamento - IV-32
- Instauração - Portaria judicial - IV-62

- Instauração - Portaria judicial - Direito comparado - IV-62
- Instauração - Requerimento - Juiz - IV-62
- parlamentar - Apuração de fatos - II-26
- parlamentar - Caracteres - II-26
- parlamentar - Conceito - II-26
- parlamentar - Especificidade investigatória - II-26
- parlamentar - Extraordinariedade - II-26
- parlamentar - Materialização em procedimento administrativo - II-26
- parlamentar - Realização por órgão colegiado - II-26
- parlamentar - Temporariedade - II-26
- penal - Arquivamento - IV-35
- penal - Arquivamento - Preclusão - IV-35
- penal - Arquivamento - Prova nova - IV-35
- policial - I-33; II-3; II-13; II-30; II-40; III-24; III-56; III-74; III-78; IV-76; V-4
- policial - Abolição - IV-76
- policial - Acusado - II-20
- policial - Advogado - Atuação - II-17
- policial - Advogado - Impedimentos - II-17
- policial - Advogado - Intervenção obrigatória - II-8
- policial - Advogado - Presença - II-8
- policial - Andamento - I-39
- policial - Apuração - II-9
- policial - Arquivamento - I-6; I-56; II-20; II-30; II-86
- policial - Arquivamento - Causas - II-2
- policial - Arquivamento - Conceito - II-2
- policial - Arquivamento - Considerações - II-30
- policial - Arquivamento - Controle judicial - II-30
- policial - Arquivamento - Natureza jurídica - II-2
- policial - Arquivamento - Requisitos - II-30
- policial - Arquivamento - Sujeito ativo - II-2
- policial - Arquivamento implícito - II-2
- policial - Caracteres - II-24
- policial - Característica - III-56
- policial - Conceito - II-22; III-56; III-78
- policial - Considerações - III-24
- policial - Depoimento - Sigilo - II-17
- policial - Desarquivamento - Causas - II-2
- policial - Desarquivamento - Conceito - II-2
- policial - Desarquivamento - Natureza jurídica - II-2
- policial - Desarquivamento - Procedimento - II-2
- policial - Desarquivamento - Sujeito ativo - II-2
- policial - Diligências - II-18
- policial - Diligências básicas - II-21
- policial - Direito de defesa - II-18
- policial - Elemento - probatório - II-74
- policial - História - III-56
- policial - Imprescindibilidade da diligência - Razoabilidade - II-15
- policial - Indiciado - I-43; II-20
- policial - Instauração - I-2
- policial - Manutenção - II-20
- policial - Natureza - jurídica - IV-47
- policial - Nulidade - III-24
- policial - Obrigatoriedade - II-21
- policial - Origem - II-20
- policial - Pedido de arquivamento - II-28
- policial - Perícia - Contraditório - II-21
- policial - Presença do advogado - II-22

- policial - Procedimento - II-20
  - policial - Prova - III-5; V-4
  - policial - Requerimento de abertura - II-8
  - policial - Requisição de diligências - II-15
  - policial - Sigilo - Cláusula - III-24
  - policial - Sistema - III-31
  - policial - Sistema - Ineficácia - III-31
  - policial - Supressão - II-20
  - policial - Suspeito - I-43; II-20
  - policial - Valor probatório - II-22
  - policial - Vício - III-24
  - requerimento de arquivamento - I-66
- INQUÉRITO POLICIAL NA FORMAÇÃO DA CULPA (O)** - Arthur Cogan - II-7
- INQUÉRITO POLICIAL NO PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL (O)** - Afrânio Silva Jardim - II-1
- INQUISITIVO**
- Princípio - III-78; IV-21
- INQUISITORIAL SYSTEM** - IV-1
- INSIGNIFICÂNCIA**
- Princípio - IV-61; V-3
- INSTÂNCIA**
- administrativo-fiscal - IV-59; IV-65
  - formal - I-22
  - material - I-22
- INSTRUÇÃO**
- criminal - Conveniência - I-8
  - criminal - II-18; II-54
  - Dualidade - I-33
  - probatória - I-13
  - processual penal - III-19
- INSTRUÇÃO NO PROCESSO DE REVISÃO CRIMINAL (A)** - Ítalo Galli - V-66
- INSTRUMENTALIDADE**
- das formas - Princípio - IV-57; V-9
- INTEGRIDADE**
- corporal - Direito - III-75
  - física - Direito - III-75
  - moral - III-55
- INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 383 E 617 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL** - Roberto de Rezende Junqueira - V-15
- INTERCEPTAÇÃO DE COMUNICAÇÕES TELEFÔNICAS** - Damásio E. de Jesus - III-22
- INTERCEPÇÃO TELEFÔNICA - III-9**
- Admissibilidade - III-22
  - Autorizada - III-13
  - Condutas típicas - III-22
  - Elemento normativo do tipo - III-22
  - Elementos subjetivos - III-22
  - Excepcionalidade - III-2
  - Exigência de ordem judicial - III-22
  - Extensão - III-22
  - Fins - III-22
  - Indeferimento - Recurso - III-22
  - Juiz competente - III-22
  - Justificativa - III-22
  - Momento consumativo - III-22
  - Não autorizada - III-13
  - Natureza jurídica - III-22
  - Novação do objeto da interceptação - III-22
  - Objeto da diligência - III-22
  - Oportunidade - III-22
  - Regime brasileiro - III-2
  - Requisitos - III-22
  - Resultado diverso do pretendido - III-22
  - Solicitação - III-22
  - Sujeito ativo - III-22
  - Sujeito passivo - III-22
- INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA EM-PRESTADA AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR** - Camila Paula de Barros Gomes - III-19
- INTERNAMENTO**
- Imposição - Autonomização do fato - VI-53
- INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA** - II-47
- INTERPRETAÇÃO DO ARTIGO 408 DO COD. PENAL** - Edmundo Lins - V-55



## INTERROGATÓRIO - III-15; III-27; III-74; IV-29

- Acusado - I-6; III-64
- Advogado - III-64
- Ato público - III-50
- Característica - III-50; III-74
- Conceito - I-50; III-64; III-74
- Concepção - III-4
- Confissão - III-33
- Confissão - Conceito - III-33
- Confissão - Estrutura - III-33
- Confissão - Objeto - III-33
- Confissão - Tipo normativo - III-33
- Confissão - Tipo normativo - Aspecto cultural - III-33
- Confissão - Tipo normativo - Aspecto jurídico - III-33
- Confissão - Tipo objetivo - III-33
- Confissão - Tipo penal - III-33
- Confissão - Tipo penal - Imputação - III-33
- Confissão - Tipo subjetivo - III-33
- Confissão qualificada - III-33
- Confissão simples - III-33
- Conteúdo - III-59; III-74
- Conteúdo - Cientificação - da acusação - III-74
- Conteúdo - Identificação - III-74
- Conteúdo - Resposta - do acusado - III-74
- Defesa - III-64
- Definição - III-74
- Direito comparado - III-64
- do acusado - III-50; III-65; III-66; III-68; III-73; IV-29
- do acusado à distância - III-50; III-65; III-66; III-68;
- do acusado à distância - Local - III-65
- do acusado - Anatomia - III-16
- do acusado - Característica - III-68; III-73
- do acusado - Conceito - III-68; III-73
- do acusado - Fisiologia - III-16
- do acusado - Judicialidade - III-73

- do acusado - Necessidade de modificação - III-16
- do acusado - Patologia - III-16
- do preso - III-67
- do preso - Dispensa - III-67
- do preso - Não comparecimento - III-67
- do réu - III-64; III-74
- do réu - Conceito - III-23
- do réu - História - III-74
- do réu - Intimidade - III-23
- eletrônico - III-50; III-65; III-66; III-68
- Etimologia - III-74
- Finalidade - III-43; IV-29
- Formalidade - III-59; III-64
- judicial - III-5
- Juízo deprecado - II-88
- Local - III-43
- Método - III-27
- Método psicanalítico - III-27
- Métodos proibidos - I-50
- Momento - III-74
- Natureza jurídica - III-66; III-67; III-74
- Normas - Inobservância - Nulidade absoluta - III-4
- Objetivo - IV-29
- online - III-50; III-65; III-66; III-68; III-73
- online - Finalidade - III-65
- oral - III-50
- Pergunta não respondida - Consignação - III-74
- Pessoa jurídica - Gestor - III-4
- pessoal - III-50
- Precatória - III-48
- Precatória - Constitucionalidade - III-48
- Precatória - Doutrina - III-48
- Precatória - Natureza jurídica - III-48
- presencial - III-66; III-68
- Preso - Deslocamento - III-68
- Preso - Deslocamento - Cautela - III-68

- Preso - Deslocamento - Custo - III-68
- Requisito - III-59
- Validade - III-65
- Vício - III-65
- Videoconferência - III-50; III-66; III-68; III-73
- Videoconferência - Cautela - III-65; III-66; III-68
- Videoconferência - Direito comparado - III-68
- Videoconferência - Finalidade - III-65
- Videoconferência - Garantia - III-65; III-66; III-68
- Videoconferência - Inconstitucionalidade - III-68
- Videoconferência - Local - III-65
- Videoconferência - Metodologia - III-68
- Videoconferência - Problemática - III-65; III-66; III-68
- Videoconferência - Procedimento - III-65; III-66
- Videoconferência - Regramento - III-68
- INTERROGATÓRIO À DISTÂNCIA -  
ON-LINE - Paulo Hamilton Siqueira Junior - III-65
- INTERROGATÓRIO À DISTÂNCIA (O) -  
René Ariel Dotti - III-66
- INTERROGATÓRIO COMO MEIO DE  
DEFESA (LEI 10.792/2003) (O) - Ada  
Pellegrini Grinover - III-4
- INTERROGATÓRIO DO RÉU E DIREITO  
AO SILÊNCIO - Sérgio de Oliveira  
Médici - III-74
- INTERROGATÓRIO DO RÉU E O DIREITO  
AO SILÊNCIO (O) - David Teixeira  
de Azevedo - III-23
- INTERROGATÓRIO JUDICIAL E O ART.  
153, §§ 15 E 16, DA CONSTITUIÇÃO  
FEDERAL (O) - Adauto Alonso S. Su-  
annes - III-5
- INTERROGATÓRIO ON-LINE (O) - Luiz  
Flávio Borges D'Urso - III-50

INTERROGATÓRIO POR PRECATÓRIA  
- Luis Paulo Sirvinskaskas - III-48

#### INTERTEMPORAL

- Direito - V-91

#### INTERVENÇÃO

- da polícia - Irregularidade - Nulidade - III-11
- democrática - Presídio de segurança máxima - VI-47

INTERVENÇÃO DA ACUSAÇÃO E DA  
DEFESA NO INTERROGATÓRIO (A) -  
Paulo Affonso Leme Machado - III-64

INTERVENÇÃO DAS PARTES NO IN-  
TERROGATÓRIO - Selma Pereira de  
Santana - III-73

INTERVENÇÃO DO JUIZ NA EXECU-  
ÇÃO DA PENA (A) - Valentim Alves  
da Silva - VI-80

#### INTIMAÇÃO - II-89

- Carta registrada - II-90
- Ciência - Certificado - II-89
- Conceito - II-89
- da vítima - II-90
- Despacho - II-89
- Destinatário - II-89
- Edital - II-90; II-89; II-93
- Férias - forense - II-89
- ficta - II-93
- Funcionário público - II-89
- Nulidade - II-89
- Obrigatoriedade - II-90
- Peculiaridade - II-89
- pessoal - I-26; I-72; II-89; II-90; II-91
- pessoal - Prisão - II-91
- pessoal - Réu preso - II-91
- pessoal - Réu preso - Oficial de Justiça - II-91
- por edital - I-26
- Prazo - Contagem - II-89
- Pressuposto - II-89
- Procedimento - II-89
- Regras - II-89
- Requisito - II-89
- Servidor público - II-89

## INTIMAÇÃO DE SENTENÇA A RÉU

PRÊSO - J. Netto Armando - II-91

## INTIMIDADE

- Direito - II-80; III-24
- Direito - Rebaixamento - III-24
- Inviolabilidade - Direito - III-35
- Proteção - I-41

## INVERSÃO POLICIAL - I-31

## INVESTIGAÇÃO

- administrativa - Informalidade - II-19
- científica - III-63
- científica particular - III-63
- científica pública - III-63
- criminal - II-13; III-24; III-46; III-56; VI-60
- criminal - Arquivamento - II-21
- criminal - Fase - Distinção - II-24
- criminal - Fase judicial - III-46
- criminal - Fase policial - III-46
- criminal - História - III-46
- criminal - Instauração - Falta de elementos - II-21
- criminal - Modalidades - II-21
- criminal - Objetivo - II-21
- criminal - Quebra do sigilo das comunicações telefônicas - III-20
- criminal - Segredo de justiça - III-34
- criminal - Titularidade - II-21
- defensiva - III-24
- defensiva - Benefício - III-24
- defensiva - Direito comparado - III-24
- defensiva - Garantia formal - III-24
- defensiva - Garantia material - III-24
- Depoimentos informais - II-21
- Entraves burocráticos - II-21
- Método - III-63
- não autorizada pelo Tribunal - III-11
- Obrigatoriedade - II-30
- para prisão - III-24
- policial - II-86
- policial - Autonomia - III-37

- policial - Contraditório - Inaplicabilidade - II-22
- policial - Independência - administrativa - III-37
- policial - Procedimento - II-22
- Prazo - II-21
- Prazo - Ampliação - I-39
- preliminar - III-24; III-63
- preliminar - Duplo grau de apreciação - II-5
- preliminar - *Persecutio criminis* - II-5
- Princípio - I-22; III-66
- Procedimentos - II-30
- Prova - III-78
- Prova - Colheita - III-78
- Resultados - II-18
- secreta - III-34
- Sigilo - II-21
- técnica - III-34; III-63
- técnica - Estrutura - III-63
- técnica - Modalidade - III-63

## INVESTIGAÇÃO CRIMINAL COMO

MEIO DE PROVA NO CRIME DE HOMICÍDIO (A) - Marcos Carneiro Lima - III-56

## INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DIRETA

PELO MINISTÉRIO PÚBLICO E A INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO/SUSPEIÇÃO PARA O OFERECIMENTO DA DENÚNCIA (A) - Cristiano Chaves de Farias - II-11

## INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (A)

- Guilherme de Souza Nucci - II-13

## INVESTIGAÇÃO CRIMINAL NA RE-

FORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL (A) - Petrônio Calmon Filho - II-21

## INVESTIGAÇÃO CRIMINOSA DA PRO-

VA (A) - Adherbal de Barros - III-7

## INVESTIGAÇÃO DEFENSIVA - Édson

Luís Baldan - III-24

## INVESTIGADO

- Indiciamento - II-21



- Preservação da intimidade - II-21

#### INVESTIGADOR

- Parcialidade - II-19

INVIOABILIDADE DO ADVOGADO EM FACE DA CONSTITUIÇÃO DE 1988 (A) - José Roberto Batochio - II-53

#### IRRECORTIBILIDADE

- Decisão interlocutória simples - Princípio - III-47

#### IRRETROATIVIDADE

- da lei - I-20  
- da norma - III-22  
- Princípio - II-92; V-3

IRRETROATIVIDADE E RETROATIVIDADE DAS ALTERAÇÕES DA JURISPRUDÊNCIA PENAL - Odone Sangüiné - I-20

ISENÇÃO DE PENA NO DIREITO PENAL BRASILEIRO E SEU EQUÍVOCO TRATAMENTO COMO "PERDÃO JUDICIAL" - Rogério Lauria Tucci - V-17

#### ISONOMIA

- Princípio - I-22; II-57; II-60; II-88; II-89; III-55; IV-79  
- processual - Princípio - III-73; V-88; V-90

#### ITER PROCEDIMENTAL

- Diversificação - II-28

#### IUS

- *libertatis* - I-15; I-16  
- *persequendi* - Princípio - I-72  
- *puniendi* - I-15; I-16

JOGO DO BICHO - VI-25

#### JORNALISTA

- Sigilo - III-52

#### JUDICATA PRO VERITATE HABETUR

- Princípio - V-93

#### JUDICIARIEDADE

- Princípio - VI-70; VI-76

#### JUDICIÁRIO

- Erro - III-17; V-53; V-63; V-67; V-68; V-70; V-71; V-80; V-93; VI-79;  
- Erro - Conceito - V-80

#### JUIZ - III-3

- argumentador - IV-68  
- Atividade criadora - V-18  
- Atividade jurisdicional - V-35  
- brasileiro - II-40  
- Capacidade subjetiva - V-36  
- Capacidade subjetiva - Vício - V-36  
- Coação ilegal - II-69  
- Coação ilegal - Responsabilidade - II-69  
- conciliador - IV-68  
- constitucional - I-73  
- Convicção - Processo de formação - V-4  
- criminal - IV-68  
- criminal especializado - Recrutamento - I-40  
- de paz - Competência - II-7  
- Decisão - Reconsideração - III-72  
- Despacho abusivo - II-57  
- Dever - V-35  
- Discrecionalidade - II-27  
- *Error in judicando* - IV-17; V-35; V-53; V-93  
- *Error in procedendo* - IV-17; V-35; V-53; V-93  
- federal - I-73  
- Fiscalização - I-4; I-5  
- Função - IV-1  
- humilde - IV-68  
- Identidade física - Princípio - III-25; IV-53; V-16; V-33  
- Identidade física - Princípio - Inaplicabilidade - V-33  
- Imparcialidade - I-11; I-14; II-41; III-78  
- Imparcialidade - Princípio - III-56; III-64; V-36  
- Impedimento - V-36  
- Independência - Princípio - III-31  
- Iniciativa - III-78  
- Iniciativa instrutória - IV-1  
- Iniciativa instrutória - Limite - IV-1

- Iniciativa instrutória - Processo civil - IV-1
  - Iniciativa instrutória - Processo penal - IV-1
  - Iniciativa probatória - III-78
  - Instrução probatória - Atuação - I-12
  - Íntima convicção - Princípio - III-31; III-51; V-66
  - Íntima convicção - Princípio - História - III-31
  - italiano - II-40
  - legal - I-73
  - leigo - IV-70
  - Legislador negativo - V-3
  - Legislador positivo - V-3
  - Livre convencimento - Princípio - III-28; III-51; III-53; IV-15; IV-29
  - natural - Princípio - I-22; I-73; I-78; II-60; II-72; III-25; III-31; IV-34; V-33; V-34; V-45
  - natural - Princípio - Conceito - II-60
  - natural - Princípio - Critério - II-60
  - natural - Princípio - Critério - Absoratividade - II-60
  - natural - Princípio - Critério - Generalidade - II-60
  - natural - Princípio - Critério - Impessoalidade - II-60
  - natural - Princípio - Definição - I-73
  - natural - Princípio - Finalidade - II-60
  - natural - Princípio - História - II-60
  - natural - Princípio - Implicação - II-60
  - natural - Princípio - Lesão - II-60
  - natural - Princípio - Lesão - Consequência - II-60
  - natural - Princípio - Natureza jurídica - II-60
  - negociador - IV-68
  - Neutralidade intangível - III-78
  - penal - Atuação - Pesquisa da verdade real - II-52
  - Perfil - V-3
  - Persuasão racional - Princípio - III-56
  - Poder - II-75; V-95
  - Poder - Abuso - II-57; IV-28
  - Poder - Excesso - V-33; V-40
  - Poder probatório - Princípio - III-25
  - Poderes - Provas - I-11
  - Poderes instrutórios - III-8
  - Postura - III-5
  - Processo - Independência - III-78
  - Processo - Poder - III-78
  - sem jurisdição - V-33; V-40
  - sem jurisdição - Nulidade - V-33; V-40
  - singular - I-6
  - Substituição - I-37; I-72
  - Substituição eventual - I-72
  - Substituição temporária - I-72
  - Suspeição - II-57; V-36
  - Suspeição - Arguição - II-57
  - Suspeição - Arguição - Defesa - II-57
  - Suspeição - Arguição - Tempestividade - II-57
  - Suspeição - Conceito - II-57
  - Suspeição - Fundamento legal - II-57
  - togado - IV-4
- JUIZ CRIMINAL E A LEI 9.099/95 (O) - José Renato Nalini - IV-68
- JUIZ NA CONDUÇÃO DO PROCESSO PENAL (O) - Agapito Machado - II-40
- JUIZ NATURAL - Marco Antonio de Barros - I-78
- JUIZADO
- de instrução - II-17
  - de instrução - Estágios - I-33
  - de instrução - Funcionamento - I-33
  - Especial Criminal - I-18; IV-49; IV-50; IV-51; IV-52; IV-53; IV-54; IV-57; IV-58; IV-60; IV-66; IV-68; IV-69; IV-70; IV-71; IV-72; IV-74; IV-76; IV-77; IV-79; IV-82; IV-83; IV-84; IV-85; IV-87; IV-89; IV-90; IV-91; IV-92; V-58; V-59

- Especial Criminal - Ação penal pública condicionada - IV-91
- Especial Criminal - Ação penal pública incondicionada - IV-91
- Especial Criminal - Acusado - Inquirição - IV-53; IV-91
- Especial Criminal - Audiência - Termo - IV-53; IV-91
- Especial Criminal - Audiência preliminar - IV-53; IV-61; IV-63; IV-70; IV-91
- Especial Criminal - Audiência preliminar - Finalidade - IV-53; IV-61; IV-63; IV-70; IV-91
- Especial Criminal - Competência funcional - IV-51; IV-52; IV-53; IV-54; IV-60; IV-61; IV-63; IV-66; IV-68; IV-69; IV-70; IV-71; IV-72; IV-74; IV-76; IV-91
- Especial Criminal - Competência funcional - Contravenção penal - IV-72
- Especial Criminal - Competência funcional - Excludente - IV-72
- Especial Criminal - Competência funcional - Limite - IV-72
- Especial Criminal - Composição - IV-91
- Especial Criminal - Conceito - IV-53; IV-61; IV-63; IV-89; IV-91
- Especial Criminal - Conciliação - IV-69; IV-76
- Especial Criminal - Contestação - IV-53; IV-91
- Especial Criminal - Critério - IV-68; IV-70
- Especial Criminal - Dano - Reparação cível - IV-53; IV-91
- Especial Criminal - Debates orais - IV-53; IV-76
- Especial Criminal - Decisão - IV-53; IV-76; IV-91
- Especial Criminal - Decisão homologatória - IV-53; IV-91
- Especial Criminal - Denúncia - Rejeição - IV-53
- Especial Criminal - Direito comparado - IV-76
- Especial Criminal - Exame de corpo de delito - Dispensa - IV-53
- Especial Criminal - Fase preliminar - IV-53; IV-61; IV-63; IV-76; IV-91
- Especial Criminal - Fase preliminar - Queixa - Direito - IV-53; IV-91
- Especial Criminal - Fase preliminar - Transação - IV-53; IV-61; IV-63; IV-70; IV-82; IV-87; IV-91
- Especial Criminal - Finalidade - IV-66; IV-70; IV-74; IV-76; IV-92
- Especial Criminal - Funcionamento - IV-52; IV-53; IV-91
- Especial Criminal - *Habeas corpus* - V-58
- Especial Criminal - História - IV-92
- Especial Criminal - Ideologia - IV-68
- Especial Criminal - Inicial - Recebimento - IV-53
- Especial Criminal - Inquérito - Dispensa - IV-53; IV-91
- Especial Criminal - Instrução - IV-53; IV-61; IV-63; IV-70; IV-76; IV-91
- Especial Criminal - Investigação preliminar - IV-53; IV-91
- Especial Criminal - Julgamento - IV-53; IV-76; IV-91
- Especial Criminal - Justiça militar - IV-79
- Especial Criminal - Lei - I-29; IV-79
- Especial Criminal - Mediação - IV-69
- Especial Criminal - Origem - IV-54
- Especial Criminal - Prisão em flagrante - IV-61; IV-63
- Especial Criminal - Prisão em flagrante - Ausência - IV-53; IV-61; IV-63
- Especial Criminal - Procedimento - IV-53; IV-91
- Especial Criminal - Queixa - Rejeição - IV-53
- Especial Criminal - Recurso - Apelação - IV-91
- Especial Criminal - Recurso - Cabiimento - IV-53; IV-76; IV-91
- Especial Criminal - Recurso - *Habeas corpus* - IV-91



- Especial Criminal - Recurso - Prazo - IV-53; IV-91
- Especial Criminal - Representação - IV-51; IV-52; IV-53; IV-61; IV-63; IV-68; IV-70; IV-71; IV-79; IV-91
- Especial Criminal - Representação do ofendido - IV-79
- Especial Criminal - Representação do ofendido - Ausência - IV-79
- Especial Criminal - Representação do ofendido - Ausência - Efeito - IV-79
- Especial Criminal - Sentença - IV-53; IV-91
- Especial Criminal - Sentença - Embargos declaratórios - IV-53; IV-91
- Especial Criminal - Sucumbência - IV-53; IV-61; IV-63
- Especial Criminal - Testemunha - IV-53
- Especial Criminal - Testemunha - Arrolamento - IV-53
- Especial Criminal - Testemunha - Inquirição - IV-53
- Especial Criminal - Transação - IV-69; IV-76; IV-79
- Especial Criminal - Validade - IV-74
- Especial Criminal - Vítima - IV-82
- Especial Criminal - Vítima - Inquirição - IV-53; IV-82

JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS - Tadeu A. Dix Silva - IV-89

JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS (Dos) - Vera Regina de Almeida Braga - IV-91

JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS: REFLEXÕES ATUAIS - Jaques de Camargo Penteadó - IV-66

JUIZADOS ESPECIAIS PARA JULGAMENTO DAS INFRAÇÕES PENAS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO - Álvaro Lazzarini - IV-52

JUIZADOS ESPECIAIS PARA JULGAMENTO DAS INFRAÇÕES PENAS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO

- Hermínio Alberto Marques Porto e Nelson Nery Junior - IV-63

JUIZADOS PENAS E A FILOSOFIA DA LEI 9.099/95 (Os) - José Renato Nalini - IV-70

## JUÍZO

- Conceito - V-14
- de admissibilidade - I-26
- Fórmula - V-14
- prévio de admissibilidade da imputação - I-8
- Procedimentos incidentais - II-35

## JULGADO

- civil - Efeitos - I-61
- penal - Estrutura - V-1
- penal - V-1
- penal - Limitação subjetiva - Princípio - V-1

## JULGAMENTO

- antecipado da lide - IV-29
- antecipado da lide - Conceito - IV-29
- antecipado da lide - Direito comparado - IV-29
- antecipado da lide - Nulidade - IV-29
- civil - I-61
- civil - Efeitos - I-61
- Elementos de convicção - Vedação legal - Inexistência - III-15
- justo - Direito - IV-34
- *secundum eventum litis* - I-26
- simultâneo - I-60

JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE PENAL (Do) - José Raul Gavião de Almeida - IV-29

## JURA NOVIT CÚRIA

- Princípio - V-20

## JURADO

- Expressão pessoal - IV-9
- Expressão pessoal - Providência - IV-9
- Imparcialidade - I-11

JÚRI - IV-9; IV-11; IV-17; IV-19; IV-22; IV-24; IV-45

- Absolvição pelo juiz presidente - I-6
- Ação - Condição - IV-23
- Acusação - IV-45
- Assessorado - I-27
- Característica - IV-4; IV-9; IV-19; IV-24;
- Caso - fortuito - IV-10
- Coautoria - IV-7; IV-45
- Coautoria - Jurisprudência - IV-7
- Competência funcional - IV-9; IV-16; IV-19; IV-23; IV-24; IV-33; IV-42; IV-44
- Competência funcional - Cessação - IV-46
- Competência funcional prorrogada - IV-46
- Competência material - IV-16
- Competência prorrogada - IV-16
- Competência prorrogada - Conexão - IV-16
- Competência prorrogada - Continência - IV-16
- Composição - IV-4; IV-5; IV-19
- Conceito - IV-4; IV-19
- Conciliadores - I-27
- Concurso de pessoas - IV-7; IV-45
- Concurso de pessoas - Jurisprudência - IV-7
- Conselho de sentença - IV-42
- Conselho de sentença - Intervenção - IV-42
- Corréu - Morte - IV-46
- Corréu - Morte - Culpabilidade - Extinção - IV-46
- Crime - Desclassificação - IV-12
- criminal - IV-4
- Crise existencial - IV-44
- Dano - Indenização - IV-45
- de economia popular - IV-27
- de economia popular - Competência funcional - IV-27
- de economia popular - Extinção - IV-27
- Debate - IV-23
- Debates orais - IV-36; IV-42
- Decisão - IV-45
- Decisão - Prova - Contrariedade - IV-4
- Defesa - IV-23
- Defesa - Plenitude - IV-9; IV-24
- Democracia - IV-4
- Desclassificação - IV-45; IV-46
- Direito comparado - IV-4; IV-24; IV-45
- Discurso - IV-36
- Erro de jurado - IV-6
- Escabinado - Formas - I-27
- Evolução - IV-4; IV-5
- Extinção - IV-4; IV-5
- Fase processual - IV-19
- Finalidade - IV-19
- Formalidade - IV-6; IV-23; IV-42
- História - IV-4; IV-5; IV-9; IV-17; IV-19; IV-45
- Homicídio doloso - Desclassificação para homicídio culposo - I-6
- Ideia liberal - IV-4
- Imparcialidade - IV-6
- Impronúncia - IV-23
- Incommunicabilidade - IV-9; IV-45
- Incommunicabilidade - Quebra - IV-9
- Incommunicabilidade - Quebra - Jurisprudência - IV-9
- Instrução - IV-42; IV-45
- Julgamento - Nulidade - IV-9
- Julgamento - Publicidade - IV-41
- Julgamento - Sistema - IV-45
- Jurado - Alistamento - IV-42; IV-45
- Jurado - Constrangimento ilegal - IV-41
- Jurado - Convocação - IV-42; IV-45
- Jurado - Função - IV-19; IV-42; IV-45
- Jurado - Impedimento - IV-42
- Jurado - Incompatibilidade - IV-42
- Jurado - Incommunicabilidade - IV-34
- Jurado - Presidente - Atribuição - IV-45
- Jurado - Sorteio - IV-42; IV-45
- Jurado - Suspeição - IV-42
- Legítima defesa - IV-10
- Leigo - IV-6



- novo - Protesto - Supressão - IV-42
- Nulidade processual - IV-6; IV-8; IV-9
- Oralidade - IV-36
- Oralidade - Procedimento - IV-36
- Oratória - IV-36
- Origem - IV-19; IV-45
- Pauta - Preparação - IV-45
- Plenário - Réu algemado - IV-8
- Plenário - Réu algemado - Constrangimento ilegal - IV-8
- popular - IV-4; IV-5; IV-6; IV-7; IV-9; IV-11; IV-17; IV-19; IV-22; IV-24; IV-42; IV-45
- Pressuposto processual - IV-23
- Procedimento - IV-6; IV-8; IV-23; IV-33;
- Quesitação - IV-33; IV-37; IV-42
- Quesito - IV-6; IV-7; IV-9; IV-10; IV-25; IV-33; IV-37; IV-42; IV-45
- Quesito - Crime hediondo - IV-11
- Quesito - Desclassificação - IV-10
- Quesito - Fato principal - IV-10
- Quesito - Formalidade - IV-25
- Quesito - Formulação - IV-9; IV-10; IV-16; IV-25; IV-33; IV-37; IV-42; IV-45
- Quesito - Formulação errônea - IV-10; IV-9
- Quesito - Formulação - Regra - IV-11
- Quesito - Formulário Oficial - IV-25
- Quesito - Imperícia - IV-10
- Quesito - Imprudência - IV-10
- Quesito - Insuficiência de prova - IV-9
- Quesito - Negligência - IV-10
- Quesito - Ordem - IV-25; IV-37
- Quesito - Procedimento - IV-37
- Quesito - Quesitação - IV-45
- Quesito - Requisito - IV-25
- Quesito - Resposta - IV-9
- Quesito negativo - IV-9
- Questionário - I-6; IV-9; IV-16; IV-22; IV-33; IV-42; IV-45
- Questionário - Característica - IV-45
- Questionário - Conceito - IV-45
- Questionário - Formulação - IV-19; IV-22; IV-33
- Questionário - História - IV-45
- Questionário - Legítima defesa - IV-16
- Questionário - Legítima defesa putativa - IV-22
- Questionário - Legítima defesa putativa - Formulação - IV-22
- Questionário - Simplificação - IV-19; IV-42
- Questionário - Vício - IV-45
- Questionário complexo - IV-22
- Questionário complexo - Nulidade - IV-22
- Reforma - IV-24; IV-45; IV-36
- Responsabilidade - IV-4
- Reunião - IV-20
- Rito - III-47
- Rito - História - III-47
- Rito processual - IV-19
- Sala secreta - IV-6; IV-41
- Sentença - IV-45
- Sentença - Fundamentação - IV-45
- Sentimento popular - IV-4
- Sistema bifásico - IV-19; IV-33; IV-45
- Sistema trifásico - IV-19
- Soberania dos Veredictos - Princípio - IV-17; IV-19; IV-24
- Soberania dos Veredictos - Princípio - Etimologia - IV-17
- Soberania dos Veredictos - Princípio - História - IV-17
- Soberania dos Veredictos - Princípio - Violação - IV-17
- Sorteio - IV-20
- Sorteio - Formalidade - IV-20
- Sorteio - Nulidade - IV-20
- Sorteio - Prazo legal - IV-20
- Supressão - IV-44
- Tréplica - IV-36
- Troca de mão - IV-6
- Votação - Portas abertas - IV-41
- Votação - Sigilo - IV-9; IV-34; IV-37; IV-45
- Votação secreta - IV-6; IV-19; IV-24; IV-37; IV-41



- Voto - Maioria - IV-6
- Voto - Sigilo - Princípio - IV-19; IV-24
- Voto secreto - IV-9; IV-41

JÚRI - INSTITUIÇÃO NOCIVA E ARCAICA - Alcides de Mendonça Lima - IV-4

JÚRI: LEGÍTIMA DEFESA PUTATIVA E QUESTIONÁRIO - Jaques de Camargo Penteado - IV-22

JÚRI. NULIDADES - Antonio Magalhães Gomes Filho - IV-9

JÚRI COMO INSTRUMENTO DE EFETIVIDADE DA REFORMA PENAL (O) - João Gualberto Garcez Ramos - IV-24

JÚRI DE ECONOMIA POPULAR - Jose Raimundo Gomes da Cruz - IV-27

JÚRI POPULAR: ERRO DE JURADO - Antônio Carlos de Carvalho Pinto - IV-6

JURISDIÇÃO - I-72

- Atividade substitutiva - I-24
- comum - I-73
- Conceito - IV-23; VI-70
- Contenciosa - I-24
- Direito - VI-70
- Duplo grau - Princípio - III-31; IV-17; V-45; V-54; V-57; V-91
- Duplo grau - Princípio - Direito comparado - V-91
- especial - I-73
- Garantias - I-13
- natural - I-73
- Noções fundamentais - I-25
- penal - I-25
- penal - Características - I-25
- penal - Conceito - I-24
- penal - Peculiaridades - I-24
- Universalização - III-77
- voluntária - I-24

JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA NA REFORMA DO PROCESSO PENAL - Dínio de Santis Garcia - I-72

JURISDIÇÃO PENAL - Rogério Lauria Tucci - I-24

JURISDICIONALIZAÇÃO DA PENA - I-24

JURISPRUDÊNCIA - I-13

- penal - Súmula - V-95
- penal - Súmula - Efeito vinculante - V-95
- Proibição de retroatividade - I-20
- reiterada - V-95
- Súmula - V-95

JURISPRUDÊNCIA FOSSIL - D. Franco da Rocha - IV-15

JUS

- *accusationis* - I-64
- *persequendi* - I-67; I-68; II-55
- *persequendi* - Renúncia - I-67
- *puniendi* - I-24; I-65
- *puniendi* - Princípio - I-70

JUSTA

- causa - Controle jurisdicional - II-15
- medida - Princípio - II-77

JUSTA CAUSA E ABUSO DE PODER REFERENTES À PROPOSITURA DA AÇÃO PENAL - José Raimundo Gomes da Cruz - IV-28

JUSTIÇA

- Acesso - Direito - III-77
- Burocratização - IV-50
- comum - I-37; I-72
- comum - Denominação - I-72
- comum de 2.º grau - Advogados - I-27
- comum de 2.º grau - Ministério Público - I-27
- consensual - Suspensão condicional do processo - II-46
- consensual - Transação penal - II-46
- criminal - Função - II-22; II-71
- criminal - Modelo - IV-77
- Descrédito - Prejuízo - II-44
- especial - I-72
- Federal - I-37; I-72
- Finalidade - III-39
- Função - III-39
- Informalização - IV-69

- Informalização - Ideologia - IV-69
- Lentidão - I-33
- Militar - IV-79
- Militar - Competência - II-60
- Militar Estadual - I-78
- Militar Estadual - Competência - I-78
- Militar Estadual - Competência - Alteração - I-78
- Militar Estadual - Competência - Contexto histórico - I-78
- Militar Estadual - Competência - Justiça comum - I-78
- Militar Estadual - Lei de Organização Judiciária Militar - I-78
- ordinária - I-37; I-72
- Penal - I-61; VI-1
- penal - Independência - I-61
- penal - Intervenção popular direta - Formas - I-27
- penal - Intervenção popular direta - Fundamentos - I-27
- Privatização - IV-50

JUSTIÇA E SEU PROBLEMA MAIOR: A LENTIDÃO (A) - Carlos Velloso - I-33

JUSTIÇA PENAL E A REFORMA DO PROCESSO (A) - Dínio de Santis Garcia - I-37

#### JUSTIFICAÇÃO

- Conceito - III-51
- Psicologia - Teoria - III-51

#### JUSTO PROCESSO

- Princípio - IV-8

### L

LA COSIDDETTA NULLITÀ ASSOLUTA DELLE SENTENZE PENALI - T. Kroschel - V-39

LA EXTRACCIÓN COMPULSIVA DE SANGRE AL IMPUTADO - Enrique Dichocho - Carlos Jornet - III-26

LA MOTIVACIÓN DE LA SUBSUNCIÓN TIPICA EN LA SENTENCIA PENAL - Enrique Bacigalupo - V-8

#### LANÇAMENTO

- tributário - IV-65

#### LAUDO

- pericial - I-2; III-71
- pericial necroscópico - III-46

#### LAW AND ORDER

- Doutrina - V-74
- Instituto - II-88
- Instituto - Conceito - II-88

#### LEALDADE

- da informação judiciária - Princípio - III-40

#### LEGALIDADE

- da ação penal - Princípio - I-22
- da acusação - I-21
- das formas - Sistema - V-37
- estrita - Princípio - II-71; IV-2
- penal - Princípio - I-20
- Princípio - I-16; I-22; I-70; II-58; II-65; II-77; II-87; III-31; IV-21; IV-62; IV-76; V-3; V-15; V-18; V-45; V-57; V-95; VI-63; VI-64; VI-70; VI-78
- processual - II-71
- processual - Princípio - IV-77

#### LEGISLAÇÃO

- brasileira - Revolução - I-18
- penal - V-3
- penal - Reforma - V-3
- penal brasileira - Prevenção - VI-24
- penal brasileira - Repressão - VI-24
- processual penal - Reforma - Anteprojetos - I-48
- processual penal - Reforma - Comissões - I-48
- processual penal - Reforma - Espírito - I-48
- processual penal - Reforma - Metodologia - I-48
- processual penal - Reforma - Principais inovações - I-48

#### LEGISLADOR

- Intenção - II-47

LEGÍTIMA DEFESA - II-68; II-69; II-76; IV-10; V-18

- Absolvição - II-76

- Agressão - Iminência - II-76
  - Característica - II-76
  - Conceito - II-76
  - Conduta atípica - II-76
  - de terceiro - II-76
  - Excesso - IV-12
  - Illicitude - Exclusão - II-76
  - própria - II-76
  - putativa - IV-22
- LEGÍTIMA DEFESA E PRISÃO EM FLAGRANTE** - José Damião Pinheiro Machado Cogan - II-76
- LEGITIMAÇÃO PENAL**
- Conflitos - I-70
  - extraordinária - I-70
- LEGITIMIDADE** - II-16
- LEGITIMIDADE RECURSAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA AÇÃO PENAL PRIVADA E A INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO NA LEI 5.250 DE 09.02.1967 (A)** - Nelson Nery Junior - II-55
- LEI**
- Anterioridade - Princípio - II-60
  - autoral - IV-64
  - de Crimes Hediondos - VI-10
  - de Drogas - I-8
  - de Execução Penal - VI-3; VI-36; VI-40; VI-45; VI-63; VI-64; VI-65; VI-66; VI-74; VI-76
  - de Execução Penal - Exequibilidade - VI-45
  - de Execução Penal - Inexequibilidade - VI-45
  - de Execução Penal - Objetivos gerais - VI-45
  - de Execução Penal - Validade - VI-3
  - de Falências - I-70
  - de Imprensa - I-68; III-74
  - de Imprensa - Ausência injustificada - III-74
  - de Imprensa - Ausência injustificada - Revelia - III-74
  - de Imprensa - Interrogatório - Desnecessidade - III-74
  - de Saúde Mental - V-83
  - de Tortura - VI-31
  - de Tóxico - Admissibilidade recursal - V-79
  - de Tóxico - Admissibilidade recursal - Pressuposto - V-79
  - de Tóxicos - I-77; III-74; V-77; V-79
  - de Tóxicos - Interrogatório - Indagação sobre dependência - Jurisprudência - III-74
  - de Tóxicos - Interrogatório - Indagação sobre dependência - Limite - III-74
  - de Tóxicos - Interrogatório - Indagação sobre dependência - Obrigatoriedade - III-74
  - de Tóxicos - Particularidades - III-74
  - do crime organizado - VI-31
  - dos crimes hediondos - VI-31
  - Espírito - II-92
  - Execução fiscal - VI-78
  - Execução penal - V-13
  - Lacuna - II-87
  - Lacuna - Analogia - II-87
  - Lacuna - Analogia *in bonam partem* - II-87
  - Lacuna - Analogia *in malam partem* - II-87
  - Lacuna - Interpretação - II-87
  - Maria da Penha - I-8
  - nova - II-92
  - nova - Aplicabilidade - II-92
  - nova - Aplicabilidade imediata - II-92
  - nova - Efeito - II-92
  - nova - Prejudicial - II-92
  - nova - Retroatividade - II-92
  - Orgânica da Polícia de São Paulo - II-9
  - Orgânica Nacional do Ministério Público - II-47; II-48
  - penal - II-92; III-67
  - penal - Aplicabilidade - II-71
  - penal - Aplicação - II-76; III-78; V-8
  - penal - Aplicação imediata - Princípio - V-91
  - penal - Cindibilidade - IV-30; V-26



- penal - Derrogação - III-67
  - penal - Interpretação - VI-32; VI-59
  - penal - Irretroatividade - IV-30; V-26
  - penal - Irretroatividade - Jurisprudência - IV-30; V-26
  - penal - Irretroatividade - Princípio - V-91; VI-58
  - penal - Reforma - III-67
  - penal - Reforma - Comissão - III-67
  - penal - Retroatividade parcial - IV-30; V-26
  - penal - Retroatividade parcial - Inadmissibilidade - IV-30; V-26
  - penal - Retroatividade parcial - Inadmissibilidade - Jurisprudência - IV-30; V-26
  - penal - Retroatividade parcial - Jurisprudência - IV-30; V-26
  - penal - Revogação - III-67
  - penal benéfica - Retroatividade - Princípio - IV-56; V-45
  - penal incriminadora - Irretroatividade - Princípio - V-45
  - penal mais benéfica - V-32
  - penal no tempo - VI-15
  - processual - Poder normativo - I-37
  - processual especial - Inconsistências - I-38
  - Propriedade industrial - IV-73
- LEI 6.205, DE 29.4.1975, E OS CRITÉRIOS DE FIXAÇÃO DE PENAS DE MULTA (A) - Geraldo de Faria Lemos Pinheiro - VI-30
- LEI 7.209, DE 1984, E A PRESCRIÇÃO RETROATIVA - Adriano Marrey - V-22
- LEI 9.271, DE 1996, E PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS - Rogério Lauria Tucci - II-27
- LEI 9.271/96 E O TRIBUNAL DE ALÇADA CRIMINAL DE SÃO PAULO (A) - José Renato Nalini - IV-30
- LEI 9.714/1998 - PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS - Leonardo Luiz de Figueiredo Costa - VI-41

LEI 11.900/2009 E A ADOÇÃO DA VI-DEOCONFERÊNCIA NO BRASIL (A) - Rodrigo Carneiro Gomes - III-68

LEI DE EXECUÇÃO PENAL (A) - Renê Ariel Dotti - VI-65

Lei Orgânica Nacional do Ministério Público - II-5

LEX MITIORE VACATIO LEGIS - Adauto Alonso S. Suannes - VI-I

LIBELO - III-61; IV-14; VI-I

- Aditamento - IV-32; IV-47
- Conceito - IV-33
- Contestação - III-61
- Contestação - Direito comparado - III-61
- Conteúdo - IV-14
- Contrariedade - III-61; IV-25
- Contrariedade - Extinção - IV-19
- Emenda - V-20
- Emenda - Conceito - V-20
- Exclusão - IV-42
- Extinção - IV-19
- Finalidade - IV-47
- Formalidade - IV-14
- Mecanismo - V-20
- Requisito - IV-14; IV-33
- Supressão - IV-42

#### LIBERDADE

- da comunicação telefônica - III-22
- da pessoa humana - Princípio - II-78
- de imprensa - Direito - II-64
- de locomoção - II-85
- Direito - I-16; II-64; II-68; II-69; II-78; II-85; II-86; III-76; IV-44; IV-48; V-56; V-74; V-79; V-96; V-97
- Direito - Preservação - II-69
- Direito - Restrição - II-64
- individual - Conceito - II-75
- individual - Constrangimento - II-72
- individual - Direito - II-75; V-45; V-40
- individual - I-21; II-74; II-86
- individual - Princípio - III-52
- individual - Restrição - II-74

- individual - Supressão - II-75
- jurídica - I-16
- Jurisdição constitucional - V-45
- Limitação - V-74
- Limitação - Pressuposto - V-74
- moral do acusado - II-80
- moral do acusado - Coação - II-80
- pessoal - Direito - V-48; V-54
- Princípio - I-22
- Privação - II-86
- provisória - I-6; I-26; II-62; II-65; II-69; II-71; II-72; II-74; II-76; II-86; VI-2
- provisória - Conceito - II-86
- provisória - Direito - IV-26
- provisória - Fiança - II-76; II-86
- provisória - Proibição - II-71
- provisória - Proibição - Inconstitucionalidade - II-71

#### LIDE

- Definição - I-70

#### LIE DETECTOR - III-27

#### LIMINAR NO MANDADO DE SEGURANÇA E HABEAS CORPUS (A) -

Paulo Roberto da Silva Passos - V-82

#### LIMITAÇÃO

- de fim de semana - VI-23

#### LIMITAÇÃO DA EXTENSÃO DE APELAÇÃO E INEXISTÊNCIA DE EXECUÇÃO PENAL PROVISÓRIA - Rogério Lauria Tucci - V-88

#### LIMITAÇÃO DE FIM DE SEMANA - Cesar Roberto Bitencourt - VI-23

#### LINEAMENTOS DO MODERNO PROCESSO PENAL - Nelson Pizzotti Mendes - I-19

#### LINHAS BÁSICAS PARA UM CONCEITO JURÍDICO DE AÇÃO EM DIREITO PENAL - Francisco de Assis Toledo - I-62

#### LIVRAMENTO CONDICIONAL - II-87; VI-14; VI-15; VI-20; VI-27; VI-37; VI-45; VI-58; VI-64; VI-68; VI-69; VI-73; VI-74; VI-81

- Cerimônia - VI-68

- Conceito - VI-42; VI-68
- Concessão - VI-32
- Direito - VI-21
- Direito comparado - VI-68
- Efeito - VI-68
- Efeito - Suspensão - VI-68
- História - VI-68
- Modificação - VI-68
- Natureza jurídica - VI-64
- Pena privativa de liberdade - Extinção - VI-68
- Periculosidade - VI-14
- Pressuposto - VI-64; VI-68; VI-69
- Pressuposto objetivo - VI-68
- Pressuposto subjetivo - VI-68
- Procedimento - VI-68
- Regeneração progressiva - VI-73
- Requisito - II-87; VI-64; VI-68; VI-73; VI-81
- Requisito - Exame criminológico - II-87
- Revogação - VI-64; VI-68
- Revogação - Consequência - VI-68
- Revogação - Procedimento - VI-68

#### LIVRAMENTO CONDICIONAL E FIXAÇÃO DE PENAS - Ruy Albertino Nunes da Rocha - VI-73

#### LIVRAMENTO CONDICIONAL E LA-CUNA DA LEI - Sylvia Helena de Figueiredo Steiner - II-87

#### LIVRAMENTO CONDICIONAL, EM FACE DO NOVO DIREITO PENAL - Noé Azevedo - VI-58

#### LIVRE

- apreciação das provas - Princípio - I-72
- conhecimento - Princípio - III-78
- conhecimento do juiz - Princípio - II-61
- conhecimento motivado - Princípio - III-78
- convencimento - Juiz - II-59
- convencimento - Princípio - I-21; II-59
- convencimento - Princípio - Limites - II-59



- convencimento do juiz - Princípio - III-51; III-53
- convencimento motivado - Princípio - III-77
- convencimento motivado - Princípio - Característica - III-77
- convicção - III-31
- convicção - Conceito - III-31
- convicção - Sistema - III-31

**LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ E DE SEUS PODERES NA INSTRUÇÃO CRIMINAL E NA APLICAÇÃO DAS PENAS (Do) - Roberto de Rezende Junqueira - II-59**

#### LOCAL

- de albergamento - VI-38
- do crime - III-21

#### LOCOMOÇÃO

- Direito - III-72

#### LOCUS DELICTI COMISSI

- Princípio - I-75; I-76

#### LUGAR DA INFRAÇÃO - I-75

### M

#### MÁ-FÉ - II-4

#### MAGISTRADO

- Juízo de admissibilidade - III-2
- Suspeição - II-57
- Suspeição - Arguição - II-57
- Suspeição - Arguição - Defesa - II-57
- Suspeição - Arguição - Tempestividade - II-57
- Suspeição - Conceito - II-57
- Suspeição - Fundamento legal - II-57

#### MAGISTRATURA CRIMINAL

- Especialização - I-40

#### MAIORIDADE PENAL - VI-11

- Redução - VI-11
- Redução - Direitos humanos - VI-11
- Redução - Impeditivos normativos - VI-11

- Redução - Impeditivos sociais - VI-11

#### MALE CAPTUM BENE RETENTUM

- Princípio - III-51
- Teoria - III-52

#### MANDADO

- de prisão - II-86
- de prisão - Execução - II-86
- de prisão - Pressuposto - II-86
- de segurança - V-50; V-54; V-82
- de segurança - Conceito - V-50; V-82
- de segurança - Direito comparado - V-82
- de segurança - Finalidade - V-50; V-82
- de segurança - Fundamento - V-82
- de segurança - Fundamento - Necessidade - V-82
- de segurança - Juizado Especial Criminal - V-50
- de segurança - Medida liminar - V-51; V-82
- de segurança - Ministério Público - V-50
- de segurança - Ministério Público - Hipótese - V-50
- de segurança - Objetivo - V-50; V-82
- de segurança - Recurso em sentido estrito - V-50
- de segurança - Utilização - V-50
- de segurança - Utilização - Acusado - V-50
- de segurança - Utilização - Acusado - Hipótese - V-50
- de segurança - Utilização - Advogado - V-50
- de segurança - Utilização - Advogado - Hipótese - V-50
- de segurança - Utilização - Evolução - V-50
- de segurança - Utilização - História - V-50
- de segurança - Utilização - Investigado - V-50
- de segurança - Utilização - Investigado - Hipótese - V-50



- de segurança - Utilização - Ofendido - V-50
- de segurança - Utilização - Ofendido - Hipótese - V-50
- de segurança - Utilização - Terceiro - V-50
- de segurança - Utilização - Terceiro - Hipótese - V-50

**MANDADO DE SEGURANÇA EM MATÉRIA CRIMINAL** - Antonio Scarance Fernandes - V-50

**MANDATO DE DETERMINAÇÃO** - I-20

**MATERIAL BIOLÓGICO**

- Colheita compulsória - III-75

**MEDIAÇÃO**

- Aspecto - IV-69
- comunitária - IV-69
- Conceito - IV-69
- Direito comparado - IV-69
- espontânea - IV-69
- estimulada - IV-69
- Finalidade - IV-69
- Função - IV-69
- História - IV-69
- institucionalizada - Política - IV-69
- natural - IV-69
- natural - Justificativa - IV-69
- natural - Rejeição - IV-69
- penal - Competência funcional - IV-69
- penal - IV-69
- penal - Forma - IV-69
- penal - Procedimento - IV-69
- penal - Tratativa - IV-69
- Preconceito - IV-69

**MÉDICO**

- Sigilo - III-52

**MEDIDA**

- alternativa - Pequeno e médio infrator - VI-54
- assecuratória - II-90
- cautelar - Abuso de direito - II-4
- cautelar - Conceito - II-71
- cautelar - II-34; II-71; III-72; VI-44

- cautelar - Limite - III-72
- cautelar - Pressuposto - II-71
- cautelar atípica - Requerimento - abusivo - II-4
- cautelar constitutiva patrimonial - II-25
- cautelar penal - II-14
- cautelar penal - Caracteres - II-25
- cautelar real - II-23
- cautelar típica - Requerimento abusivo - II-4
- de segurança - Direito comparado - VI-44
- de segurança - Estrutura - VI-44
- de segurança - Evolução da psiquiatria - VI-53
- de segurança - Evolução das relações jurídicas de direito administrativo - VI-53
- de segurança - Evolução histórica - VI-44
- de segurança - Inimputável - Anomalia psíquica - VI-53
- de segurança - Internamento - Inimputável - VI-53
- de segurança - IV-15; VI-14; VI-44; VI-53; VI-1
- de segurança - Laudo médico - IV-15
- de segurança - Loucura - IV-15
- de segurança - Loucura - Jurisprudência - IV-15
- de segurança - Natureza - VI-1
- de segurança - Pena - VI-53
- de segurança - Pressupostos - VI-53
- de segurança - Pressupostos - Perigosidade criminal - VI-53
- de segurança - Sanção - VI-53
- de segurança - Subsistência - VI-53
- liminar - V-45
- liminar - Indeferimento - Inconstitucionalidade - V-82
- policial - II-84

**MEDIDA CAUTELAR DE BUSCA E APREENSÃO (A)** - Damásio E. de Jesus - II-12

MEDIDA LIMINAR EM *HABEAS CORPUS* - Alberto Silva Franco - V-45

MEDIDAS DE SEGURANÇA NO DIREITO COMPARADO - Luiz Flávio Borges D'Urso - VI-44

## MEIOS

- de defesa - Interrogatório - III-4
- de impugnação - Incidentes - II-35

MEMÓRIA EM JULGAMENTO (A) - Lillian Milnitsky Stein - III-45

## MENTIRA

- Detector - III-27

## MÉRITO

- Conceito - V-14
- objetivo - VI-21

## MÉTODO CIENTÍFICO

- Documentação - III-21

MÍDIA E JÚRI: POSSIBILIDADE DE RESTRIÇÃO DA PUBLICIDADE DO PROCESSO - Luís Fernando Camargo de Barros Vidal - IV-34

MINISTÉRIO PÚBLICO - I-1; II-55; III-3

- Ação civil pública - II-48
- Ação penal pública - II-47; II-48
- Acesso às informações sigilosas - II-48
- Atividade - II-55
- Atuação - I-75; II-13; II-55; V-64
- Atuação - Histórico - II-6
- Atuação como parte - II-44
- Autonomia administrativa - II-49
- Autonomia financeira - II-49
- Breves notas - II-51
- Competência funcional - IV-59; IV-65; V-64; V-65; V-90
- Competência funcional - Crime tributário - IV-59; IV-65
- Compromisso de ajustamento - II-48
- Controle - I-70
- Controle - Formas - I-70
- Controle hierárquico - I-70
- Controle hierárquico - Conjuntura - I-70

- Controle hierárquico - Contingência - I-70

- Controle da inércia - Mecanismos - II-15

- Controle externo da atividade policial - II-48

- Custódia provisória - I-37

- Defesa da sociedade - II-48

- Defesa de interesses difusos - II-48

- Defesa de interesses individuais homogêneos - II-48

- Defesa de interesses indivisíveis - II-48

- Defesa do patrimônio público e social - II-48

- Denúncia - I-57

- Dever - IV-14

- Dever de agir - I-54; II-15

- Federal - Atribuições - II-48

- Federal - Matéria penal - Atribuições - II-19

- Federal - Procedimentos investigatórios - Constitucionalidade - II-19

- Federal - Procedimentos investigatórios - Ilegalidade - II-19

- Finalidade - V-54

- Fiscal da lei - V-64

- Função - II-55; V-44; V-90

- Função fiscalizadora - II-39

- Funcionalidade - V-54; V-64; V-65; V-90

- Funções - I-14

- Funções - Natureza - II-50

- Funções típicas - II-48

- Garantias - Autonomia - I-55

- Garantias - Eficácia - I-55

- Garantias - Isenção - I-55

- Garantias - Objetividade - I-55

- Hierarquia - II-50

- Inamovibilidade - II-49

- Independência funcional - II-49; II-50

- Indivisibilidade - II-15; V-65; V-90

- Iniciativa - II-52

- Iniciativa de lei - II-49

- Inquérito civil - II-5; II-48

- Inquérito policial - II-5; II-6

- Instrumentos de atuação - II-48



- Interesse - II-55
- Interesse público primário - V-65; V-90
- Interesse recursal - II-55
- Interrogatório do réu - I-14
- Investigação criminal direta - II-11
- Investigação criminal - Ilegitimidade - Evolução da Jurisprudência - II-10
- Irredutibilidade de vencimentos - II-49
- *Jus puniendi* - I-10
- Legitimidade - I-10; II-55
- Legitimidade processual - I-68; II-55; V-44; V-54
- Legitimidade recursal - I-68
- Lei - Fiscalização - II-55
- Leis afetas - Inexistência de ofensa - II-44
- Membros - Independência funcional - II-15
- Objeto - II-55
- Omissão - II-15
- Opções de conduta - II-21
- *Opinio delicti* - I-2; I-26; V-90
- Papel - II-30
- Pedido de absolvição - I-68
- Poder - II-55
- Poderes investigatórios - Inconstitucionalidade - II-10
- Poderes investigatórios - Unilateralidade - II-10
- Prerrogativa - V-55
- Recurso em favor do Réu - V-44
- Recusa - II-15
- Requerimento absolutório - V-65; V-90
- Requisição de diligências - II-13
- Requisição de diligências investigatórias - II-48
- Requisição de documentos e informações - II-48
- Requisição de servidores - II-48
- Unidade - II-15
- Vitaliciedade - II-49

MINISTÉRIO PÚBLICO - SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA - Afrânio Silva Jardim - V-44

MINISTÉRIO PÚBLICO E O *HABEAS CORPUS* (O) - Hugo Nigro Mazzilli - V-64

MINISTÉRIO PÚBLICO E O INQUÉRITO POLICIAL (O) - Antonio Evaristo de Moraes Filho - II-5

MINISTÉRIO PÚBLICO NO INQUÉRITO POLICIAL (O) - Arthur Cogan - II-6

MINISTÉRIO PÚBLICO NO PROCESSO DE "*HABEAS CORPUS*" (O) - Dante Busana - Laerte J. Castro Sampaio - V-54

MINISTRO DA JUSTIÇA  
- Requisição - I-56

MODIFICAÇÕES INTRODUZIDAS NOS ARTS. 6.º E 112 DA LEP PELA LEI 10.792/2003 E A JURISDICIONALIZAÇÃO E A INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA NA EXECUÇÃO PENAL (As)  
- Carmen Silvia de Moraes Barros - VI-21

MORTE DE CO-RÉU - Saulo de Castro Abreu Filho - IV-46

MOTA COQUEIRO: O ERRO EM TORNO DO ERRO - Luís Francisco Carvalho Filho - VI-43

MOTIVAÇÃO  
- das decisões - Princípio - I-1; II-89  
- Falta - Nulidade - III-11

MOTIVAÇÃO DA SENTENÇA - José Carlos G. Xavier de Aquino - V-10

MULHER  
- Defesa - IV-92  
- Defesa - Delegacia - IV-92  
- Defesa - Delegacia - História - IV-92  
- Violência - IV-92

MULTA - VI-17; VI-18; VI-51  
- Arbitramento - VI-18  
- Arrecadação - VI-18  
- Cumulatividade - Pena privativa de liberdade de longa duração - VI-51  
- Dinamarca - VI-18



- Finlândia - VI-18
  - Limites - VI-18
  - Não pagamento - VI-18
  - Prisão subsidiária - VI-18
  - substitutiva - VI-51
  - Suécia - VI-18
  - Valor - VI-18
- MUTATIO LIBELLI - V-20**
- Conceito - V-20

**N**

- NAÇÕES UNIDAS - VI-12**
- NÃO CULPABILIDADE**
- Presunção - Princípio - III-32; V-25; V-62
  - Princípio - II-71; III-57
- NÃO RETROCESSO**
- Princípio - V-25
- NATUREZA DAS FUNÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO E SUA POSIÇÃO NO PROCESSO PENAL (A) - Hugo Nigro Mazzilli - II-50**
- NATUREZA DAS NORMAS SOBRE AS PROVAS CRIMINAIS (A) - Jaques de Camargo Penteado - III-39**
- NE EAT JUDEX ULTRA PETITA PARTIUM**
- Princípio - I-14
- NE PROCEDAT JUDEX EX OFFICIO**
- Princípio - I-14; IV-62
- NECESSÁRIA PRESENÇA DO ADVOGADO NO PROCESSO CRIMINAL (A)**
- Adauto Suannes - II-38
- NECESSÁRIA REJEIÇÃO DA DENÚNCIA INEPTA (A) - Adauto Alonso S. Suannes - IV-2**
- NECESSITAS PROBANDI INCUMBIT EI QUI AGIT**
- Princípio - III-41
- NECROSCOPIA**
- Conceito - III-42

**NEMO**

- *in iudicio tradetur sine accusatione* - Princípio - IV-1
- *inauditus damnari potest* - Princípio - II-93; V-30
- *tenetur detegere turpitudinem suam* - Princípio - III-75
- *tenetur se detegere* - Princípio - II-80; III-43; III-53; III-59; III-67; III-73; III-74
- *tenetur se ipsum accusare* - Princípio - III-36

**NEOCRIMINALIZAÇÃO - VI-11**

**NEOLIBERALISMO - III-24**

- Emergencial - Direito - III-24
- Emergencial - Direito - Investigação - Metodologia - III-24
- penal - III-24

**NON BIS IN IDEM**

- Princípio - II-94

**NORMA**

- Aplicabilidade - III-39
- Compatibilização vertical - Princípio - III-59
- Conceito - III-39
- Conflito - V-32
- constitucional processual - Aplicabilidade - I-1
- constitucional processual - Eficácia - I-1
- Eficácia não condicionada - III-37
- Elemento teleológico - I-62
- Etimologia - III-39
- penal - III-39
- penal - Temporalidade - III-39
- penal - Vigência - III-39
- penal em branco - II-87; IV-2
- processual penal - III-39
- processual penal - Espaço - III-39
- processual penal - Inconstitucionalidade - III-39
- processual penal - Sucessão - III-39
- Teoria - I-69
- Territorialidade - III-39

**NORMAS**

- constitucionais de garantia - Infrin-  
gência - III-1
- Gerais do Regime Penitenciário -  
Administração carcerária - VI-47

**NOTAS ACERCA DA REFORMA DO  
CÓDIGO DE PROCESSO PENAL  
QUANTO ÀS DISPOSIÇÕES GERAIS  
DA PROVA** - Tiago Antunes de Aguiar  
- III-78

**NOTAS SOBRE A REFORMA DO PRO-  
CESSO** - Dínio de Santis Garcia - I-36

**NOTIFICAÇÃO** - II-89

- Ciência - Certificado - II-89
- Conceito - II-89
- Destinatário - II-89
- Férias forenses - II-89
- Funcionário público - II-89
- Nulidade - II-89
- Peculiaridade - II-89
- Prazo - Contagem - II-89
- Pressuposto - II-89
- Procedimento - II-89
- Requisito - II-89
- Réu preso - II-89
- Servidor público - II-89

**NOTITIA CRIMINIS** - II-3; II-28

- Arquivamento - I-72

**NOVAS LINHAS DO LIVRAMENTO  
CONDICIONAL E DA REABILITAÇÃO  
(As)** - René Ariel Dotti - VI-64

**NOVATIO LEGIS IN PEJUS** - IV-30; V-26**NULIDADE**

- absoluta - Pronunciamento *ex offi-*  
*cio* - V-34
- absoluta - V-34
- Conceito - V-34
- processual - II-93
- processual - Teoria - V-39
- relativa - V-34
- Teoria - V-34

**NULIDADE NO PROCESSO PENAL**

- (A) - Romeu Pires de Campos Barros  
- V-37

**NULIDADE PARCIAL DA SENTENÇA  
PENAL COMO ARTIFÍCIO PARA A  
MANUTENÇÃO DO DECRETO CON-  
DENATÓRIO (A)** - Mário Helton Jorge  
- V-35

**NULIDADES** - Vicente de Paulo Vicente  
de Azevedo - V-40

**NULLA POENA**

- *sine culpa* - Princípio - V-80
- *sine iudicio* - I-12; I-24;
- *sine iudicio* - Princípio - IV-28; IV-  
87; VI-55; VI-74; VI-76

**NULUM CRIMEN**

- *nula poena sine lege* - Princípio -  
I-20; II-87; V-18; VI-6; VI-55
- *nulla poena sine praevia lege* - Prin-  
cípio - II-58
- *sine actione* - Princípio - I-62
- *sine iniuria* - Princípio - I-15
- *sine lege* - Princípio - IV-33

**O****OBRIGAÇÕES**

- processuais - I-3

**OBRIGATORIEDADE**

- Princípio - II-55; IV-51; IV-60

**OBRIGATORIEDADE DA INTIMAÇÃO  
DA SENTENÇA À VÍTIMA NÃO HA-  
BILITADA NOS AUTOS DE AÇÃO  
PENAL PÚBLICA (Da)** - Edgard Fer-  
nando Barbosa - II-90

**OBRIGATORIEDADE DO TRABALHO  
PRISIONAL, REGIME SEMI-ABERTO  
E TRABALHO EXTERNO EM FACE  
DA INEXISTÊNCIA DE COLÔNIA  
PENAL** - João José Leal - VI-36

**OFENDIDO**

- Representação - Maioridade - II-56
- Representação - Parentesco - II-56
- Representação criminal - II-56

**OFICIALIDADE**

- Princípio - I-22; III-31; VI-70; VI-76

## OMISSÃO SOCIAL - I-31

## ÔNUS

- da prova - Conceito - III-8
- da prova - Distribuição - III-8
- de provar a acusação - II-37
- *probandi* - Teoria - III-41

ÔNUS DA PROVA NA AÇÃO PENAL  
CONDENATÓRIA (O) - Afrânio Silva  
Jardim - III-8ÔNUS DA PROVA NO PROCESSO PE-  
NAL (O) - João Batista Lopes - III-41

## OPINIO DELICTI - I-63; I-70; III-38

- Formação - III-78
- Elementos insuficientes - II-15

## OPORTUNIDADE

- Princípio - I-22; I-70; II-58; III-32;  
IV-51; IV-58; IV-76; IV-84; IV-87
- Princípio - Legislação comparada  
- I-70
- regra - Princípio - IV-58; IV-77
- regra - Princípio - Conceito - IV-  
58

## ORALIDADE

- Princípio - I-22; I-72; III-25; III-28;  
IV-57; IV-66; IV-68; IV-70; IV-74; IV-  
85

## ORATÓRIA - IV-36

- Conceito - IV-36

ORATÓRIA PERANTE O JÚRI (A) - Ma-  
noel Pedro Pimentel - IV-36

## ORDEM

- econômica - I-8
- Equivocidade - II-12
- judicial - III-72
- judicial - Conceito - III-72
- judicial - Desconstituição - III-72
- Legalidade - II-12
- pública - I-8
- pública - Preservação - II-71
- pública - Princípio - V-93
- pública - Violação - II-71

ORDEM EM QUE DEVEM SER PRO-  
POSTOS OS QUESITOS NO JURYPAULISTA E DE ALGUNS MEIOS DE  
ECONOMISAR TEMPO E TRABALHO  
NOS JULGAMENTOS (Da) - Moraes  
Mello Junior - IV-37ORDEM JUDICIAL DE BUSCA E APRE-  
ENSÃO E ILICITUDE DA PROVA  
DELA EXTRAPOLANTE - Rogério  
Lauria Tucci - III-72

## ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

- Análise crítica - I-25

## ORGANIZAÇÃO

- Comunitária pelos Direitos do Pre-  
so - VI-47
- Comunitária pelos Direitos do Pre-  
so - Atribuições - VI-47
- Comunitária pelos Direitos do Pre-  
so - Estrutura - VI-47
- Comunitária pelos Direitos do Pre-  
so - Funcionamento - VI-47
- judiciária - I-71; I-72

## ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

- Prevenção - I-29
- Repressão - I-29

## ÓRGÃO - II-33

- de polícia criminal - I-55
- Público - Polícia - I-31

ORIGENS DA LIMINAR EM *HABEAS*  
*CORPUS* NO DIREITO BRASILEIRO  
(As) - Arnoldo Wald - V-51ORIGENS HISTÓRICAS DOS SISTEMAS  
ACUSATÓRIO E INQUISITIVO - Mar-  
ta Saad - Diogo Malan - I-17

## P

PANORAMA COMPARATIVO DOS  
MODERNOS SISTEMAS PENITENCI-  
ÁRIOS - Francisco Bueno Arús - VI-29PANORAMA DA PRISÃO PROVISÓRIA  
OU PROCESSUAL NO BRASIL - Basi-  
leu Garcia - II-68PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO EM  
FACE DO SISTEMA PROCESSUAL  
PENAL ACUSATÓRIO (O) - Afrânio  
Silva Jardim - I-2



**PAPILOSCOPIA - III-49**

- Conceito - III-49
- História - III-49

**PARIDADE DE ARMAS - II-41****PARTES**

- Alegações - III-20
- Iniciativa - Princípio - III-31
- Procedimentos incidentais - II-35
- Reperguntas - III-4
- Tratamento paritário - III-5

**PARTICIPAÇÃO POPULAR**

- Formas - I-27

**PARTICULAR OFENDIDO**

- Direito à jurisdição - I-66

**PATERNIDADE**

- Exame de sangue - III-26
- Exame de sangue - Coercibilidade - III-26
- Exame de sangue - Religião - III-26
- Investigação - III-75
- Presunção - III-26

**PAZ PÚBLICA - I-34****PEÇA**

- acusatória - I-63
- acusatória - Recebimento - I-8
- de informação - II-3

**PECULATO E PRISÃO PREVENTIVA -**

- Arthur Cogan - II-67

**PEDAGOGIA CARCERÁRIA - VI-20****PEDIDO**

- de arquivamento - Indeferimento - II-33
- de explicações - IV-86
- de explicações - Cabimento - IV-86
- de explicações - Competência funcional - IV-86
- de explicações - Conceito - IV-86
- de explicações - Finalidade - IV-86
- de explicações - Natureza - jurídica - IV-86
- de explicações - Procedimento - IV-86
- Vinculação - Princípio - III-31

**PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO FORMULADO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PROCESSO PENAL E SEU INTERESSE DE RECORRER (O) - Hugo Nigro Mazzilli - V-65****PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DE INQUÉRITO POLICIAL E PRECLUSÃO CONSUMATIVA - Rogério Lauria Tucci - II-28****PEDIDO DE EXPLICAÇÕES - Rogério Lauria Tucci - IV-86****PENA - I-35; VI-6; VI-46; VI-51; VI-53; VI-83**

- Abatimento - Trabalho do preso - VI-72
- Abatimento - Trabalho do preso - Procedimento - VI-72
- Abatimento - Trabalho do preso - Requisito - VI-72
- Abatimento - Trabalho do preso - Sistema prisional - Deficiência - VI-72
- abstrata - II-81
- acessória - VI-27
- acessória - Supressão - V-3
- alternativa - VI-10
- alternativa - Antecedentes - VI-23
- alternativa - Aplicação - VI-23
- alternativa - Cominação - VI-23
- alternativa - Crime hediondo - VI-10
- alternativa - Limitação de fim de semana - VI-23
- alternativa - Pressupostos - VI-23
- alternativa - Requisitos - VI-23
- alternativa - Traficante - VI-10
- antecipada - I-8
- Aplicação - VI-6; VI-27
- Aplicação - Fases - VI-28
- Arbitramento - V-12
- Arbitramento excessivo - V-12
- Base - V-19
- Cálculo - V-19; V-27; V-28; VI-73
- Cálculo - Agravante - V-19
- Cálculo - Atenuante - V-19
- Cálculo - Causas de aumento - V-19

- Cálculo - Causas de aumento duplo - V-19
- Cálculo - Causas de aumento e diminuição - V-19
- Cálculo - Causas de diminuição - V-19
- Cálculo - Fase - V-19
- Cálculo - Fundamentação - V-19
- Cálculo - Procedimento - V-19
- Cálculo - Procedimento trifásico - V-19
- capital - VI-79; VI-80
- Castigo - VI-6
- Causa de aumento - IV-11
- Circunstância agravante - II-87
- Circunstância agravante - Efeito - II-87
- Circunstância agravante genérica - IV-11
- Cominação - II-81
- Comparecimento periódico ao juízo - II-73
- Cômputo - V-12
- Cômputo - Parâmetro - V-12
- Conceito - VI-8; VI-46; VI-83
- Concorrência - VI-73
- Concurso - VI-73
- corporal - Substituição - IV-49
- Critério político-criminal - VI-55
- cruel - Banimento - Princípio - V-45
- Cumprimento - VI-45; VI-75; VI-81
- Cumprimento - Antecipação - II-66; II-74; II-77
- Cumprimento - Liberação antecipada - VI-64
- Cumprimento - Monitoração eletrônica - II-73
- Cumprimento - Prescrição declarada - V-49
- Cumprimento - Prorrogação - V-49
- Cumprimento - Regime - II-87; VI-75
- Cumprimento - Regime fechado - VI-45
- Cumprimento - Regime inicial - I-8
- Cumprimento - Regime semi-aberto - VI-45
- Cumprimento - Revogação - V-49
- Cumprimento - Sistema progressivo - VI-45; VI-77
- Cumprimento - Suspensão - V-49
- Cumprimento - Suspensão condicional - V-49; V-73; VI-58; VI-59
- Cumprimento - Suspensão condicional - Requisito - VI-58; VI-59
- Curta duração - VI-27
- de morte - Abolição - VI-43
- de morte - Abolição - Princípio - V-45
- de morte - Direito comparado - VI-79
- de morte - I-9; VI-3; VI-79; VI-80
- de morte - Juristas - VI-3
- de morte - Proposta - Argumento - VI-79
- de morte - Proposta - VI-79
- de morte - Religiosos - VI-3
- de multa - V-58; VI-51; VI-59; VI-75; VI-78; VI-82; VI-84
- de multa - Aplicação - VI-27
- de multa - Conceito - VI-78; VI-82; VI-84
- de multa - Conversão - VI-78; VI-82
- de multa - Correção monetária - VI-78; VI-84
- de multa - Correção monetária - Doutrina - VI-84
- de multa - Correção monetária - Jurisprudência - VI-84
- de multa - Correção monetária - Termo inicial - VI-84
- de multa - Efeito - V-58; VI-59
- de multa - Fixação - VI-84
- de multa - Habeas corpus - V-58
- de multa - História - V-58
- de multa - Natureza - VI-78
- de multa - Natureza jurídica - VI-82
- de multa - Salário mínimo - VI-84
- de multa - Salário mínimo - Vinculação - Legalidade - VI-84
- de multa - Salário mínimo - Vinculação - VI-84



- de prisão - VI-9
- de prisão - Eficácia - VI-48
- de prisão - Evolução histórica - VI-48
- Descarcerização - IV-68
- Detenção - VI-69; VI-75; VI-81
- Determinação - Critério da suficiência - VI-51
- Dias-Multa - VI-84
- Dias-Multa - Conceito - VI-84
- Dias-Multa - Direito comparado - VI-84
- Direito - Interdição - II-69
- Direito - Interdição - Provisoriedade - II-69
- Direito - Restrição - II-73
- Dívida ativa - VI-78; VI-82
- Dívida ativa - Execução - Ministério público - VI-78
- Dívida ativa - Execução fiscal - VI-78; VI-82
- Dívida ativa - Execução fiscal - Competência - VI-78; VI-82
- Dívida ativa - Execução fiscal - Defesa - VI-78; VI-82
- Dívida ativa - Execução fiscal - Embargos - VI-78; VI-82
- Dívida ativa - Execução fiscal - Finalidade - VI-78
- Dívida ativa - Execução fiscal - Jurisprudência - VI-78
- Dívida ativa - Execução fiscal - Legitimidade - VI-78
- Dívida ativa - Execução fiscal - Recurso - VI-78; VI-82
- Dívida ativa - Inscrição - VI-78; VI-82
- Dívida ativa - Inscrição - Autoridade competente - VI-78; VI-82
- Dívida ativa - Inscrição - Requisito - VI-78; VI-82
- Dívida ativa - Natureza jurídica - VI-78; VI-82
- Dívida ativa - Sub-rogação - Impossibilidade - VI-78
- Dívida ativa - Valor - Fixação - VI-78; VI-82
- Domicílio - Recolhimento - II-73
- Dosimetria - V-12; V-19; VI-55; VI-73
- Dosimetria - Direito - V-3
- em concreto - V-31
- em concreto - Prescrição - V-31
- em concreto - Prescrição - História - V-31
- em concreto - Pressuposto - V-31
- Encurtamento gradativo - VI-20
- Espécie - VI-69; VI-75
- Evolução histórica - VI-46
- Execução - VI-26; VI-80
- Execução - Critério da periculosidade - VI-24
- Execução - Intervenção - Juiz - VI-80
- Execução - Prescrição - V-23; V-25; V-27; V-28; V-29
- Execução - Sistema carcerário - Falência - VI-54
- Execução - Suspensão condicional - IV-74; V-49
- Execução - Suspensão condicional - Conceito - IV-74
- Execução provisória - II-62; II-63
- Fase de execução - VI-39
- Fim retributivo - II-43
- Finalidade - VI-8; VI-24; VI-55; VI-83
- Finalidade objetiva - VI-27
- Fixação - V-19; V-35; VI-73; VI-80
- Fixação - Motivação - Ausência - V-35
- Fixação - Nulidade - V-35
- Fixação - Sistema trifásico - V-35
- Fixação - Sistema trifásico - Nulidade - V-35
- Flexibilidade - VI-80
- Força impositiva - VI-55
- Função pública - Suspensão - II-73
- Graduação - V-12
- História - VI-55
- História no Brasil - VI-3
- Histórico - VI-3
- Humanidade - Princípio - V-62
- Humanização - VI-38
- Humanização - Princípio - V-45



- Impossibilidade da cumulação da pena com outra sanção da mesma natureza - VI-51
- *in abstracto* - Prescrição - V-23; V-25; V-27; V-28; V-29
- *in concreto* - V-28; V-31
- *in concreto* - Prescrição - V-28; V-31
- *in concreto* - Pressuposto - V-31
- *in concreto* - Prescrição - História - V-31
- indeterminada - VI-27
- Individualização - I-8; II-77; II-81; IV-68; V-47; VI-55; VI-63; VI-64; VI-73; VI-75; VI-76; VI-77; VI-80; VI-81; VI-83
- Individualização - Conceito - II-81; VI-55; VI-77
- Individualização - Espécie - VI-77
- Individualização - Finalidade - II-81
- Individualização - Plano executório - II-81
- Individualização - Plano judicial - II-81
- Individualização - Plano legislativo - II-81
- Individualização - Princípio - V-25; VI-66
- Individualização - Sistema trifásico - V-47
- Individualização administrativa - VI-66
- Individualização executiva - VI-83
- Individualização judicial - VI-77
- Individualização judiciária - VI-66
- Individualização legal - VI-66
- Individualização legislativa - VI-77
- Infalibilidade - I-51
- Internação provisória - II-73
- Internamento administrativo - II-68
- Internamento administrativo - Objetivo - II-68
- Isenção - V-6; V-7; V-17
- Isenção - História - V-17
- Isenção - Natureza jurídica - V-17
- Justa medida - VI-8
- Legitimidade - VI-8
- Limite - V-3; VI-55
- Limites em abstrato - VI-27
- longa - VI-15
- Medida - I-46; VI-8
- Medida de segurança - II-68; II-69; V-16
- Medida de segurança - Aplicabilidade - II-68
- Medida de segurança - Provisoriabilidade - II-69
- Medida provisória - II-71
- Natureza jurídica - VI-83
- Objeto - VI-55
- pecuniária - Revogação - VI-30
- Personalidade - Princípio - V-25; VI-78
- Pressuposto - V-35
- Princípio da pena justa - VI-51
- Prisão - VI-62
- Prisão - Excepcionalidade - VI-62
- Prisão - Limite constitucional - VI-62
- privativa de liberdade - II-71; II-85; II-86; VI-17; VI-32; VI-69; VI-75; VI-81;
- privativa de liberdade - Conceito - VI-69
- privativa de liberdade - Detenção - VI-69; VI-75
- privativa de liberdade - Detenção - Regime - VI-69; VI-75
- privativa de liberdade - Detenção - Regime aberto - VI-69; VI-75
- privativa de liberdade - Detenção - Regime fechado - Exceção - VI-69; VI-75
- privativa de liberdade - Detenção - Regime semiaberto - VI-69; VI-75
- privativa de liberdade - Execução - VI-69; VI-75; VI-81
- privativa de liberdade - Extinção - V-49
- privativa de liberdade - Finalidade - VI-81
- privativa de liberdade - Individualização - VI-77

- privativa de liberdade - Individualização - Forma - VI-77
- privativa de liberdade - Ineficácia - VI-51
- privativa de liberdade - Reclusão - VI-69; VI-75
- privativa de liberdade - Reclusão - Regime - VI-69; VI-75
- privativa de liberdade - Reclusão - Regime aberto - VI-69; VI-75
- privativa de liberdade - Reclusão - Regime fechado - VI-69; VI-75
- privativa de liberdade - Reclusão - Regime semiaberto - VI-69; VI-75
- privativa de liberdade - Regime inicial de cumprimento - VI-50
- privativa de liberdade - Regimes de execução - VI-35
- privativa de liberdade - Substituição - Trabalho - VI-72
- Programa - *Themis* - VI-83
- Qualificadora - IV-11; IV-43
- Quantidade - VI-38
- Quantificação - V-12; V-19; VI-28
- Quantificação - Parâmetro - V-12
- Racionalidade - VI-8
- Reclusão - VI-69; VI-75; VI-81
- Redenção - Trabalho - VI-52
- Reeducação do delinquente - VI-46
- Reflexo - VI-55
- Regime - Progressão - VI-69; VI-81
- Regime - Progressão - Conceito - VI-69
- Regime - Progressão - Etimologia - VI-69
- Regime - Progressão - Pressuposto - VI-69
- Regime - Progressão - Requisito - VI-69
- Regime de cumprimento - VI-48
- Regime fechado - VI-48
- Regime progressivo - VI-20
- Remição - Direito - VI-72
- Remição - Direito - Beneficiário - VI-72
- Remição - Direito - Conceito - VI-72
- Remição - Direito - Objetivo - VI-72
- Remição - Direito - Preso - Condenação sem trânsito em julgado - VI-72
- Remição - Direito - Preso - Medida de segurança - VI-72
- Remição - Direito - Preso provisório - VI-72
- Remição - Direito - Requisito - VI-72
- Remição - Direito - Trabalho artesanal - VI-72
- Remissão pelo trabalho - VI-69
- Ressocialização - VI-6
- restritiva de direitos - Fim de semana - Limitação - VI-75
- restritiva de direitos - Interdição temporária - VI-75
- restritiva de direitos - Limitação de fim de semana - VI-45
- restritiva de direitos - Modalidade - VI-75
- restritiva de direitos - Prestação de serviços à comunidade - VI-45; VI-75
- restritiva de direitos - VI-75; VI-80
- restritiva de liberdade - VI-80
- Retribucionistas - VI-6
- Sentido retributivo - VI-24
- Sofrimento - VI-6
- Substituição - I-11
- Suspensão condicional - IV-60; IV-90; V-3; V-73; V-74; VI-71; VI-74
- Suspensão condicional - Condição - VI-71
- Suspensão condicional - Direito comparado - VI-71
- Suspensão condicional - Doutrina - VI-71
- Suspensão condicional - História - VI-71
- Suspensão condicional - Jurisprudência - VI-71
- Suspensão condicional - Pressuposto - VI-71
- Suspensão condicional - Requisito - VI-71



- Suspensão condicional - Revogação - VI-71
- Suspensão condicional - Revogação - Conceito - VI-71
- Teoria - V-12; VI-46
- Título executório - II-87
- Trabalho forçado - Banimento - Princípio - V-45
- Transação penal - IV-49; IV-87; V-58
- Unificação - Competência - I-71
- Unificação - I-71; VI-73; VI-76
- Unificação - Princípios - I-71
- Utilitaristas - VI-6

**PENA ACESSÓRIA DE SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS PERANTE O *SURSIS* (A) - Basileu Garcia - VI-19**

**PENA COMO ASSUNTO PENITENCIÁRIO (A) - Amaro Alves de Almeida Filho - VI-6**

**PENA DE MORTE (A) - Sílvio Dobrowolski - VI-79**

**PENA DE MULTA - Otto Cyrillo Lehmann - VI-59**

**PENA DE MULTA: CORREÇÃO MONE-TÁRIA - Wilson Zauhy Filho - VI-84**

**PENA E RESPECTIVOS LIMITES (A) - Mílton Luiz Pereira - VI-55**

**PENA E SUA APLICAÇÃO (A) - Fábio Bittencourt da Rosa - VI-28**

**PENAL**

- Anistia - V-6; V-7
- Custódia preventiva - II-77
- Despenalização - IV-49; IV-61; IV-68; IV-70
- Despenalização - Medida - IV-68
- Direito - Coisa - Conceito - III-42
- Direito - Erro - IV-22
- Direito - Erro de proibição - IV-22
- Direito - Erro de tipo - IV-22
- Direito - Erro - Discriminante putativa - IV-22
- Direito - Erro - Discriminante putativa - Conceito - IV-22

- Direito - Escalada - Conceito - III-42
- Direito - Norma - III-39
- Direito - Norma - Classificação - III-39
- Direito - Norma - Classificação - Instrumental - III-39
- Direito - Norma - Classificação - Material - III-39
- Direito - Prescrição - IV-30
- Direito - Prescrição - Fixação - Dispensabilidade - IV-30
- Direito - Prescrição - Suspensão - V-26
- Direito - Prescrição - Suspensão - IV-30
- Direito - Prescrição - Suspensão - Natureza jurídica - IV-30
- Direito - Prescrição - Suspensão - Natureza jurídica - Jurisprudência - IV-30
- Direito - Prescrição - V-26
- Direito - Reforma - IV-22; V-3
- Direito - Súmula - V-3
- Direito - Súmula vinculante - V-95
- Garantismo - III-24
- Garantismo - Decálogo - III-24
- Graça - V-6; V-7
- Indulto - V-6; V-7
- Perdão judicial - V-7
- Perdão judicial - Conceito - V-6; V-7; V-17
- Perdão judicial - Direito comparado - V-6; V-7; V-17
- Perdão judicial - Efeitos - V-7
- Perdão judicial - História - V-17
- Perdão judicial - Natureza jurídica - V-17
- Perdão judicial - Pressuposto - V-6; V-7; V-17
- Perdão judicial - Requisito - V-6; V-7; V-17
- Perdão judicial - V-6; V-17
- Perdão judicial - Sentença - Natureza jurídica - V-7
- Punição capital - VI-79
- Responsabilidade coletiva - VI-55
- Tipicidade - V-37

**PENALIDADE PROCESSUAL - II-94**



## PENALOGIA - I-61; VI-65; VI-79

## PENAS

- privativas de liberdade - VI-3
- privativas de liberdade - Brasil - VI-3
- privativas de liberdade - Cumprimento - VI-3
- privativas de liberdade - Generalidades - VI-29
- privativas de liberdade - Redução - VI-25
- privativas de liberdade - Unificação - VI-27
- restritivas de direitos - Aplicação - VI-41
- restritivas de direitos - Modalidades - VI-41
- restritivas de direitos - Modificações - VI-41

## PENAS E SUA APLICAÇÃO (Das) - Evardo da Cunha Luna - VI-27

## PENAS NA FASE DE SUA EXECUÇÃO (Das) - José Ribamar Freitas - VI-39

## PENAS PRIVATIVAS DA LIBERDADE E SUA EXECUÇÃO (As) - Valentim Alves da Silva - VI-81

## PENITENCIÁRIA

- Administração - VI-49
- Administração democrática - VI-49
- Controle da criminalidade - VI-49
- federal - VI-4
- Marxismo - VI-49
- Organização administrativa - VI-29

## PENITENCIARISMO

- brasileiro - VI-35
- Críticas - VI-35
- Origem - VI-35
- Sistema Auburniano - VI-35
- Sistema Pensilvaniano - VI-35
- Sistema Progressivo ou Irlandês - VI-35
- Teoria utilitarista - Fracasso - VI-35

## PENITENCIARISMO BRASILEIRO, SOMBRA SINISTRA DA SOCIEDADE DESAJUSTADA EM QUE VIVEMOS - João José Leal - VI-35

## PERANTE O JURY - João Silveira - IV-25

## PERDÃO - I-56; VI-16

- Competência - VI-16
- Conceito - VI-16
- Efeitos - VI-16
- judicial - I-70; VI-17
- Legislação - VI-16

## PERDÃO E COMMUTAÇÃO DE PENAS CRIMINAES - Baptista de Mello - VI-16

## PERDÃO JUDICIAL (O) - Arthur Cogan - V-6

## PERDÃO JUDICIAL E SEUS EFEITOS - Celso Delmanto - V-7

## PERÍCIA - III-71

- Conceito - III-56; III-63; III-71
- criminal - III-42; III-71
- criminal - Aspecto jurídico - III-42
- criminal - Aspecto técnico - III-42
- criminal - Conceito - III-42
- criminal - Modalidade - III-42
- criminal - Objeto - III-71
- criminal - Qualidade - III-21
- de apreensão - III-42
- de busca - III-42
- de incêndio - III-42
- de incêndio - Conceito - III-42
- de incêndio - Triângulo de fogo - III-42
- *deducendi* - III-47
- Documentoscópica - III-42
- Instrumento de crime - III-42
- laboratorial - III-42
- laboratorial - Modalidade - III-42
- laboratorial - Modalidade - Arma - III-42
- laboratorial - Modalidade - Balística - III-42
- laboratorial - Modalidade - Bioquímica - III-42
- laboratorial - Modalidade - Espectrografia - de som - III-42
- laboratorial - Modalidade - Física - III-42
- laboratorial - Modalidade - Fotografia - III-42

- laboratorial - Modalidade - Instru-  
mento de crime - III-42
- laboratorial - Modalidade - Quími-  
ca - III-42
- Local do crime - III-42
- médica - III-46
- médica - Conceito - III-46
- médica - Finalidade - III-46
- Objetivo - III-37
- oficial - III-37
- oficial - Natureza processual - III-37
- Pedido - II-30
- *percipiendi* - III-47
- Perinecrosópica - III-42
- Perinecrosópica - Característica -  
III-42
- Perinecrosópica - Etimologia - III-  
42
- técnica - III-42

PERÍCIA E PERITO CRIMINAL - Rogé-  
rio Lauria Tucci - III-71

PERÍCIAS CRIMINALÍSTICAS PRE-  
VISTAS NO CÓDIGO DE PROCESSO  
PENAL - José Lopes Zarzuela - III-42

PERICULOSIDADE - VI-14; VI-27

- Estado - VI-83
- Juízo - Função - VI-24
- Livramento condicional - VI-14
- mínima - VI-24
- presumida - VI-1; VI-83
- Presunção - Princípio - V-79

PERICULUM

- *in mora* - II-62 II-71; II-72; II-74; II-  
75; II-84; III-2; III-9; III-56; III-78;  
V-45; V-79; V-82
- *in mora* - Princípio - V-62
- *libertatis* - II-74; II-77
- *libertatis* - Princípio - V-62

PERIGO

- abstrato - I-63
- concreto - I-63

PERITO

- Conceito - III-71
- criminal - III-37
- criminal - Atuação - III-71
- criminal - Atuação - Forma - III-71

- criminal - Característica - III-71
- criminal - Conceito - III-71
- criminal - Função - Autonomia -  
III-71
- criminal - Função - III-37; III-71
- criminal - Função - Natureza jurí-  
dica - III-71
- criminal - Insubordinação - III-71
- criminal - Regulamentação legal -  
III-71
- Especialização - III-71
- Etimologia - III-71
- não oficial - III-71
- oficial - III-71
- penal - III-71
- penal - Indispensabilidade - III-71

PERSECUÇÃO PENAL - I-6; II-5; II-21;  
II-86; V-15

- Direito subjetivo do Estado - V-15
- Fases - II-17
- Legitimidade - V-15
- Prescrição - V-23; V-25; V-27; V-28;  
V-29

PERSECUTIO CRIMINIS - I-14; I-26;  
II-19

- *in judicio* - II-22
- Princípio - I-72

PERSONALIDADE

- Direito - III-65
- moral - Princípio - III-52

PERSUASÃO RACIONAL

- Princípio - III-51; III-77; III-78

PERTURBAÇÃO DA ORDEM E SEGU-  
RANÇA PÚBLICA

- Manutenção - I-59
- Restabelecimento - I-59

PETIÇÃO

- Indeferimento - IV-2

PLEA

- *bargaining* - I-18
- *of guilty* - I-18

PODEM OS PRESOS ASSOCIAR-SE?

- Pedro Armando Egydio de Carvalho  
- VI-61



**PODER**

- disciplinar - Competência - Autoridade Administrativa - VI-47
- do povo - II-84
- estatal - II-84
- estatal uno - II-42
- geral de cautela do juiz - II-4
- instrutório - II-41
- Judiciário - Decisões - Fundamentação - II-40
- Judiciário - Desvirtuamento - I-14
- Judiciário - Fiscalização - II-52
- Judiciário - Funções - I-14
- Judiciário - Prejuízo financeiro - II-44
- jurisdicional - II-88
- jurisdicional - Conceito - II-88
- Legislativo - União - Competência exclusiva - IV-63
- normativo - Tribunais - I-72
- normativo - Tribunais - Extensão a outros órgãos - I-72

**PODERES**

- Independência - II-39
- Interferência funcional - II-33

**POLÍCIA**

- administrativa - I-42
- científica - III-71
- de segurança - I-42
- Depoimento - III-77
- Depoimento - Valoração - III-77
- Desmilitarização - I-31
- Direção - I-31
- Finalidade - III-37
- Função - IV-52; VI-60
- Inquérito - I-31
- Interrogatório - Modificação - III-43
- judiciária - II-6; II-19; II-20; II-22; III-24
- judiciária - Crime - Investigação - III-7
- judiciária - Função - II-10; III-37
- judiciária - Funcionamento - Fatores - Apoliticidade - I-42
- judiciária - Funcionamento - Fatores - Controle - I-42

- judiciária - Funcionamento - Fatores - Localização - I-42
- judiciária - Funcionamento - Fatores - Organização civilista - I-42
- judiciária - Funcionamento - Fatores - Poderes - I-42
- judiciária - Funcionamento - Fatores - Treinamento - I-42
- judiciária - Indiciamento - II-31
- judiciária - Inquérito policial - II-54
- judiciária - Investigação criminal - Formas - II-13
- judiciária - Investigação criminal - Sigilo - II-13
- militar - I-78
- Organização - III-37
- Papel - II-7
- Representação - III-72
- Representação - Especificidade - III-72
- técnica - III-71
- Tortura - III-46
- Violência - Conceito - III-46
- Violência exacerbada - I-47

**POLICIAL JUDICIAL: UNA PERSPECTIVA LATINOAMERICANA** - José María Tijerino Pacheco - I-42

**POLÍTICA CRIMINAL** - VI-9; VI-15

- Ilícito - Prevenção - I-51
- Ilícito - Repressão - I-51
- *Plea bargaining* - Formas - I-51
- Progresso - VI-9

**POPULAÇÃO PRISIONAL**

- Redução - VI-9

**PORTARIA**

- judicial - I-6; IV-62
- policial - I-6

**PORTARIA JUDICIAL NA INSTAURAÇÃO DE PROCESSO SUMÁRIO** - Gil de Almeida - IV-62

**POSICIONAMENTO DO JUIZ, DO ACUSADOR E DO DEFENSOR NO PROCESSO PENAL (O)** - Laércio Pellegriño - II-54

**PRAZO**



- decadencial - I-68
- judicial - Contagem - I-32
- prescricional - I-68; II-92; VI-25
- prescricional - Suspensão - II-92
- Prisão cautelar - VI-34

#### PRAZO PARA A LAVRATURA DO AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE - Marcos Cosme Porto - II-79

#### PRECLUSÃO - II-94

- Alcance - II-94
- Ato processual - II-94
- Conceito - II-94
- Consequências - II-94
- consumativa - II-28; II-94
- Decisão - Reexame - II-94
- Dimensão subjetiva - II-94
- Doutrina - II-94
- Enfoque jurisprudencial - II-94
- Espécies - II-94
- Espécies - *Pro judicato* - II-94
- Espécies - Temporal - II-94
- Finalidade - II-94
- Fundamentos - II-94
- lógica - II-94; III-72
- Natureza jurídica - II-94
- *pro iudicato* - III-72
- Sanção - processual - II-94

#### PREJUDICIALIDADE

- Fenômeno - V-1
- penal - I-61
- Tese - IV-65; IV-78
- Tese - Base - IV-65; IV-78
- Tese - Perspectiva - IV-65; IV-78
- penal - obrigatória - I-61

#### PREJUIZO À DEFESA - I-60

#### PRERROGATIVA DE FUNÇÃO - I-74

#### PRESCRIÇÃO - I-68; II-55

- causas interruptivas - I-68
- Conceito - II-55
- Direito de punir - V-23; V-25; V-27; V-28; V-29
- Interrupção - II-55
- Pena aplicada - V-22
- Pena imposta - V-22
- penal - I-71; IV-12; V-26

- penal - Causa interruptiva - V-30
- penal - Causa suspensiva - V-30
- penal - Conceito - V-28
- penal - Declaração de ofício - V-23; V-25
- penal - Espécie - V-28
- penal - Fundamento - V-28
- penal - História - V-28
- penal - Prova - Prejuízo - V-28
- penal - Suspensão - Prazo ilimitado - V-30
- penal - Suspensão - V-30
- penal - Tempo - Decurso - V-28
- penal - Termo inicial - V-22
- penal intercorrente - V-25
- penal retroativa - V-22; V-23; V-25; V-27; V-28; V-29; V-31
- penal retroativa - Efeito - V-28
- penal retroativa - Supressão de parcela - V-25
- penal retroativa - Supressão de parcela - Inconstitucionalidade - V-25
- penal superveniente - V-25; V-27; V-28
- Prazo - Fim - I-68
- Prazo - Início - I-68
- Pretensão executória - V-3
- Pretensão punitiva propriamente dita - V-3
- Pretensão punitiva retroativa - V-3
- Pretensão punitiva retroativa - Decretação - Momento - V-3
- Pretensão punitiva retroativa - Efeitos - V-3
- Pretensão punitiva superveniente - V-3
- retroativa - V-2
- retroativa - Pretensão punitiva - V-2
- retroativa - Sentença absolutória - V-2
- Suspensão - II-92
- Suspensão - Efeito retroativo - II-92

#### PRESCRIÇÃO E SENTENÇA ABSOLUTÓRIA - Adauto Suannes - V-2

#### PRESCRIÇÃO RETROATIVA E A INUTILIDADE DO PROVIMENTO JURISDI-

CIONAL (A) - Luiz Sergio Fernandes de Souza - V-29

**PRESCRIÇÃO CRIMINAL** - Pedro Camarinha - V-32

**PRESENÇA DO ADVOGADO**

- Garantia constitucional - II-38

**PRESERVAÇÃO**

- da ordem pública - II-13
- do sigilo das diligências - III-2

**PRESERVAÇÃO DA LIBERDADE NO ANTEPROJETO DE CÓDIGO DO PROCESSO PENAL** - Basileu Garcia - II-69

**PRESO**

- Assistência - VI-45; VI-63
- Assistência - Educação - VI-63
- Assistência - Finalidade - VI-63
- Assistência - Modalidade - VI-63
- Assistência - Objeto - VI-63
- Assistência - Prática - VI-63
- Assistência - Religião - VI-63
- Assistência - Saúde - VI-63
- Assistência jurídica - VI-63
- Assistência material - VI-63
- Assistência social - VI-63
- Associação - Direito - VI-61
- Associação - Direito - Fins lícitos - VI-61
- Autorização de saída - Direito - VI-69
- Benefício processual - VI-59
- brasileiro - VI-26
- Classificação - VI-45
- Comunicação - Censura - VI-47
- Deslocamento - III-68
- Deveres - VI-45
- Dignidade - Direito - VI-62
- Direito - III-66; IV-8; VI-9; VI-45; VI-55; VI-59; VI-61; VI-62; VI-63; VI-74
- Direito - Execução penal - VI-54
- Direito - Violação - VI-54
- Direito a associação - VI-49
- Direito à saúde - VI-9
- Direito ao trabalho - VI-9

- Direito subjetivo - VI-69
- Estatuto - VI-9
- estrangeiro - VI-26
- Família - Auxílio financeiro - VI-55
- Família - Direito - VI-55
- Garantias constitucionais - VI-54
- Incomunicabilidade - II-21; II-64
- Informação - Direito - III-59; III-67
- Infração disciplinar - VI-47
- Infração disciplinar - Ampla defesa - VI-47
- Isolamento - VI-61
- Isolamento celular - VI-61
- Isolamento noturno - VI-61
- Menor - Defensor - Direito - III-43
- Readaptação social - VI-63; VI-66; VI-72; VI-80
- Recuperação social - VI-63; VI-66; VI-72; VI-80
- Regeneração social - VI-63; VI-66; VI-72; VI-80
- Relacionamento sexual - VI-47
- Trabalho - VI-45
- Visita - Direito - VI-69
- Visita íntima - Direito - VI-69

**PRESUNÇÃO**

- de inocência - I-8; II-37
- de inocência - Princípio - I-15; I-22
- de inocência - Princípio - Âmbito do Direito Penal - I-15
- DE INOCÊNCIA - PRINCÍPIO - NATUREZA JURÍDICA - I-15
- de inocência - Princípio - Processo de constitucionalização - I-15
- DE INOCÊNCIA - PRINCÍPIO - REGRA DE GARANTIA - I-15
- DE INOCÊNCIA - PRINCÍPIO - REGRA DE TRATAMENTO - I-15
- de inocência - Princípio - Regra probatória - I-15
- DE NÃO CULPABILIDADE - I-15
- de não culpabilidade - Princípio - I-15
- de veracidade - III-77
- *iuris tantum* - I-15
- *iuris et jure* - I-9

**PRESUNÇÃO DE CULPA, PENA ANTECIPADA E PARADIGMA DA ILEGALIDADE** - Guilherme de Souza Nucci - I-8

**PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA** - Guilherme Madeira Dezem - V-62

**PRETENSÃO PUNITIVA** - I-14; III-8  
 - do Estado - Prescrição - V-23; V-25; V-27; V-28  
 - Prescrição - II-92; V-28; V-29  
 - Prescrição - Efeito - V-28; V-29

**PREVENÇÃO CRIMINAL** - I-35

**PREVENÇÃO E REPRESSÃO CRIMINAL** - Demosthenes Madureira de Pinho - I-35

**PRÉVIO ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA E AÇÃO PENAL NOS CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA** - Hugo de Brito Machado - IV-65

**PRÉVIO EXAURIMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA NOS CRIMES TRIBUTÁRIOS OU PREVIDENCIÁRIOS (O)** - Luiz Flávio Gomes - IV-78

**PRIMEIRAS REFLEXÕES À LEI 12.403/2011** - Eduardo Reale Ferrari - II-73

**PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES DO PROCESSO PENAL BRASILEIRO E ELABORAÇÃO LEGISLATIVA DE NOVO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL** - Maria Elizabeth Queijo - II-20

**PRINCÍPIO**

- acusatório - I-26; II-41
- constitucional - I-1
- constitucional da dignidade da pessoa humana - III-7
- da ampla defesa - I-1; I-4; I-5; I-13; I-16; II-5; II-22; II-26; II-34; II-51; III-5
- da atualidade do estado perigoso - VI-53
- da certeza absoluta para a condenação - II-40
- da consunção - II-40

- da dignidade da pessoa humana - I-8; I-33; I-34; II-38; III-6; III-10; VI-42
- da divisão dos poderes - II-33
- da especialidade - II-40
- da especialização científica - I-40
- da estrita legalidade - II-3
- da garantia da paz social - III-18
- da hierarquia - II-50
- da identidade física do juiz - I-37
- da igualdade - III-10
- da igualdade das partes - VI-33
- da igualdade processual - III-18
- da imediação - I-22
- da imediata incidência das regras jurídico-constitucionais - II-22
- da imparcialidade do juiz - I-2
- da impossibilidade de condenação - II-40
- da inafastabilidade do controle jurisdicional - I-16
- da inconfundibilidade da ignorância - II-40
- da independência dos Poderes - III-18
- da indisponibilidade da ação penal - I-10
- da individualização da pena - I-40; VI-15; VI-21
- da indivisibilidade - II-50
- da indivisibilidade da ação penal - I-54
- da indivisibilidade de ação penal pública - I-60
- da insignificância - II-40
- da isonomia processual - Quebra - II-43
- da legalidade - I-8; I-13; I-66; III-10; VI-33; VI-34; VI-42
- da legalidade e execução - VI-25
- da *lex posterior derogat priori* - I-15
- da livre apreciação da prova - I-37; I-40
- da livre apreciação da prova - Restrições - I-36
- da motivação das decisões - I-1
- da obrigatoriedade - I-54



- da obrigatoriedade da ação penal pública - I-2; I-39; II-2; II-3; II-30
  - da oficialidade - Violação - II-43
  - da oportunidade da ação penal privada - I-54
  - da oralidade - I-37
  - da presunção de inocência - Desvirtuamento - I-8
  - da presunção de inocência - Origem - I-15
  - da presunção de inocência - Redação constitucional - I-15
  - da prevalência do interesse do réu - I-8
  - da proporcionalidade - I-8; III-2; III-19; VI-8
  - da razoabilidade - I-8
  - da retaliação - II-33
  - da separação de poderes - I-14
  - da subsidiariedade - II-40
  - da taxatividade - II-17
  - da unidade - II-50
  - da verdade processual - III-16
  - da verdade real - III-18
  - da vinculação temática - II-37
  - das causas supraleais de exclusão da antijuridicidade - II-40
  - de oportunidade - III-3
  - de proporcionalidade - III-12
  - do contraditório - I-2; I-4; I-13; I-16; I-26; I-37; II-5; II-17; II-21; II-22; II-26; II-34; II-43; II-47; III-3; III-5; III-6; III-19
  - do controle - II-33
  - do devido processo legal - I-5; I-8; I-13; I-15; I-38; II-19; II-22; II-27
  - do duplo grau de jurisdição - I-1
  - do juiz legal - I-37
  - do juiz natural - I-13; II-42; II-51; III-19
  - do livre convencimento - II-52
  - do livre convencimento - Definições - I-9
  - do *male captus, bene retentus* - Repulsa - I-28
  - do *ne eat iudex ultra petita partium* - I-14
  - do *ne procedat iudex ex officio* - I-2; I-14; I-26; II-33
  - do *nullum crimen sine iniuria* - I-15
  - do *nulum crimen, nulla poena sine lege* - VI-6
  - do promotor natural - II-15; II-42; II-50; II-51
  - *in dubio pro reo* - II-41; III-8
  - institucional da indivisibilidade - II-44
  - institucional da unidade - II-44
  - participativo - I-27
- PRINCÍPIO DA INDIVISIBILIDADE DE AÇÃO PENAL PÚBLICA (O)** - Fernando da Costa Tourinho Filho - I-60
- PRINCÍPIO DA INDIVISIBILIDADE E A AÇÃO PENAL PÚBLICA CONDICIONADA (O)** - Afrânio Silva Jardim - I-54
- PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE COMO FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL DAS MEDIDAS SUBSTITUTIVAS DA PRISÃO CAUTELAR (O)** - José Laurindo de Souza Netto - II-77
- PRINCÍPIO DO *IN DUBIO PRO REO* NOS RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO (O)** - Alberto Zacharias Toron - V-47
- PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL E SUAS IMPLICAÇÕES NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO (O)** - Vladimir Stasiak - II-60
- PRINCÍPIO DO PROMOTOR NATURAL (O)** - Jaques de Camargo Penteado - II-51
- PRINCÍPIO E REGRAS DA EXECUÇÃO DE SENTENÇA PENAL** - Rogério Lauria Tucci - VI-70
- PRINCÍPIOS DO PROCESSO PENAL** - René Ariel Dotti - I-22
- PRISÃO - VI-2; VI-44**
- aberta - VI-29
  - abusiva - II-71
  - Acessoriedade - VI-2
  - administrativa - II-62; II-68; II-78; VI-57

- administrativa - Modalidade - II-68
- albergue - VI-56; VI-66; VI-75; VI-83
- albergue - Ampliação negativa - VI-57
- albergue - Cabimento - VI-75; VI-83
- albergue - Casos de proibição - VI-38
- albergue - Conceito - VI-57; VI-83
- albergue - Conceito atual - VI-83
- albergue - Conceito tradicional - VI-83
- albergue - Direito - Revogação - VI-83
- albergue - Direito comparado - VI-83
- albergue - Distinção da lei - VI-57
- albergue - Exame criminológico - VI-75
- albergue - Experiência no Paraná - VI-56
- albergue - Finalidade - VI-57
- albergue - *Habeas corpus* - VI-83
- albergue - História - VI-83
- albergue - Interpretação extensiva - VI-56
- albergue - Modalidade - VI-83
- albergue - Natureza jurídica - VI-83
- albergue - Normas de conduta - VI-38
- albergue - Paraná - VI-83
- albergue - Paraná - Regime - VI-83
- albergue - Pressupostos - VI-56; VI-75
- albergue - Procedimento do pedido - Competência - VI-38
- albergue - Recurso - VI-38; VI-83
- albergue - Regime aberto - VI-75; VI-83
- albergue - Requisito - VI-75; VI-83
- albergue - Requisito objetivo - VI-83
- albergue - Requisito subjetivo - VI-83
- albergue - Revogação - VI-38
- albergue - Suspensão - VI-38
- Auto - Nulidade - II-86
- cautelar - II-63; II-64; II-71; II-72; II-73; II-75; II-77; II-78; II-79; II-83; II-85; IV-33; V-76; V-79; VI-2
- cautelar - Alteração legislativa - II-73
- cautelar - Alternativa - II-77
- cautelar - Banalização - I-8
- cautelar - Conceito - II-64; II-73; II-78
- cautelar - Decretação - IV-33
- cautelar - Duração razoável - I-8
- cautelar - Espécie - II-71
- cautelar - Ilegalidade - V-76; V-79
- cautelar - Inconstitucionalidade - V-76; V-79
- cautelar - Juizado Especial Criminal - II-77
- cautelar - Jurisprudência - II-63
- cautelar - Legalidade - II-64
- cautelar - Medida alternativa - II-73
- cautelar - Medida substitutiva - II-77
- cautelar - Medida substitutiva - Circunstância - II-77
- cautelar - Medida substitutiva - Conceito - II-77
- cautelar - Medida substitutiva - Direito comparado - II-77
- cautelar - Necessidade - Critério - II-71
- cautelar - Pressuposto - II-75
- cautelar - Princípios - II-71
- cautelar administrativa - II-64
- cautelar preventiva - Vulgarização - I-8
- cautelar processual - II-79
- cautelar temporária - I-8
- Cautelaridade - VI-2
- Cella especial - II-83
- civil - II-68; II-78; VI-18
- civil - Conceito - II-68
- civil - Cumprimento do mandado - I-32
- civil - Duração - II-68
- civil - Manutenção - II-68
- civil - Prazo - II-68



- civil - Recurso - II-68
- comum - II-83
- Conceito - II-78; II-79; II-80
- Condenação apelada - II-62; II-66; II-74; II-75; II-79; II-85
- Condenação apelável - II-62; II-66; II-74; II-75; II-79; II-85
- de segurança máxima - Revista às visitas - VI-47
- decorrente da pronúncia - VI-34
- decorrente de recurso - I-8
- definitiva - II-85
- disciplinar - II-68; II-78; VI-57
- disciplinar - Conceito - II-68
- disciplinar - Duração - II-68
- disciplinar - Manutenção - II-68
- disciplinar - Prazo - II-68
- disciplinar - Prorrogação - II-68
- do depositário infiel - VI-57
- do inadimplente por obrigação alimentar - VI-57
- domiciliar - I-26; II-73; II-83; VI-17
- domiciliar - Validade - VI-38
- Duração - II-86
- em flagrante - I-6; II-62; II-65; II-68; II-69; II-74; II-75; II-76; II-79; II-80; II-84; II-85; II-86; III-59
- em flagrante - Abusos - I-8
- em flagrante - Auto - II-74; II-76; II-79; II-80; III-74
- em flagrante - Auto - Lavratura - II-68; II-70; II-74; II-76; II-79; II-80
- em flagrante - Auto - Lavratura - Omissão - II-74; II-76; II-79
- em flagrante - Auto - Lavratura - Prazo - II-74; II-79
- em flagrante - Auto - Requisito - II-74; II-79; II-80
- em flagrante - Autoridade - Competência funcional - II-74
- em flagrante - Caracterização - II-84
- em flagrante - Caracterização - Momento - II-84
- em flagrante - Cautelaridade - II-84
- em flagrante - Conceito - II-62; II-74; II-79; II-80; II-84
- em flagrante - Contravenção - II-74
- em flagrante - Direito comparado - II-65
- em flagrante - Duração - II-86
- em flagrante - Espécies - II-84
- em flagrante - Etimologia - II-74
- em flagrante - Formalidade - II-68
- em flagrante - Fundamento - I-8; II-74; II-79
- em flagrante - Hipótese - II-84
- em flagrante - Iniciativa do ofendido - II-70
- em flagrante - Interrogatório - III-59
- em flagrante - Juízo de convalidação - II-65
- em flagrante - Medida substitutiva - II-65
- em flagrante - Modalidade - II-84
- em flagrante - Natureza jurídica - II-62
- em flagrante - Pressuposto - II-74
- em flagrante - Procedimento - II-68; II-74
- em flagrante - Quase-flagrante - II-84
- em flagrante - Relaxamento - II-84
- em flagrante - Requisito - II-74; II-79; II-80; II-84
- em flagrante - Ressalva - II-68
- em flagrante - Silêncio - Direito - III-59
- em flagrante - Silêncio - Direito - Desrespeito - III-59
- em flagrante - Silêncio - Direito - Desrespeito - Consequência - III-59
- em flagrante - Silêncio - Direito - Violação - III-59
- em flagrante - Silêncio - Direito - Violação - Consequência - III-59
- em flagrante - Terminologia - II-84
- em flagrante - Testemunha - II-74
- em flagrante delito - VI-34
- em flagrante esperado - II-84
- em flagrante impróprio - II-74; II-79; II-80; II-84



- em flagrante presumido - II-74; II-79; II-80
- em flagrante próprio - II-74; II-79; II-80; II-84
- em flagrante provocado - II-84
- em flagrante real - II-84
- em recaptura - II-85
- especial - II-83
- especial - Categorias profissionais - II-83
- especial - Conceito - II-83
- especial - Cumprimento - II-83
- especial - História - II-83
- especial - Requisito - II-83
- Estabelecimento prisional de segurança máxima - VI-48
- Estabelecimento prisional de segurança média - VI-48
- Estabelecimento prisional de segurança mínima - VI-48
- *Festnahme auf frischer Tat* - II-86
- *Festnahme auf frischer Tat* - Duração - II-86
- Fiança - II-86
- Gestão democrática - VI-62
- História - II-78
- ilegal - II-70; V-83
- injusta - V-83
- injustificada - V-83
- Instrumentalidade - VI-2
- Investigação - III-24
- Legitimidade - VI-34
- Liberdade condicional - VI-68
- Liberdade condicional - Fiscalização - VI-68
- Liberdade condicional - Requisito - VI-68
- Lugar - VI-62
- Medidas alternativas - VI-54
- Melhoria de condições - VI-6
- Menor infrator - II-85
- Modalidade - II-70; V-62
- não documentada - II-86
- Natureza jurídica - VI-2
- Ordem judicial - II-86
- para averiguações - II-86
- Pena - VI-48
- Pena - Reeducação - VI-48
- Pena - Ressocialização - VI-48
- Pena - Sistema progressivo inglês - VI-48
- Pena - Sistema progressivo irlandês - VI-48
- penal - II-78
- perpétua - Princípio - V-45
- por pronúncia - II-62; II-66; II-74; II-75; II-79; II-85
- por pronúncia - Requisito - II-75
- por pronúncia - Rol de culpados - II-75
- preventiva - II-29; II-61; II-62; II-64; II-66; II-67; II-68; II-72; II-74; II-75; II-76; II-77; II-78; II-79; II-81; II-85; II-86; II-92; IV-88; V-11; V-79; VI-34
- preventiva - Absolvição - II-78
- preventiva - Absolvição - Indenização - II-74; II-78
- preventiva - Admissibilidade - II-78
- preventiva - Alteração legislativa - II-73
- preventiva - Averiguação - II-68
- preventiva - Cabimento - II-69
- preventiva - Conceito - II-61; II-62; II-74; II-78; II-86
- preventiva - Constitucionalidade - II-78
- preventiva - Contravenção - II-68; II-74
- preventiva - Crime culposos - II-74
- preventiva - Decretação - II-75; II-78; II-81; II-86
- preventiva - Decretação - Formalidade - II-78
- preventiva - Decretação - Motivação - II-86
- preventiva - Delito grave - II-86
- preventiva - Direito comparado - II-61; II-78
- preventiva - Finalidade - II-61; II-74
- preventiva - Fundamento - II-61; II-78
- preventiva - Hipótese - II-78; II-86
- preventiva - Impossibilidade - II-61

- preventiva - Inadmissibilidade - II-86
- preventiva - Manutenção - II-81
- preventiva - Medida alternativa - II-73
- preventiva - Medidas substitutivas - II-86
- preventiva - Momento - II-69
- preventiva - Natureza jurídica - II-62
- preventiva - Obrigatoriedade - II-62
- preventiva - Origem - II-61
- preventiva - Prazo - II-86
- preventiva - Pressuposto - II-64; II-78; II-86
- preventiva - Pressuposto - Alemanha - II-86
- preventiva - Pressuposto - Ordem econômica - II-78
- preventiva - Pressuposto formal - II-86
- preventiva - Pressuposto material - II-86
- preventiva - Prorrogação - II-86
- preventiva - Reconsideração - II-86
- preventiva - Redecretação - II-78
- preventiva - Requisito - II-64; II-72; II-76
- preventiva - Revogação - II-78; II-86
- preventiva - *Stricto sensu* - II-69
- preventiva - Suspensão - II-86
- preventiva compulsória - II-67
- preventiva compulsória - Jurisprudência - II-67
- preventiva compulsória - Requisito - II-67
- preventiva facultativa - II-67
- preventiva ilícita - II-78
- preventiva *lato sensu* - II-69
- processual - Legalidade estrita - VI-34
- processual - Limite - II-66
- processual - Limite objetivo - II-66
- processual - Limite subjetivo - II-66
- processual - Limite temporal - II-66
- processual - Modalidades - VI-34
- processual - Necessidade - II-74
- processual - Perspectiva - II-66
- processual - Pressuposto preventivo obrigatória - II-66; II-68; II-81
- preventiva obrigatória - Extinção - II-69
- Privilégio - II-83
- Procedimento - II-86
- processual - II-66; II-68; II-71; II-74; II-75; II-85; IV-33
- processual - Cautelaridade - II-74; VI-34
- processual - Circunstância - II-74
- processual - Conceito - II-66; II-74
- processual - Decretação - II-75
- processual - Denominação - II-66
- processual - Espécie - II-75
- processual - Excepcionalidade - I-26; VI-34
- processual - Função - II-66
- processual - Jurisdicionalidade - II-75; VI-34
- processual - Proporcionalidade - VI-34
- processual - Revogação - II-75
- processual - Terminologia - II-66
- processual penal - II-78; II-85
- provisória - II-37; II-62; II-68; II-69; II-70; II-78; II-83; II-85; II-86; V-72; VI-2
- provisória - Competência funcional - II-68
- provisória - Conceito - II-62; II-68; II-69; II-86
- provisória - Disciplina constitucional - II-86
- provisória - Estatística internacional - II-86
- provisória - Forma - II-86
- provisória - Ilegalidade - V-72
- provisória - Modalidade - II-69
- provisória - Natureza jurídica - II-62
- provisória - Normas gerais - II-68
- provisória - Prática forense - II-68
- provisória - Pressuposto - II-63
- provisória - Regra - II-63



- provisória - Sentença - Pronúncia - II-69
  - quase flagrante - II-74
  - recriadora - VI-12
  - Regime - VI-65; VI-75; VI-77; VI-81
  - Regime - Liberdade provisória - V-79
  - Regime - Progressão - V-72; VI-75; VI-77
  - Regime - Progressão - *Habeas corpus* - V-72
  - Regime - Progressão - Pressuposto - V-72
  - Regime - Progressão - Requisito - V-72
  - Regime - Progressão - Requisito objetivo - V-72
  - Regime - Progressão - Requisito subjetivo - V-72
  - Regime aberto - VI-75; VI-81
  - Regime fechado - VI-75; VI-81
  - Regime inicial - VI-75; VI-77
  - Relaxamento - II-75; II-76
  - Ressocialização - VI-47
  - Segurança - Disciplina - VI-49
  - Sentença penal condenatória - VI-2
  - Sistema celular pensilvânico - VI-48
  - Sistema de Auburn - VI-48
  - Sistema de poder - VI-49
  - Tempo razoável - VI-34
  - temporária - II-71; II-72; II-74; II-75; II-79; II-85; VI-34
  - temporária - Averiguação - II-70
  - temporária - Cabimento - II-70
  - temporária - Conceito - II-70; II-72; II-74
  - temporária - Constitucionalidade - II-70; II-71
  - temporária - Crime hediondo - II-74
  - temporária - Crime hediondo - Duração - II-74
  - temporária - Crime hediondo - Prazo - II-74
  - temporária - Crime hediondo - Prorrogação - II-74
  - temporária - Critério - II-72
  - temporária - Decretação - II-70
  - temporária - Decreto - II-72
  - temporária - Definição - II-85
  - temporária - Direito comparado - II-70; II-85
  - temporária - Direito comparado - Colômbia - II-85
  - temporária - Direito comparado - Espanha - II-85
  - temporária - Direito comparado - França - II-85
  - temporária - Direito comparado - Itália - II-85
  - temporária - Doutrina - II-72
  - temporária - Duração - II-74
  - temporária - Finalidade - II-72
  - temporária - Formalidade - II-85
  - temporária - História - II-70
  - temporária - Inconstitucionalidade - II-72
  - temporária - Investigação - II-70
  - temporária - Jurisprudência - II-72
  - temporária - Legalidade - II-85
  - temporária - Origem - II-70
  - temporária - Prazo - II-72; II-74
  - temporária - Pressuposto - II-74
  - temporária - Prorrogação - II-74
  - temporária - Representação - Autoridade policial - II-74
  - temporária - Requerimento - Ministério Público - II-74
  - temporária - Requisito - II-70; II-74
  - temporária - Terminologia - II-85
  - temporária administrativa - II-85
  - temporária civil - II-85
  - temporária penal - II-85
  - temporária processual - II-85
  - Totalitarismo - VI-49
  - *Untersuchungshaft* - II-86
  - Visita íntima - VI-49
- PRISÃO CAUTELAR NA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL (A) - Antônio Evaristo de Moraes Filho - II-64
- PRISÃO E DA LIBERDADE PROVISÓRIA (Da) - Fernando Tourinho Filho - II-74



PRISÃO EM DECORRÊNCIA DE SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA (A)  
- Afrânio Silva Jardim - VI-2

PRISÃO ESPECIAL, SALA DE ESTADO-MAIOR E PRISÃO DOMICILIAR EM FACE DA LEI 10.258/2001 - Roberto Delmanto Junior - II-83

PRISÃO NO CURSO DO PROCESSO EM FACE DA NOVA CONSTITUIÇÃO (A)  
- Afrânio Silva Jardim - II-63

PRISÃO PREVENTIVA - Aderson Perdigão Nogueira - II-61

PRISÃO PREVENTIVA - Noé Azevedo - II-81

PRISÃO PREVENTIVA: UM MAL NECESSÁRIO - Karina Melissa Cabral - II-78

PRISÃO PROCESSUAL - Hugo Nigro Mazzilli - II-75

PRISÃO PROVISÓRIA - Sidnei Agostinho Beneti - II-86

PRISÃO TEMPORÁRIA - Dyrceu Aguiar Dias Cintra Junior - II-72

PRISÃO TEMPORÁRIA (LEI 7.960, DE 21.12.89) - Diaulas Costa Ribeiro - II-70

PRISÃO TEMPORÁRIA E CRISE URBANA - Sérgio Marcos de Moraes Pitombo - II-85

PRISÃO-ALBERGUE NO ESTADO DO PARANÁ - Wagner Brüssolo Pacheco - VI-83

PRISIONALIZAÇÃO - VI-65

PRISÕES CAUTELARES - Dyrceu Aguiar Dias Cintra Júnior - II-71

PRIVACIDADE

- Direito - III-75
- Violação - III-35

PROBLEMA DA VÍTIMA (O) - René Ariel Dotti - I-46

PROBLEMAS ACTUAIS DO *HABEAS CORPUS* EM PORTUGAL - Pedro Correia Gonçalves - V-83

PROBLEMAS DO INTERROGATÓRIO DO ACUSADO NO PROCESSO PENAL - Ápio Cláudio de Lima Antunes - III-16

PROCEDIMENTO

- Conceito - IV-23; IV-63
- de investigação - Irregularidades - II-30
- fiscal - Indício - Ilegalidade - IV-81
- incidental - Caracterização - II-35
- incidental - Classificação - II-35
- penal - I-7; I-38; VI-70
- penal - Aperfeiçoamento - II-6
- penal - Instauração - II-12
- penal especial - IV-75
- penal *ex officio* - Ab-rogação - II-47
- penal ordinário - IV-75
- penal ordinário - Estrutura - IV-75
- penal ordinário - Fase - IV-75
- penal ordinário - Fase decisória - IV-75
- penal ordinário - Fase instrutória - IV-75
- penal ordinário - Fase postulatória - IV-75
- penal ordinário - Fase saneadora - IV-75
- penal ordinário - Pena - Reclusão - IV-75
- penal sumário - IV-83
- penal sumário - Desburocratização - IV-83
- penal sumário - Pena - Detenção - IV-75
- probatório - III-1
- sumário - IV-75
- sumaríssimo - IV-75

PROCEDIMENTO PENAL "EX OFFICIO" E MINISTÉRIO PÚBLICO - Hugo Nigro Mazzilli - II-47

PROCEDIMENTO PENAL OU "DIREITO PROCESSUAL PENAL"? - Giovanni Conso - I-7

PROCEDIMENTOS INCIDENTAIS NO DIREITO PROCESSUAL PENAL (Dos)  
- Romeu Pires de Campos Barros - II-35

PROCEDIMENTOS NO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL (Os) - Cezar Roberto Bitencourt - IV-53

PROCEDIMENTOS ORDINÁRIO, SUMÁRIO E SUMARÍSSIMO (Dos) - Luciano Marques Leite - IV-75

PROCESSO - V-4

- acusatório moderno - Estrutura - III-8
- administrativo - IV-59; IV-65; IV-78
- administrativo - Exaurimento - IV-59; IV-65
- administrativo disciplinar - Interceptação telefônica emprestada - III-19
- administrativo fiscal - IV-65; IV-78
- Ato - Inexistência - II-58
- Característica - Incerteza - I-3
- cautelar - II-62; II-71
- cautelar - Características - II-14
- cautelar - Conceito - II-71
- cautelar - Evolução - II-29
- cautelar - Objetivo - II-71
- cautelar - Pressupostos - Provisoriamente
- cautelar - Pressupostos - Urgência
- cautelar - Provimento - Condição - II-71
- civil - Norma - II-45
- civil - Princípio dispositivo - I-12
- civil - Princípios informadores - II-41
- civil - Prova emprestada - III-25
- Classificação - I-25
- Classificação - Espécies - I-25
- Conceito - I-25; IV-23; IV-50; IV-63; VI-70
- Concepção - Relação jurídica - I-3
- Concepção - Situação jurídica - I-3
- contravencional - I-77
- criminal - Presença do advogado - Histórico - II-38
- de conhecimento - II-62
- de execução - II-62
- Depoimento - Proibição - III-52
- Duração razoável - Princípio - V-25; V-27; V-28
- Etimologia - IV-23
- Fase intermediária - Provas - III-14
- Finalidade - V-76
- Formalidade - II-58
- Função social - IV-1
- Generalidades - I-25
- Geral - Teoria - III-60
- Indisponibilidade - Princípio - III-31
- Inexistência - II-60
- inquisitório - Conceito - I-14
- inquisitório - Peculiaridades - I-14
- inquisitório - Princípios - I-14
- judicial - Conceito - III-46
- jurisdicional - III-25
- jurisdicional - Teoria - III-25
- Lentidão - I-8
- Natureza jurídica - I-25; VI-70
- Noções fundamentais - I-25
- Nulidade - II-58; II-60
- Nulidade absoluta - II-58
- Nulidade radical - II-58
- Nulidade relativa - II-58
- Nulidade sanável - II-58
- Nulidade - Teoria - II-58
- nulo - II-16
- Objeto - II-41
- policial judicializado - III-24
- Procedimento - Atos processuais - I-25
- Procedimento - Tipos - I-25
- Procedimento penal - Espécies - I-25
- Qualificação pessoal - III-76
- Qualificação pessoal da testemunha - III-76
- Qualificação pessoal do acusado - III-76
- Regularidade - Pressuposto - II-57
- Relação jurídica - III-60
- Relação jurídica - Característica - III-60
- Relação jurídica - Característica - Caráter tríplice - III-60
- Relação jurídica - Característica - Complexidade - III-60
- Relação jurídica - Característica - Natureza pública - III-60



- Relação jurídica - Característica - Progressividade - III-60
- Relação jurídica - Característica - Unidade - III-60
- Sentença - Expectativa - I-3
- Sentença - Perspectiva - I-3
- Sistematização - I-25
- Suspensão condicional - I-67

PROCESSO CIVIL E PROCESSO PENAL: MÃO E CONTRAMÃO? - José Carlos Barbosa Moreira - I-12

PROCESSO DE EXECUÇÃO PENAL - Sérgio de Oliveira Médici - VI-74

Processo e procedimentos penais - ROGÉRIO LAURIA TUCCI - I-25

PROCESSO PENAL CAUTELAR (O) - Romeu Pires de Campos Barros - II-29

PROCESSO PENAL E DIREITOS HUMANOS NO BRASIL - Rogério Lauria Tucci - I-47

PROCESSO PENAL TRANSNACIONAL - Ada Pellegrini Grinover - I-28

PROCESSO PENAL: DA INEXISTÊNCIA DA SENTENÇA PROFERIDA POR JUIZ SEM JURISDIÇÃO - Flávia de Vasconcellos Lanari - V-33

PROCESSO-CRIME

- Ministério Público - Ausência na audiência - II-44

PROCRASTINAÇÃO - II-92

PROCURAÇÃO - II-16

PROCURADOR DE JUSTIÇA - I-10

- Funções - II-39

PROCURADOR-GERAL

- de Justiça - Poder advocatório - II-15
- Escolha - II-49
- Poderes - II-49

PROCURADORIA

- da República - Investigação administrativa - II-19
- de Justiça - I-10

PROCURADORIA-GERAL

- Substituição - II-51

PRODUÇÃO

- antecipada de provas - Inexistência de direito líquido e certo - II-27
- da prova - Necessidade posterior - II-34

PRODUÇÃO DE PROVAS - Jacques de Camargo Penteado - III-38

PROGRESSÃO

- de regime - VI-37
- penal - VI-21
- penal - Direito - VI-21

PROGRESSÃO NA EXECUÇÃO DAS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE - Rogério Lauria Tucci - VI-69

PROIBIÇÃO DA PROVA ILÍCITA NO PROCESSO - Nilton César Antunes da Costa - III-60

PROJETO

- Alcântara Machado - I-58
- Código de Processo Penal - IV-18
- Código de Processo Penal - Ação penal subsidiária - Supressão - I-66
- Código de Processo Penal - Crítica - I-66
- Frederico Marques - I-70

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - II-28

- Inquérito policial - II-15
- Revisão - II-21

PROMOTOR

- de Justiça - I-10
- de Justiça - Falibilidade - I-70
- de Justiça - Funções - II-39
- de Justiça - Independência funcional - Designações - II-42
- de Justiça - Independência funcional - Poder hierárquico - II-42
- de Justiça - Parte - II-54
- de Justiça - Requerimento de diligências - II-8
- legal - Princípio - I-1
- natural - Princípio - I-1
- público - Vide: Promotor de justiça

PROMOTOR NATURAL, O CONTROLE DA INÉRCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO



BLICO E AS DILIGÊNCIAS REQUISI-  
TADAS NO INQUÉRITO POLICIAL  
(O) - Hugo Nigro Mazzilli - II-15

PRONÚNCIA - IV-13; IV-43; IV-47

- Absolvição - IV-31; IV-45
- Absolvição - Prova - Autoria - Insu-  
ficiência - IV-31
- Absolvição sumária - IV-45
- Alternativa - IV-33
- Análise de mérito - Inadmissibili-  
dade - IV-13
- Conceito - IV-42
- Conteúdo - IV-14
- Corréu - Morte - IV-46
- Decisão - IV-42; IV-43
- Decisão - Intimação - IV-42
- Decisão - Limite - IV-42
- Desclassificação - Prescrição - Efei-  
to - IV-12
- Desclassificação - Prescrição - Efei-  
to - Interrupção - IV-12
- Despacho interlocutório - IV-13
- Despacho provisional - IV-13
- Dúvida - IV-12
- Embasamento mínimo - IV-43
- Finalidade - IV-13; IV-47
- Fundamentação - IV-43
- Ineficácia - Tese - IV-12
- Intimação - Ministério público - IV-  
19
- Intimação - Réu - IV-19
- Júri - IV-13
- Motivação - Excesso - IV-43
- Natureza jurídica - IV-12; IV-13; IV-  
42; IV-43
- Nulidade - V-40
- Pedido - Limite - Denúncia - IV-14
- Recebimento - I-8
- Recurso de ofício - IV-19
- Requisito - IV-14; IV-31

PRONUNCIA E LIBELLO - Vasco Smith  
de Vasconcellos - IV-47

PRONUNCIA E LIBELLO - Francisco  
Ferreira França - IV-14

PRONÚNCIA E SUA NATUREZA (A) -  
Francisco Chiaradia Neto - IV-13

PROPORCIONALIDADE

- Princípio - II-65; II-77; II-86; III-25;  
III-28; III-34; III-53; III-60; III-78;  
IV-21; IV-70; IV-77; V-25
- Princípio - Conceito - II-77
- Princípio - Controle - III-75
- Princípio - Natureza jurídica - II-77
- Princípio - Pressuposto - II-77
- Princípio - Pressuposto formal - II-  
77
- Princípio - Pressuposto material -  
II-77
- Princípio - Requisito - II-77
- Princípio - Requisito extrínseco -  
II-77
- Princípio - Requisito intrínseco -  
II-77
- Princípio - Surgimento - II-77
- Princípio - Violação - V-25

PROPRIEDADE

- imaterial - Direito - IV-64
- industrial - IV-73
- industrial - Busca e apreensão - Pe-  
rícia - IV-73

PROTAGONISMO DE LAS VÍCTIMAS  
EN LA EJECUCIÓN PENAL - Antonio  
Beristain - VI-12

PROTEÇÃO

- judiciária - Princípio - I-16; IV-58
- dos direitos do homem - Princípio  
- I-22

PROTESTO POR NOVO JÚRI - V-69

- Admissibilidade - V-69
- Extinção - V-69; V-91
- Hipótese - V-69
- História - V-69; V-91
- Legitimidade - V-69
- Requisito - V-69

PROVA - III-28; III-38; III-53; III-78

- Aditamento - IV-32
- Aditamento - Consequência - IV-  
32
- Antecipação - II-92; III-78
- Apreciação - III-78
- atípica - III-15; III-28
- atípica - Obtenção - III-15

- atípica - Procedimento - III-14
- atípica - Uso - Consequências processuais - III-15
- atípica produção - III-15
- Ato jurídico - II-59
- Ausência das partes - Ineficácia - III-1
- Ausência do juiz - Ineficácia - III-1
- cautelar - III-78
- científica - III-63
- científica - Conceito - III-63
- científica - Direito - III-63
- clássica - III-15
- Classificação - III-56
- Colheita - Eticidade - III-6
- Colheita - Ilcitude - III-72
- Colheita - Ilcitude - Consequência - III-72
- Colheita - Ilcitude - Exclusão - III-72
- comum - III-15
- Comunhão - Princípio - III-56
- Conceito - III-6; III-28; III-39; III-41; III-51; III-56; III-57; III-60; III-62; III-78
- Concentração - Princípio - IV-57
- Condição de eficácia - Contraditório - III-1
- contra si mesmo - Não produção - Direito - III-74; III-75
- Contraditório judicial - III-78
- contrária inofensiva - III-70
- Corpo de delito - IV-47
- criminal - III-8; III-26; III-36; III-38; III-39; III-78
- criminal - Conceito - III-39; III-78
- criminal - Interceptação telefônica - Resultados - III-13
- criminal - Intervenção corporal - III-26
- criminal - Sangue - Extração - III-26
- criminal - Sangue - Extração compulsiva - III-26
- criminal - Taxatividade - III-39
- de identidade indubitosa - II-9
- Decisão - Contrariedade - IV-12
- Declaração - Ofendido - III-44
- Delito - Configuração - III-78
- derivada - III-72
- derivada da prova ilícita - III-12
- Destinatário - III-60
- Diligência - Determinação de ofício - III-78
- Diligência - Determinação pelo Juiz - III-78
- Diligência - III-78
- Direito - III-28; III-39; III-77; IV-21
- documental - III-15; III-56
- ECDC - III-42
- emprestada - III-25; III-28; III-38
- emprestada - Admissibilidade - III-1; III-25; III-28
- emprestada - Aplicação dos princípios constitucionais - III-1
- emprestada - Característica - III-28
- emprestada - Característica - Objetivo-naturalístico - III-28
- emprestada - Característica - Subjetivo - Jurídico-ilícito - III-28
- emprestada - Característica - Subjetivo - Jurídico-lícito - III-28
- emprestada - Classificação - III-28
- emprestada - Conceito - III-25; III-28
- emprestada - Conduta ilícita - III-28
- emprestada - Consentimento - III-28
- emprestada - Depoimento - III-25
- emprestada - Direito comparado - III-25; III-28
- emprestada - Doutrina - III-28
- emprestada - *Ex officio* - III-25
- emprestada - Função - III-25
- emprestada - Gravação - III-28
- emprestada - Hipótese - III-28
- emprestada - Inadmissibilidade - III-25
- emprestada - Interceptação autorizada - III-25
- emprestada - Juízo arbitral - III-28
- emprestada - Natureza pessoal - III-28
- emprestada - Nulidade - III-25
- emprestada - Pericial - III-28



- emprestada - Pressuposto - III-25
- emprestada - Procedimento - III-28
- emprestada - Processo administrativo - III-28
- emprestada - Reconhecimento da qualificadora - III-1
- emprestada - Requisito - III-25
- emprestada - Segredo judicial - III-25
- emprestada - Tribunal penal internacional - III-28
- emprestada - Validade - III-25
- emprestada - Valor - III-25
- emprestada - Valoração - III-28
- emprestada não repetível - III-25
- Escuta telefônica - III-40
- eticamente inadmissível - Casuís-mo - III-6
- Etimologia - III-56
- Evidência eletrônica - III-35
- Extorsão mediante sequestro - III-24
- falsa - III-38
- Fato material - II-59
- Fatos - I-12
- Finalidade - III-60
- Formação - III-25; III-28; III-63; IV-26
- Função - III-28
- genética - III-75
- genética - Colheita compulsória - III-75
- História - II-59; III-51
- Idoneidade - III-28
- Idoneidade abstrata - III-28
- Idoneidade concreta - III-28
- ilegal - III-24; III-28
- ilegalmente obtida - Doutrina - III-13
- ilegalmente obtida - Jurisprudência - III-13
- ilegalmente obtida - Noção - III-13
- ilegalmente obtida - Produção - III-13
- ilegalmente obtida - Sanções - constitucionais - III-13
- ilegalmente obtida - Sanções - legais - III-13
- ilegítima - III-1; III-60
- ilegítima - Conceito - III-51
- ilegítima - Proibição - I-1
- ilícita - II-40; III-19; III-35; III-36; III-40; III-51; III-52; III-56; III-60
- ilícita - Admissibilidade - III-51; III-52
- ilícita - Conceito - III-60
- ilícita - Doutrina - III-60
- ilícita - Exclusão - III-51
- ilícita - Exclusão - Direito - III-51
- ilícita - Exclusão - Finalidade - III-51
- ilícita - Exclusão - Limite - III-51
- ilícita - Inadmissibilidade - Teoria eclética - III-60
- ilícita - Inadmissibilidade - III-51; III-52; III-56; III-60
- ilícita - Inadmissibilidade - Teoria intermediária - III-60
- ilícita - Inadmissibilidade - Teoria obstativa - III-60
- ilícita - Inadmissibilidade - Teoria permissiva - III-60
- ilícita - Inadmissibilidade - Princípio - III-56
- ilícita - Proibição - I-1
- ilícita - Proibição - Princípio - III-60
- ilícita por derivação - III-2
- ilícita por derivação - Nulidade - III-6
- Ilícita *pro reo* - III-12
- Ilícitude - III-72
- Imputação - II-3
- Indicação de assistente técnico - I-26
- indiciária - III-62
- Indício - III-56
- Indício - Etimologia - III-56
- indubitável - IV-31
- Insuficiência - IV-9
- Interrogatório - III-64
- Investigação criminosa - Doutrina - III-7



- Investigação criminoso - Doutrina estrangeira - III-7
- Investigação criminoso - Jurisprudência - III-7
- Investigação preliminar - III-78
- Inviolabilidade corporal - III-26
- judicial - Empréstimo - III-19
- Judicialização - Princípio - III-78
- judiciária - III-28; III-60
- judiciária - Ato complexo - III-60
- judiciária - Função - III-28
- Juiz - Valoração - III-78
- Laudo pericial - III-71
- legal - III-25; III-28; III-77; IV-1
- legal - Princípio - II-59
- legal - Sistema - III-31
- legal negativa - III-28
- Legalidade - III-1
- Legitimidade processual - IV-1
- Liberdade - Princípio - V-4
- Licitude material - IV-1
- Limite - II-58
- Livre apreciação do Juiz - Princípio - III-31; V-19; V-66
- Livre investigação - Princípio - III-56
- Materialidade - III-28
- Materialidade delitiva - III-47
- Materialidade delitiva - Conceito - III-47
- Mecanismos - I-12
- Meios - Substituição - III-14
- Meios de obtenção atípicos - Limites - III-15
- Meios de obtenção típicos - Limites - III-15
- Meios ilícitos - Inadmissibilidade - III-2
- Modalidade - III-62
- não repetível - III-56; III-63; III-78
- não repetível - Conceito - III-56
- não ritual - III-28
- necroscópica - III-46
- nova - IV-23
- nova - Conceito - IV-35
- Objetivo - III-62
- Objeto - III-60
- obtida ilegalmente - Nulidade - III-11
- Ônus - III-41; III-56; III-57
- Ônus - Acusação - Princípio - III-56
- Ônus - Princípio - III-41
- Ônus objetivo - III-41
- Ônus subjetivo - III-41
- oral - III-74; III-77
- Orientação geral - III-38
- Parecer técnico - III-71
- Perecimento - III-78
- pericial - III-15; III-53; III-56; III-71
- pericial - Característica - III-53
- pericial - Conceito - III-53; III-71
- pericial - Etimologia - III-53
- pericial - Prescindibilidade - IV-21
- policial - III-56
- policial insuscetível de repetição - III-56
- policial insuscetível de repetição - Conceito - III-56
- por videoconferência - III-14
- Procedimento - III-28
- Procedimentos incidentais - II-35
- Produção - III-38; III-41; III-46; III-53
- Produção - Antecipação - IV-30
- Raciocínio articulado - III-62
- Renovação - III-37
- Sistema constitucionalista - III-51
- Sistema legalista - III-51
- Substituição - III-15
- técnica - I-11; III-46; III-71
- testemunhal - III-15; III-45; III-62; III-70; III-77
- testemunhal - Admissibilidade - III-77
- testemunhal - Análise - III-70
- testemunhal - Característica - III-77
- testemunhal - Característica - Imediação - III-77
- testemunhal - Característica - Judicialidade - III-77
- testemunhal - Característica - Objetividade - III-77

- testemunhal - Característica - Oralidade - III-77
  - testemunhal - Característica - Retrospectividade - III-77
  - testemunhal - Conceito - III-77
  - testemunhal - Contrariedade - III-70
  - testemunhal - Credibilidade - III-77
  - testemunhal - Depoimento de policial - III-77
  - testemunhal - Depoimento de policial - Falibilidade - III-77
  - testemunhal - Depoimento de policial - Infiltração - III-77
  - testemunhal - Depoimento de policial - Jurisprudência - III-77
  - testemunhal - Depoimento de policial - Valoração - III-77
  - testemunhal - Dificuldade de localização da testemunha - III-18
  - testemunhal - Estado emocional - III-77
  - testemunhal - Falsa memória - III-45; III-77
  - testemunhal - Falsa memória - Classificação - III-45; III-77
  - testemunhal - Falsa memória - Procedimento - III-45
  - testemunhal - Falsa memória espontânea - III-45; III-77
  - testemunhal - Falsa memória sugerida - III-45; III-77
  - testemunhal - Fundamento legal - III-18
  - testemunhal - Identificação civil - III-77
  - testemunhal - Impedimento - III-77
  - testemunhal - Incapacidade - III-77
  - testemunhal - Incertezas sobre o futuro da testemunha - III-18
  - testemunhal - Informante - III-77
  - testemunhal - Interesse pessoal - III-77
  - testemunhal - Produção antecipada - Natureza jurídica - II-34
  - testemunhal - Risco do esquecimento social - III-18
  - testemunhal - Suspeição - III-77
  - testemunhal - Valor - III-18
  - testemunhal - Valoração - III-70
  - testemunhal - Vedação legal - III-77
  - testemunhal falsa - III-45
  - testemunhal indireta - III-77
  - testemunhal infantil - III-45
  - testemunhal subsidiária - III-70
  - testemunhal subsidiária - Característica - III-70
  - típica - III-15
  - Valor - I-9
  - Valoração - III-51; III-56; III-62; III-77; V-4
  - Veracidade - Princípio - III-51
  - viciada - II-59
  - Violência sexual - Criança - Intrafamiliar - III-58
  - Violência sexual - Criança - Intrafamiliar - Materialidade - III-58
  - Violência sexual - Criança - Intrafamiliar - Perícia - III-58
  - Violência sexual - Criança - Perícia - III-58
  - Violência sexual - Criança - Perícia médica - III-58
  - Violência sexual - Criança - Perícia médica psiquiátrica - III-58
- PROVA - ESSÊNCIA DO PROCESSO - Onir de Carvalho Peres - III-62
- PROVA E SUCEDÂNEOS DA PROVA NO PROCESSO PENAL - Antonio Scaranze Fernandes - III-15
- PROVA E SUCEDÂNEOS DE PROVA NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO - Antonio Magalhães Gomes Filho - Gustavo Henrique Righi Ivahy Badaró - III-14
- PROVA EMPRESTADA - Ada Pellegrini Grinover - III-1
- PROVA EMPRESTADA E A PRECLUSÃO DO CONTRADITÓRIO - Fábio Ramazzini Bechara - III-28

PROVA EMPRESTADA NO PROCESSO CIVIL E PENAL - Eduardo Talamini - III-25

PROVA ILÍCITA - Luiz Flávio Gomes - III-51

PROVAS ETICAMENTE INADMISSÍVEIS NO PROCESSO PENAL - Adauto Suannes - III-6

PROVIDÊNCIAS CARTORIAIS - II-21

PROVIMENTO JURISDICIONAL - V-29

- Efetividade - V-29

- Inutilidade - V-29

PSICOLOGIA

- cognitiva - III-45

- experimental - VI-46

- experimental - Tratamento do delinquente - VI-46

PUBLICAÇÃO

- Edital - II-93

- Edital - Dispensabilidade - II-93

- Edital - Formalidades - II-93

- oficial - II-93

PUBLICIDADE

- Princípio - I-22; II-88; II-89; III-28; III-56; III-65; IV-41; VI-70; VI-76

- Princípio - Conceito - IV-41

- Princípio - Direito comparado - IV-41

- Princípio - Exceção - III-65

- Princípio - Violação - III-65

- Restrição - IV-34

PUBLICIDADE DOS JULGAMENTOS

E A "SALA SECRETA" DO JÚRI (A) - René Ariel Dotti - IV-41

PUNIBILIDADE

- Conceito - IV-28

- Condição objetiva - I-20

- Condição subjetiva - I-20

- Extinção - IV-38; V-23; V-25; V-27

PUNIÇÃO

- Marxismo - VI-49

- Penitenciária - Marxismo - VI-49

QUAL O PRASO ENTRE O SORTEIO E A REUNIÃO DO JÚRI? - J. de Campos Toledo - IV-20

QUALIFICAÇÃO

- pessoal - III-76

- indireta - II-24

QUEIXA - I-56

- Aditamento - IV-32

- APRESENTAÇÃO - CURADOR AD HOC - I-32

- Conceito - IV-67

- criminal - Conceito - V-5

- criminal - Identificação - V-5

- criminal - Individualização - V-5

- criminal - Tipo - Composição - V-5

- Decadência - V-24

- Direito - II-56; IV-55; V-24; V-75

- Direito - Renúncia do ofendido - IV-53; IV-61

- Finalidade - IV-67

- Formalidade - IV-67

- Mulher casada - Supressão do consentimento - I-32

- Oferecimento - IV-32

- Oferecimento - Prazo - IV-55; IV-71

- Oferecimento - Prazo - Termo inicial - IV-55; IV-71

- Oferecimento - Prazo - Termo inicial - Doutrina - IV-55

- Oferecimento - Prazo - Termo inicial - Jurisprudência - IV-55

- Pressuposto - IV-67

- Ratificação - IV-32

- Recebimento - I-6; IV-69

- Recebimento - Procedimento - IV-69

- Renúncia - I-61

- Renúncia - Decadência - I-61

- Representação - IV-32

- Requisito - IV-67

- subsidiária - I-56

- Unidade de destinatário - I-64

QUEIXA PARTICULAR - A. de Gusmão - I-52

QUEIXA-CRIME

- Coação ilegal - II-16

- Fato - Descrição - II-16

QUESTÃO SEMPRE EM SUSPENSO DO REGIME JURÍDICO DAS ESCUTAS



- TELEFÔNICAS (A) - Jean-Luc Croza-  
fon - III-40
- QUESTIONÁRIO DA LEGÍTIMA DE-  
FESA - Gastão de Moura Maia Filho  
- IV-16
- QUESTÕES AINDA CONTROVERTIDAS  
SOBRE A SUSPENSÃO CONDICIO-  
NAL DO PROCESSO - Eustáquio Sil-  
veira - IV-60
- QUESTÕES
  - prejudiciais - I-22; I-32
  - prejudiciais - Classificação - II-36
  - prejudiciais - Parâmetros de identi-  
ficação - II-36
  - prejudiciais - Procedimentos - II-36
  - prejudiciais - Reflexões teóricas -  
II-36
  - prejudiciais - Utilização - Justifica-  
tivas - II-36
  - prévias - Parâmetros de identifica-  
ção - II-36
- QUESTÕES PREJUDICIAIS: REFLE-  
XÕES TEÓRICAS E JUSTIFICATIVAS  
PARA A VIABILIDADE DE SUA UTI-  
LIZAÇÃO - Vladimir Stasiak - Márcia  
Maria Luviseti - II-36
- Quod non est in actis, non est in mundo*
  - Princípio - III-51; III-73
- RAZOABILIDADE - VI-8
  - Princípio - II-77; III-78; IV-21; IV-  
56; IV-81
- REABILITAÇÃO - V-81
  - Alcance - V-81
  - Conceito - V-81
  - Decurso de tempo - V-81
  - Finalidade - V-81
  - Pena - acessória - V-81
  - penal - VI-64
  - penal - Pressuposto - VI-64
  - penal - Requisito - VI-64
  - Pressuposto - Boa conduta - V-81
  - Pressuposto - Cumprimento da  
pena - V-81
  - Pressuposto - Ressarcimento -  
Dano - V-81
  - Pressuposto - V-81
  - Recurso de ofício - V-81
  - Requisito - V-81
- REABILITAÇÃO - Michel Basile Nicolai-  
dis - V-81
- REABILITAÇÃO (Da) - Rovilson Cleber  
Sprovieri - V-92
- REALIDADE
  - criminal - I-39
  - penitenciária - VI-56
- REBELIÕES - VI-40
- RECLAMAÇÃO - I-2
- RECLUSÃO - VI-39
- RECLUSO
  - Estudo da personalidade - VI-29
- RECOGNIÇÃO VISUOGRÁFICA - III-54
  - Reconhecimento visuográfica - Conceito  
- III-54
  - Reconhecimento visuográfica - Etimolo-  
gia - III-54
  - Reconhecimento visuográfica - Objeto -  
III-54
  - Reconhecimento visuográfica de local de  
crime - III-54; III-56
- RECOGNIÇÃO VISUOGRÁFICA DO  
LOCAL DO CRIME - Marco Antonio  
Desgualdo - III-54
- RECOLHIMENTO
  - a quartel - II-83
  - em sala de Estado-Maior - II-83
  - em sala decente - II-83
- RECOLHIMENTO À PRISÃO COMO  
PRESSUPOSTO DE ADMISSIBILIDA-  
DE DO RECURSO (O) - Luiz Manoel  
Gomes Júnior - V-76
- RECONHECIMENTO - III-15
  - de coisa - III-56
  - de pessoa - III-56
  - fotográfico - III-14
- RECONHECIMENTO DE PESSOAS NO  
PROCESSO CRIMINAL (Do) - Arthur  
Rosio - III-17

RECUPERAÇÃO DOS SENTENCIADOS E A QUESTÃO DO EXAME CRIMINOLÓGICO *VERSUS* PARECER DAS COMISSÕES TÉCNICAS DE CLASSIFICAÇÃO (A) - Alvin August de Sá - VI-5

RECURSO - II-46; V-42; V-43; V-52; V-57; V-61; V-73; V-89; V-91

- adesivo - V-77
- adesivo - Conceito - V-77
- adesivo - Pressuposto - V-77
- adesivo - Requisito - V-77
- adesivo - Sucumbência recíproca - V-77
- Classificação - V-62
- de ofício - Soltura - do réu - Impedimento - V-73
- Dever de arrazoar - II-37
- Direito - V-94
- Direito - Doutrina - V-94
- Direito - Renúncia - V-94
- Direito - Renúncia pelo réu - Jurisprudência - V-94
- Direito - Renúncia pelo réu - V-94
- Efeito - devolutivo - Delimitação - genérica - V-43
- Efeito - devolutivo - V-43; V-57; V-62
- Efeito - suspensivo - V-57; V-62
- Efeito - V-43; V-57; V-62; V-73
- em sentido estrito - I-68; II-86; V-57; V-59
- em sentido estrito - Cabimento - V-59
- em sentido estrito - Pressuposto - V-59
- em sentido estrito - Procedimento - V-59
- em sentido estrito - Requisito - V-59
- especial - V-43; V-57
- especial - Admissibilidade - V-43
- especial - Cabimento - V-43
- especial - Condição - V-43
- especial - Escopo - V-43
- especial - Possibilidade jurídica - V-43

- especial - Préquestionamento - V-43
- especial - Pressuposto - V-43; V-47
- especial - Requisito - V-43
- extraordinário - V-57
- extraordinário - Efeito suspensivo - VI-2
- extraordinário - Pressuposto - V-47
- Finalidade - V-57
- Fungibilidade - Princípio - IV-30
- Impronúncia - V-73
- Impronúncia - Soltura do réu - Impedimento - V-73
- *Inaudita altera pars* - V-61
- obrigatório - V-57
- Pressuposto - V-52
- Princípio da unicidade - V-44
- Tempestividade - V-52
- Teoria - V-62
- voluntário - V-57

RECURSO-CRIME

- Conceito - V-59

RECURSOS HUMANOS - VI-12

REDENÇÃO DA PENA

- Trabalho - Antecedentes - VI-52
- Trabalho - Características - VI-52
- Trabalho - Conceito - VI-52
- Trabalho - Fins - VI-52
- Trabalho - Natureza jurídica - VI-52

REDENÇÃO DAS PENAS PELO TRABALHO (A) - Maria da Graça Moraes Dias - VI-52

(RE) DESCOBRINDO AS TEORIAS ACERCA DA NATUREZA JURÍDICA DO PROCESSO (PENAL) - Aury Lopes Jr. - I-3

REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL E A RELAÇÃO DA RESSOCIALIZAÇÃO PRISIONAL COM OS DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS (A) - Antonio Baptista Gonçalves - VI-11

REEDUCAÇÃO DO DELINQUENTE - VI-46

REFLEXÕES EM TORNO DO PROJETO DE POLÍTICA CRIMINAL E PENI-



TENCIÁRIA DA OAB/SP - Dyrceu Aguiar Dias Cintra Júnior - VI-25

REFLEXOS RELEVANTES DE UM PROCESSO DE EXECUÇÃO PENAL JURISDICIONALIZADO - Antonio Scarance Fernandes - VI-13

REFORMA DA PENA DE MULTA - Basileu Garcia - VI-18

REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - Sidnei Agostinho Beneti - I-49

#### REFORMA

- legislativa - I-72
- legislativa - Método - I-72
- legislativa - Necessidade - I-72
- legislativa - Valor - I-72
- penal - Precedência - VI-27

REFORMA PROCESSUAL PENAL (A) - Sálvio de Figueiredo Teixeira - I-48

- reforma processual penal brasileira (A) - Geraldo Prado - I-38

REFORMA PROCESSUAL PENAL E JÚRI: PRIMEIRAS IMPRESSÕES - Jacques de Camargo Penteado - IV-23

REFORMAS NO DIREITO PROCESSUAL PENAL - Agapito Machado - I-29

#### REFORMATIO

- *in mellius* - V-34
- *in pejus* - V-34
- *in pejus* - Inadmissibilidade - II-52
- *in pejus* - Proibição - Princípio
- *in pejus* - Vedação - V-94
- *in pejus* indireta - V-34
- *in pejus* indireta - Proibição - Princípio - V-34

#### REGIME

- integralmente fechado - Constitucionalidade - VI-31
- penitenciário - Internacionalização - VI-29
- prisional - VI-31; VI-36
- prisional - Obrigatoriedade de determinação - VI-50
- prisional - Possibilidade de suprimento de omissão - VI-50

- Progressividade - VI-25
- semiaberto - Trabalho externo - Doutrina - VI-36
- semiaberto - Trabalho externo - Jurisprudência - VI-36

REGIME BRASILEIRO DAS INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS (O) - Ada Pellegrini Grinover - III-2

REGIMES DE CUMPRIMENTO DE PENA E O EXAME CRIMINOLÓGICO (Os) - Sérgio Marcos de Moraes Pitombo - VI-75

#### REGISTRO

- audiovisual - II-21
- telefônico - Quebra - III-20

REINCIDÊNCIA - VI-27; VI-83

RELAÇÕES ENTRE A POLÍCIA E O JUDICIÁRIO NO PROCESSO DE EXECUÇÃO DA PENA - Paulo José da Costa Júnior - VI-60

#### REMÉDIO

- constitucional - V-50; V-54; V-56; V-60; V-82
- judicial - V-93
- judicial - preventivo - V-93
- judicial - reparatório - V-93

#### REMIÇÃO

- Âmbito de incidência - VI-37
- pelo estudo - VI-37
- penal - Conceito - VI-37
- penal - Importância - VI-37
- penal - Natureza jurídica - VI-37
- penal - Origem - VI-37
- Perda do período - VI-37

RENOVAÇÃO DO PEDIDO DE "HABEAS CORPUS" - Abraão Atem - V-41

RENÚNCIA - I-56

- Validade - I-50

REPARAÇÃO - VI-12

- Dano - I-39
- Vítimas - VI-12

REPARAÇÃO DO DANO (MORAL) COMO CONDIÇÃO PARA A CON-



CESSÃO DO *SURSIS* PROCESSUAL  
(A) - Luciano Heisler Tassinari - I-67

REPERCUSSÕES DO NOVO CÓDIGO  
DO PROCESSO PENAL SOBRE O  
PROCESSO CIVIL - Candido de Oli-  
veira Neto - I-32

REPRESENTAÇÃO - II-16

- Direito - IV-80
- Direito - Renúncia do ofendido -  
IV-53; IV-61
- do ofendido - I-53; I-67
- verbal - Direito - IV-53; IV-61

REPRESENTAÇÃO E A LEI 9.099/95  
(JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRI-  
MINAIS) (A) - Julio Fabbrini Mirabete  
- IV-71

REPRESENTANTE LEGAL

- Ofendido - Intervenção - I-56

REPRESSÃO

- criminal - I-35
- institucionalizada - I-31

REQUISITOS DA PRONÚNCIA - José  
Roberto Antonini - IV-31

RESERVA LEGAL

- Princípio - II-64; II-87; V-18; VI-84

RESPEITO À PESSOA HUMANA

- Princípio - II-71

RESPONSABILIDADE

- civil - I-61
- penal - I-61; I-68
- penal - Caráter pessoal - Princípio  
- V-45
- penal - Imputação - Critérios - II-30
- penal - Limites - II-12

RESPONSABILIDADE CIVIL POR ERRO  
JUDICIÁRIO EM AÇÃO PENAL CON-  
DENATÓRIA - Rui Stoco - V-38

RESSOCIALIZAÇÃO - VI-11

- Delinquente - VI-3

RESTAURAÇÃO E EFICÁCIA DE AL-  
GUNS PRINCÍPIOS DA REVISÃO  
CRIMINAL (Da) - José Luiz Vicente de  
Azevedo Franceschini - V-71

RESULTADOS DA INTERCEPTAÇÃO  
TELEFÔNICA COMO PROVA PENAL  
(Os) - Antonio Magalhães Gomes  
Filho - Antonio Scarance Fernandes  
- III-13

RETRATAÇÃO (A) - Paulo José da Costa  
Junior - IV-38

RETROATIVIDADE DA JURISPRUDÊN-  
CIA - I-20

RETROATIVIDADE DA SENTENÇA, NO  
CÁLCULO DA PRESCRIÇÃO PENAL  
(A) - J. Canuto Mendes de Almeida -  
V-27

RÉU

- Comportamento - V-46
- Direito subjetivo - IV-60
- foragido - I-36; I-43
- foragido - Privilégios - I-37
- Personalidade - VI-28
- Prejuízo - II-44
- preso - II-88
- primário - V-46; VI-59
- revel - I-43

REUNIÃO

- Direito - II-64

REVELIA - II-34; II-92

REVELIA E A PRODUÇÃO ANTECIPA-  
DA DA PROVA TESTEMUNHAL NO  
PROCESSO PENAL (ART. 366, DO  
CPP) - Vinicius de Toledo Piza Peluso  
- II-34

REVELIA E PRESCRIÇÃO PENAL - Da-  
másio E. de Jesus - V-26

REVISÃO CRIMINAL - I-20; V-38; V-53;  
V-63; V-66; V-67; V-68; V-70; V-71;  
V-80; V-93

- Admissão - V-93
- Admissibilidade - V-67
- Característica - V-67; V-93
- Conceito - V-53; V-63; V-67; V-70;  
V-80; V-93
- Direito comparado - V-53; V-70;  
V-93
- Evidência - V-53; V-93

- Evidência dos autos - Contrariedade - V-71; V-80
- Finalidade - V-53; V-71; V-80; V-93
- História - V-67
- Indenização - I-32
- Julgamento - Conversão - Diligência - V-66; V-71
- Natureza jurídica - V-53; V-66; V-67; V-71; V-80; V-93
- Objeto - V-66
- Peculiaridade - V-70
- Pedido subscrito pelo próprio réu - V-68
- Pressuposto - V-53; V-70; V-71; V-80; V-93
- Pressuposto - Réu preso - V-85
- Pretensão absolutória - V-80
- *pro reo* - V-63
- *pro societate* - V-63; V-71
- *pro societate* - Decadência - V-63
- *pro societate* - Direito comparado - V-63
- Procedimento - V-67
- Processo encerrado - V-93
- Prova - Ônus - V-71
- Prova - Reexame - V-80
- Provimento - V-93
- Provimento - Efeito - V-53
- Requisição - Informação - Juízo de execução - V-66
- Requisito - V-71; V-80
- Réu foragido - Vedação - V-85
- Réu preso - V-70
- Sentença - Trânsito em julgado - V-93
- Sentença - Tribunal Júri - V-67
- Texto de Lei - Contrariedade - V-71

REVISÃO CRIMINAL - Cunha Barreto - V-53

REVISÃO CRIMINAL - Jaques de Camargo Penteado - V-67

REVISÃO CRIMINAL - João Cid Macedo Portugal - V-68

REVISÃO CRIMINAL - José Luiz Vicente de Azevedo Franceschini - V-70

REVISÃO CRIMINAL (A) - Ruy Albertino Nunes da Rocha - V-93

REVISÃO DO DECÊNIO DA REFORMA PENAL (1985-1995) - Maurício Kuehne - V-13

REVISÃO DO PROCESSO PENAL FINDO PELO RÉU FORAGIDO (A) - Pedro Nunes Gusmão - V-85

REVISÃO *PRO SOCIETATE* - Hugo Niagro Mazzilli - V-63

REVOGAÇÃO DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA - Rosa Maria Barreto Borriello de Andrade - VI-71

REVOLUÇÃO FRANCESA

- Polícia - Divisão - I-31

RIQUEZA

- Distribuição desigual - I-47

ROL DOS CULPADOS

- Baixa - V-87
- Baixa - Conceito - V-87
- Baixa - História - V-87
- Retirada - Nome - V-87

SANÇÃO

- negociada - I-18
- processual - II-94
- Reparação às vítimas - VI-12

SANÇÕES E O PROCEDIMENTO CRIMINAL DOS DIREITOS AUTORAIS (As) - Hildebrando Pontes Neto - IV-64

São ilegais os "procedimentos investigatórios" realizados pelo Ministério Público Federal - José Carlos Fragoso - II-19

SECRET SURVEILLANCE - Hans-Joerg Albrecht - III-34

SEGREDO

- Comunicação - telefônica - Princípio - III-40
- Conceito - III-52
- da correspondência e das comunicações - Exceções - III-13
- de justiça - III-19
- médico - III-30
- médico - Revelação de crime - III-30
- médico - Revelação de crime - Justa causa - III-30

- profissional - III-30; III-52
  - profissional - Difusão - III-52
- SEGRÊDO MÉDICO E INDAGAÇÕES POLICIAIS JUDICIÁRIAS** - Flaminio Fávero - III-30
- SEGURANÇA**
- da pessoa e de bens de menor e interdito - I-32
  - jurídica - III-55; III-76
  - jurídica - Princípio - I-20; II-92
  - jurídica - Risco - I-3
  - nacional - II-64
  - nacional - Lei - II-64
  - nacional - Lei - Reforma - II-64
  - Privatização - Números - I-31
  - pública - VI-63
  - pública - Armas - I-31
  - pública - Justiça - I-33
  - pública - Ministério Público - I-33
  - pública - Modismos - I-31
  - pública - Polícia - I-33
  - pública - Violência - I-31
- SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL E O SISTEMA CRIMINAL** - Bismael B. Moraes - I-31
- SEIS POSTULADOS SOBRE A PRISÃO NA UTOPIA DE UMA SOCIEDADE IGUALITÁRIA E DEMOCRÁTICA** - Pedro Armando Egydio de Carvalho - VI-62
- SELF RESTRAINT** - II-41
- SELO PENITENCIÁRIO** - VI-74; VI-84
- SENTENÇA** - I-13
- Conceito - V-3; V-14; V-16
  - condenatória - Efeito - V-31
  - condenatória - Execução - I-71
  - condenatória - Intimação - I-36
  - condenatória recorível - Prescrição - Interrupção - V-31
  - criminal - V-18; V-21
  - definitiva - Conceito - V-3
  - Etimologia - V-14
  - executável - V-16
  - *Extra petita* - V-20
  - Fundamentação - V-3; VI-28
  - ilegalidade - I-68
  - imperfeita - II-94
  - indeterminada - VI-20
  - *Infra petita* - V-20
  - interlocutória - Conceito - V-3
  - Intimação - II-90
  - Invariabilidade pelo Juiz - Princípio - V-16
  - Motivação - I-11; V-3; V-14; V-20
  - não executável - V-16
  - nula - II-94
  - Nulidade - V-34
  - penal - V-3; V-4; V-8; V-9; V-10; V-11; V-14; V-16; V-18; V-19; V-21; V-28; V-41; V-44
  - penal - Apelação *ex officio* - V-11
  - penal - Aspectos - V-3
  - penal - Autoridade - V-41
  - penal - Autoridade - Efeito - V-41
  - penal - Classificação - V-5
  - penal - Conceito - V-4; V-8; V-14; V-28; V-35
  - penal - Conteúdo - V-16
  - penal - Criação judicial - V-18
  - penal - Criação judicial - Limite - V-18
  - penal - Declaração de voto - V-16
  - penal - Efeito - V-21; V-35
  - penal - Estrutura - V-14; V-35
  - penal - Fase - V-4
  - penal - Fase cognitiva - V-4
  - penal - Fase de justificação do ato decisório - V-4
  - penal - Fase decisória - V-4
  - penal - Fase valorativa - V-4
  - penal - Finalidade - V-14; V-28; V-35
  - penal - Formalidade - V-16
  - penal - Fundamentação - V-19
  - penal - História - V-18
  - penal - Intimação - V-16
  - penal - Intimação - Assistente - V-52
  - penal - Juízo cível - V-21
  - penal - Juízo cível - Efeito - V-21
  - penal - Motivação - I-1; V-4; V-8; V-9; V-10; V-19



- penal - Motivação - Ausência - V-9; V-35
  - penal - Motivação - Conteúdo - V-9
  - penal - Motivação - Dever - V-19
  - penal - Motivação - Direito comparado - V-19
  - penal - Motivação - Função endo-processual - V-9
  - penal - Motivação - Histórico - V-19
  - penal - Motivação - Nulidade - V-9
  - penal - Motivação - Obrigatoriedade - V-19
  - penal - Motivação - Subsunção lógica - V-8
  - penal - Motivação - Vício - V-9
  - penal - Motivação implícita - V-9
  - penal - Motivação *per relationem* - V-9
  - penal - Motivação contraditória - V-9
  - penal - Nulidade - V-28; V-39
  - penal - Nulidade absoluta - V-39
  - penal - Nulidade absoluta - Consequência - V-39
  - penal - Nulidade absoluta - Direito comparado - V-39
  - penal - Nulidade absoluta - História - V-39
  - penal - Nulidade parcial - V-35
  - penal - Perdas e danos - V-21
  - penal - Pressuposto - V-19; V-28; V-35
  - penal - Princípios não constitucionais - V-3
  - penal - Publicação - V-16
  - penal - Requisito - V-4; V-16; V-19; V-28; V-35
  - penal - Requisito formal - V-4; V-16
  - penal - Requisito retórico - V-4
  - penal - Responsabilidade civil - V-21
  - penal - Retroatividade - V-27
  - penal - Retroatividade - Direito comparado - V-27
  - penal - Teoria do silogismo lógico - V-18
  - penal - Vício - V-39
  - penal - Vício insanável - V-39
  - penal absolutória - Efeito - V-11; V-16
  - penal condenatória - V-3; V-14; V-16; V-35; V-44; VI-2
  - penal condenatória - Efeito - V-3; V-16
  - penal condenatória - Efeito secundário - V-16
  - penal condenatória - Nulidade - V-35
  - penal condenatória - Nulidade parcial - V-35
  - penal condenatória - Prisão - VI-2
  - penal condenatória - Recurso - V-44
  - penal condenatória - Recurso - Legitimidade - V-44
  - penal condenatória - Recurso - Ministério público - V-44
  - penal definitiva - V-16
  - penal definitiva - Classificação - V-16
  - penal estrangeira - Homologação - I-32
  - penal terminativa - Efeito - V-16
  - penal terminativa - V-16
  - Pressuposto - V-14; V-20
  - Prova emprestada - Consequências da valoração - III-1
  - Publicação - II-90
  - Regime prisional não determinado
  - Validade - VI-50
  - Requisito - V-3; V-14; V-20
  - terminativa - Conceito - V-3
  - *Ultra petita* - V-20
  - Unidade - Princípio - V-35
  - Vício processual - V-34
- SENTENÇA "INEXISTENTE" E REFORMATIO IN PEJUS INDIRETA - Luis Felipe Tegen Cerqueira Leite - V-34
- SENTENÇA PENAL - Rogério Lauria Tucci - V-16
- SENTENÇA PENAL E O CÓDIGO PENAL BRASILEIRO DE 1984 (A) - Agapito Machado - V-3

**SENTENCIADO**

- Recuperação - VI-5

**SENTENCING - VI-12****SEPARAÇÃO DE PODERES**

- Princípio - I-14
- Teoria - I-20

**SEPARAÇÃO DE PODERES E PROCESSO INQUISITÓRIO - INCOMPATIBILIDADE - Jose Roberto Antonini - I-14****SEQUESTRO - I-32; II-23**

- de bens - II-25
- penal - Espécies - II-25
- penal - Peculiaridades - II-25
- prévio - II-25

**SEQÜESTRO PRÉVIO E SEQÜESTRO NO CPC. DISTINÇÃO - Rogério Lauria Tucci - II-25****SER HUMANO**

- Noção antropológica - VI-34

**SERVIDOR**

- Conceito - III-35
- Espécie - III-35

**SIGILO - III-19**

- bancário - II-40; III-9; IV-81
- bancário - Direito - IV-81
- bancário - Quebra - IV-81
- bancário - Quebra - Fundamento - IV-81
- bancário - Quebra - Inconstitucionalidade - IV-81
- bancário - Quebra - Inconstitucionalidade - Mandado de segurança - IV-81
- bancário - Quebra - Procedimento - IV-81
- bancário - Quebra - Requisito - IV-81
- Comunicações telegráficas - III-9
- Conceito - III-52
- Correspondência - III-2; III-9
- Dados - III-9
- Dados das comunicações telefônicas - III-20
- Etimologia - III-52

- fiscal - III-72

- fiscal - Quebra - III-72

- Interesse público - II-8

- Operação financeira - IV-81

- profissional - III-52

- profissional - Difusão - III-52

- Quebra - Constitucionalidade - III-9

- telefônico - III-9; III-20

- telefônico - Quebra - III-2

- telefônico - Quebra - Conhecimento de um dos interlocutores - III-2

**SIGILO DO INQUÉRITO POLICIAL E OS ADVOGADOS (O) - Jacinto Nelson de Miranda Coutinho - II-17****SIGILO PROFISSIONAL - Marco Antonio de Barros - III-52****SILÊNCIO**

- Direito - I-16; II-80; III-43; III-59; III-64; III-67; III-74; III-75; IV-26
- Direito - Advertência - II-80
- Direito - Advertência - Momento - II-80
- Direito - Alcance - II-80
- Direito - Conceito - II-80; III-59
- Direito - Desrespeito - III-59
- Direito - Desrespeito - Consequência - III-59
- Direito - Formalidade - II-80
- Direito - História - II-80; III-75
- Direito - Implicação - II-80
- Direito - Inobservância - II-80
- Direito - Inobservância - Consequência - II-80
- Direito - Interrogatório - Direito comparado - III-59
- Direito - Interrogatório - II-80; III-59
- Direito - Interrogatório - Valoração - III-59
- Direito - Interrogatório - Valoração negativa - III-59
- Direito - Interrogatório policial - II-80
- Direito - Limitação - III-59
- Direito - Pergunta - Registro - II-80
- Direito - Sentença - II-80
- Direito - Sentença - Efeito - II-80

- Direito - Sentença - Nulidade - II-80
- Direito - *Stricto sensu* - III-59
- Direito - Violação - III-59
- Direito - Violação - Consequência - III-59
- Interrogatório - I-50
- Julgamento - I-50
- legal - V-45
- momentâneo - Acusado - I-50
- parcial - Acusado - I-50
- Testemunha - I-50

#### SIMETRIA

- Princípio - I-74

#### SIMPLICIDADE PROCESSUAL

- Princípio - IV-68; IV-74; IV-85

#### SIMPLIFICAÇÃO PROCESSUAL - I-18

#### SIMPLIFICAÇÃO PROCESSUAL E DESPREZO AO DIREITO PENAL - Miguel Reale Júnior - I-18

#### SINDICÂNCIA POLICIAL

- Ilegalidades - II-3

#### SÍNDROME DA DENSIDADE DEMOGRÁFICA - II-85

#### SINGELO ESBOÇO DE UMA TEORIA GERAL DOS ATOS DE COMUNICAÇÃO NO PROCESSO PENAL (Um) - Bernardo Montalvão Varjão de Azevedo - II-89

#### SISTEMA

- acusatório - I-16; I-22; II-2; II-39; II-41; II-54; III-3; IV-1
- acusatório - Conceito - IV-1
- acusatório - Ofensa - II-43
- constitucional-processual - I-22
- criminal - I-31
- da certeza legal - I-22
- da pena individualizada - I-19
- das comunicações telefônicas - Inclusão de dados - III-20
- das provas tarifárias - I-22
- de execução penal - VI-4
- de Justiça criminal - I-38
- de operacionalidade - Evolução - II-36

- espanhol - Prova - Escuta telefônica - Valor real - III-11
- espanhol - Prova - Lei - Requisitos - III-11
- inquisitório - I-22; II-17; II-54
- inquisitório puro - IV-21
- jurídico - II-60
- jurídico fático - II-60
- jurídico normativo - II-60
- jurídico valorativo - II-60
- misto de controle - Execução penal - VI-4
- penal - I-19; I-62; II-88; III-78
- penal - Finalidade - VI-9
- penal acusatório - III-78; IV-23
- penal acusatório puro - III-78
- penal acusatório puro - Definição - III-78
- penal acusatório puro - Origem - III-78
- penal alemão - II-86
- penal alternativo - II-77
- penal brasileiro - I-27; II-86
- penal inquisitório - III-78
- penal inquisitório - Definição - III-78
- penal inquisitório - Origem - III-78
- penal misto - III-78
- penal misto - Definição - III-78
- penal misto - Origem - III-78
- penitenciário - VI-8; VI-40; VI-48
- penitenciário - Crise - VI-11
- penitenciário - Críticas - VI-25
- penitenciário - Democratização - VI-48
- penitenciário - Direitos humanos fundamentais - VI-11
- penitenciário - Modificação - VI-11
- penitenciário - Origem - VI-11
- penitenciário - Privatização - VI-11
- penitenciário - Sistema totalitário - VI-48
- penitenciário brasileiro - VI-11; VI-34
- penitenciário desumano - I-47
- penitenciário moderno - Panorama comparativo - VI-29
- processual acusatório - III-63



- processual acusatório limitado - III-63
- processual acusatório puro - III-63
- processual inquisitivo - Evolução - II-6
- processual penal - I-11; III-63; IV-21
- processual penal acusatório - Poder Judiciário - Papel - I-2
- progressivo - Crise - VI-29

SISTEMAS PENITENCIÁRIOS - Manoel Pedro Pimentel - VI-48

SOBERANIA DOS VEREDICTOS (Art. 5.º, XXXVIII, da CF) (A) - Gilberto Antonio Luiz - IV-17

SOBRE A APLICAÇÃO DA PENA DE MULTA - Márcio Bártoli - VI-51

SOBRE A ILEGALIDADE DAS SINDICÂNCIAS POLICIAIS - Afrânio Silva Jardim - II-3

SOBRE A NATUREZA JURÍDICA DA PROPOSTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO (LEI 9.099/95, ART. 89) - Luiz Flávio Gomes - IV-77

SOBRE LA PRUEBA DE TESTIGOS Y SU PROTECCIÓN EN EL PROCESO PENAL ESPAÑOL - Fernando Del Cacho Millán - III-29

SOBRE O CONTEÚDO PROCESSUAL TRIDIMENSIONAL DO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA - Luiz Flávio Gomes - I-15

SOBRE O JUIZADO ESPECIAL DE "PEQUENAS CAUSAS" EM MATÉRIA PENAL - Alberto Zacharias Toron - IV-49

SOBRE O ÔNUS DA PROVA NA AÇÃO PENAL CONDENATÓRIA - Maria Lúcia Karam - III-57

SOBRE O USO DE ALGEMAS NO JULGAMENTO PELO JÚRI - Antônio Magalhães Gomes Filho - IV-8

SOBRESTAMENTO PROCESSUAL - I-67

SOCIABILIDADE - III-39

STATUS DIGNITATIS - II-3

SUBSIDIARIEDADE

- Princípio - IV-69; IV-70; V-3

SUBSTITUIÇÃO

- dos testemunhos - III-15
- processual - I-70

SUBSTITUTO DO OFENDIDO

- Intervenção - I-56

SUCEDÂNEOS DA PROVA

- Aspectos gerais - III-15
- Uso indevido - Consequências processuais - III-15

SUFICIÊNCIA

- Princípio - I-22

SUJEIÇÃO ESPECIAL - VI-4

SUMÁRIO DE CULPA - II-18

SÚMULA VINCULANTE - I-33; V-95

- Abrangência - V-95
- Aplicabilidade - V-95
- Conceito - V-95
- Conteúdo - V-95
- Finalidade - V-95
- História - V-95
- Inconstitucionalidade - V-95
- Modificação - V-95
- Pressuposto - V-95
- Revisão - V-95

SÚMULA VINCULANTE EM MATÉRIA PENAL - Sérgio Sérulo da Cunha - V-95

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- Competência - V-95
- Questão de ordem - III-19

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E O PRINCÍPIO DA PRESCRIÇÃO PELA PENA EM CONCRETO (O) - Nílson Vital Naves - V-31

SUPRESSÃO DA AÇÃO PENAL SUBSIDIÁRIA (A) - Luciano Caseiro - I-66

SUPRESSÃO DE DOCUMENTO - Rogério Lauria Tucci - III-70

SUPRESSÃO DE PARCELA DA PRESCRIÇÃO RETROATIVA - Cezar Roberto Bitencourt - V-25

**SURSIS**

- Vide: Suspensão condicional da pena - VI-19

**SUSPEIÇÃO DE MAGISTRADO** - René Ariel Dotti - II-57

**SUSPEITO** - II-31

**SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA**

- I-67; IV-77; IV-84; IV-90; V-3; VI-2; VI-7; VI-17; VI-19; VI-20; VI-22; VI-27; VI-42; VI-45; VI-58; VI-59; VI-67
- Caracteres - VI-22
- Cassação - VI-17
- Conceito - VI-22; VI-67; VI-71
- Condições - VI-17
- Critérios - VI-17
- Desenvolvimento - VI-22
- Direito Positivo brasileiro - VI-22
- especial - V-3; VI-22
- Espécies - VI-22
- etária - V-3; VI-17; VI-22
- Hipóteses - I-67
- histórica - VI-42
- Natureza jurídica - VI-22
- Origem - VI-22
- Período de provas - VI-22
- Período de provas - Prorrogação - VI-22
- Pressupostos - VI-22
- Pressupostos objetivos - VI-22
- Pressupostos subjetivos - VI-22
- Prorrogação - VI-67; VI-71
- Requisito - VI-22; VI-58; VI-59
- Requisito - Primariedade do réu - VI-59
- Revogação - V-3
- Revogação facultativa - VI-22
- Revogação obrigatória - VI-22
- simples - V-3; VI-22
- Suspensão dos direitos políticos - VI-19

**SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA** - Rogério Lauria Tucci - VI-67

**SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA (A)** - César Roberto Bitencourt - VI-22

**SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA (Da)** - Basileu García - VI-17

**SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA E LIVRAMENTO CONDICIONAL. DUPLA PUNIÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO** - Luís Augusto Freire Teotônio - VI-42

**SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO** - Ricardo Galbiati - IV-84

**SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO (Da)** - Lúcia Helena Rosas de Ávila Feijó - IV-74

**SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO E DESCLASSIFICAÇÃO DO CRIME EM FACE DOS PRINCÍPIOS DA IGUALDADE E DA PROTEÇÃO JUDICIÁRIA** - Dyrceu Aguiar Dias Cintra Junior - IV-58

**SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL NO ARTIGO 366 DO CPP E SUAS LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS (A)** - Mariângela Gama de Magalhães Gomes - V-30

**SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS** - VI-19

- Suspensão condicional da pena - VI-19

**TANTUM DEVOLUTUM QUANTUM APPELLATUM**

- Princípio - V-88

**TEMAS FUNDAMENTAIS DE EXECUÇÃO PENAL** - Anabela Miranda Rodrigues - VI-9

**TEMPO**

- da prisão - VI-34
- remido - Contagem - VI-37

**TEMPO DA PRISÃO** - Jaques de Camargo Penteado - VI-34

**TEMPUS REGIT ACTUM** - I-20

- Princípio - I-74; I-78; III-39; IV-30

**TENTATIVA** - III-22

**TEORIA**

- da prova - I-9
- das provas ilícitas por derivação - III-2

- dos frutos da árvore envenenada - III-2
- finalista da ação - Aspectos processuais - I-6
- marxista - Controle da criminalidade - VI-49

TEORIA PROCESSUAL DO LIVRE CONVICIMENTO (A) - Guttemberg Fernandes - I-9

TERMO CIRCUNSTANCIADO - I-18; II-21; IV-51; IV-52; IV-53; IV-61; IV-63; IV-66; IV-91

- Conteúdo - IV-66
- Formalidade - IV-66; IV-70
- Requisito - IV-51; IV-52

TERRORISMO - III-34; VI-12

TESTEMUNHA - II-18

- Acusação - III-61
- Admissibilidade - I-9
- Coimputado - III-32
- de "ouvir dizer" - III-14
- Declarações escritas - III-14
- Defesa - III-61
- Descrição do acusado - Exigência - III-17
- Dever - III-77
- imparcial - III-77
- impedida - III-77
- imperfeita - III-77
- incapaz - III-77
- Proteção - III-29
- Proteção - Direito comparado - III-29
- Proteção - Espanha - III-29
- "sem rosto" - III-14
- suspeita - III-77

TESTEMUNHAS DE DEFESA EXTRA-CONTRARIEDADE DO LIBELLO - Octaviano Vieira - III-61

TIPICIDADE - I-63

TIPO PENAL - I-63

- Autoria - I-64
- Autoria - Conceito - I-64
- Coautoria - I-64
- Coautoria - Conceito - I-64

- Conceito - I-63; IV-2

- Constituição - I-63

- Descrição do fato - I-63

- Elemento constitutivo - IV-22

- Elemento normativo - I-63

- Elemento subjetivo - I-63

- incompleto - I-63

- subjetivo - Culpa - I-6

- subjetivo - Dolo - I-6

TÍTULO EXECUTIVO PENAL - VI-76

TÓXICOS - VI-25

TRABALHO - VI-7

- penitenciário - VI-36
- penitenciário - Aspecto carcerário - VI-7
- penitenciário - Aspecto econômico - VI-7
- penitenciário - Aspecto social - VI-7
- penitenciário - Aspectos - VI-29
- penitenciário - Estado Unidos - VI-7
- penitenciário - Grã-Bretanha - VI-7
- penitenciário - Itália - VI-7
- penitenciário - Nações Unidas - VI-7
- penitenciário - Obrigatoriedade - VI-36
- penitenciário - Organização - VI-7
- penitenciário - Remuneração - VI-7
- Princípios constitucionais - VI-36
- Remissão - VI-45
- Valor social - VI-36

TRABALHO EXTERNO PARTICULAR DO CONDENADO NA EXECUÇÃO PENAL - Negi Calixto - VI-56

TRABALHO PENITENCIÁRIO - Amaro Alves de Almeida Filho - VI-7

TRÁFICO DE ENTORPECENTES

- Pena alternativa - VI-10

TRANSAÇÃO PENAL - IV-50; V-58

- Imposição de pena - IV-50
- Imposição de pena - Descumprimento - IV-50



- Legitimidade processual - I-18
- TRANSAÇÃO PENAL COMO ATO DA DENOMINADA JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA (A) - Rogério Pacheco Alves - IV-87
- TRANSAÇÃO PENAL E DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO (Da) - Luiz Flávio Gomes - IV-76
- TRANSFERÊNCIA
  - Regime jurídico brasileiro - Conceito - VI-26
  - Regime jurídico brasileiro - Condições - VI-26
  - Regime jurídico brasileiro - Efeitos - VI-26
  - Regime jurídico brasileiro - Finalidade - VI-26
  - Regime jurídico brasileiro - Fundamento formal - VI-26
  - Regime jurídico brasileiro - Fundamento material - VI-26
  - Regime jurídico brasileiro - Limitações - VI-26
  - Regime jurídico brasileiro - Objeto - VI-26
  - Regime jurídico brasileiro - Procedimentos - VI-26
- TRÂNSITO EM JULGADO - III-21
- TRATADO - VI-26
- TRATAMENTO
  - Noção - VI-29
  - penitenciário - Meios - VI-29
  - Psicoterapia de grupo - VI-29
- TRATAMENTO PENAL DO CONDENADO DE ESCASSA PERICULOSIDADE (O) - Damásio E. de Jesus - VI-24
- TRIBUNAL
  - de Apelação - IV-5
  - de exceção - I-73; II-60
  - do Júri - III-78
  - do Júri - Competência - I-73
  - do Júri - Segurança - I-8
  - penal - internacional - III-28
  - Regimento - interno - Inaplicabilidade - V-47
  - Regimento Interno - II-52
- TRIBUNAL DO JÚRI E O PROJETO DE REFORMA DE 2001 - Rui Stoco - IV-45
- TRIBUNAL DO JÚRI NOS ESTADOS UNIDOS (O) - Nádia de Araújo e Ricardo R. Almeida - I-44
- TRIBUTO
  - Conceito - IV-65
  - Inexigibilidade - IV-65; IV-78
- TUTELA
  - da liberdade - III-6
  - jurisdicional - Efetividade - I-13
  - jurisdicional *ex officio* - I-70
- TUTELA CAUTELAR NO PROCESSO PENAL E A RESTITUIÇÃO DE COISA APREENHIDA (A) - Gustavo Henrique Righi Ivahy Badaró - II-14
- UBI EADEM RATIO, IBI JUS IDEM ESSE DEBET
  - Princípio - II-55
- URGÊNCIA DA PROVA
  - Verificação prévia - II-27
- URGÊNCIA DA PROVA TESTEMUNHAL NO ARTIGO 366 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL (LEI 9.271/96) (A) - Belmiro Pedro Welter - III-18
- USURPAÇÃO DE PODERES - II-10
- UTILE PER INUTILE NON VITIATUR
  - Princípio - V-35
- UTILIZAÇÃO DO RECURSO ADESIVO NO DIREITO PROCESSUAL PENAL (Da) - Luiz Manoel Gomes Júnior - V-77
- VACATIO LEGIS - II-21; VI-I
- VALOR DE LAS ESCUCHAS TELEFÓNICAS COMO PRUEBA EN EL SISTEMA ESPAÑOL - Alfonso Serrano Maíllo - III-11
- VALOR PROBATÓRIO DA COLABORAÇÃO PROCESSUAL (DELAÇÃO PREMIADA) - Frederico Valdez Pereira - III-32

**VALOR PROBATÓRIO DO INQUÉRITO POLICIAL** - Ranulfo Melo Freire - II-22

**VERDADE**

- absoluta - III-25
- Busca - III-62
- Coerência - Teoria - III-60
- Conceito - III-25; III-39; III-60; III-62; IV-1
- consensuada - IV-69
- dos fatos - III-60
- Filosofia - III-60
- Forma - Conceito - IV-29
- formal - I-11; I-12; III-25; III-60; IV-1; IV-5
- formal - Processo penal - I-21
- histórica - III-60
- ideal - I-21
- judicial - V-4
- material - I-11; I-12; I-13; III-25; III-60
- material - Princípio - I-22; III-66; IV-82; VI-70; VI-76
- material - Processo penal - I-21
- Modo de declaração - I-21
- processual - III-60
- provável - V-10
- real - III-60; IV-1; V-4
- real - Conceito - IV-26; IV-29
- real - Princípio - I-16; III-31; III-58; IV-1; IV-26; IV-29; IV-73
- Regra - Teoria - III-60
- Revelação - Teoria - III-60
- Teoria - III-60
- Teoria da correspondência - III-60
- Utilidade - Teoria - III-60

**VERDADE MATERIAL E PROCESSO PENAL** - Paula Bajer Fernandes Martins da Costa - I-21

**VESTÍGIO** - III-21

**VIA ADMINISTRATIVA**

- Exaurimento - IV-65; IV-78
- Exaurimento - Direito comparado - IV-65
- Exaurimento - Jurisprudência - IV-65; IV-78

- Independência - IV-65; IV-78
- Independência - Instância - IV-65; IV-78

**VÍCIOS DE MOTIVAÇÃO DA SENTENÇA PENAL: AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO, MOTIVAÇÃO CONTRADITÓRIA, MOTIVAÇÃO IMPLÍCITA E MOTIVAÇÃO *PER RELATIONEM***  
- Gustavo Henrique Righi Ivahy Badaró - V-9

**VIDA PRIVADA**

- Inviolabilidade - Direito - III-35
- Preservação - IV-81

**VIDEOCONFERÊNCIA** - III-15

**VIGILÂNCIA SECRETA** - III-34

- Conceito - III-34
- Direito comparado - III-34
- Legalidade - III-34
- Teoria - III-34

**VIGILANTISMO** - III-24

**VINGANÇA** - I-59

- privada - I-70

**VIOLÊNCIA**

- Mulher - IV-92
- policial - Conceito - III-46

**VIOLÊNCIA POLICIAL E O PAPEL DA PERÍCIA MÉDICA** - Luís Antônio Francisco de Souza - Wânia Pasinato Izumino - Adriana Alves Loche - III-46

**VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR**

- Maria Regina Fay de Azambuja - III-58

**VISÃO SISTEMÁTICA DA PRISÃO PROVISÓRIA NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL** - Afrânio Silva Jardim - II-62

**VISITA ÍNTIMA** - VI-40; VI-49

**VÍTIMA** - II-90; IV-82

- Assistência - Advogado - II-8
- Atendimento aos fins econômicos - II-43
- Auxílio financeiro - VI-55
- Comportamento - I-46; VI-28

- Conceito - IV-50
- Estatísticas - Espanha - VI-12
- indireta - Protagonismo - VI-12
- Lei penal - I-46
- Perspectiva brasileira - I-46
- Política criminal - Rumos - I-46
- Posição - III-3
- Proteção - II-90
- Reparação - VI-12
- Reparação de dano - Indicações legais - I-46
- Textos de proteção - I-46

VÍTIMA NO PROCESSO PENAL (A) -  
Alexandre Wunderlich - IV-50

VÍTIMA NO PROCESSO PENAL (A) -  
Paula Bajer Fernandes Martins da  
Costa - IV-82

VITIMOLOGIA - IV-77

VONTADE

- Autonomia - Princípio - IV-57
- consciente - II-12
- livre - II-12
- Teoria - V-28; V-39

